

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM LAGES:
MOTIVOS E DIFICULDADES**

JANE SPECHT SCHÜRMAN

FLORIANÓPOLIS – SC, SETEMBRO DE 2001

JANE SPECHT SCHÜRMANN

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM LAGES:
MOTIVOS E DIFICULDADES**

**Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre, no Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa Catarina sob a
orientação do professor Dr. Héctor Ricardo Leis.**

FLORIANÓPOLIS – SC, SETEMBRO DE 2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**O Processo de Implantação do Ensino Superior em Lages:
Motivos e Dificuldades**

Jane Specht Schürmann

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores.



Prof. Dr. Héctor Ricardo Leis
Orientador



Profa. Dra. Neide Almeida Fiori
Membro



Profa. Dra. Tamara Benakouche
Membro



Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa
Coordenador do Curso

Aprovado em 19 de setembro de 2001.

Florianópolis, setembro de 2001

AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de tudo.

Ao professor Dr. Héctor Ricardo Leis, pela orientação dedicada e segura, amizade e consideração, sempre constantes.

Aos demais professores do Curso de Sociologia Política, pela oportunidade de convívio e ensino.

À UFSC/UNIPLAC, pela oportunidade de realizar o Curso de Mestrado Interinstitucional.

Aos diretores e funcionários do *Correio Lageano*, pela permissão de acesso aos seus arquivos e pela amizade e convívio.

Às minhas colegas Maria Janete Vanoni, Leida Martins Vieira, Jafa Gerusa Mello e Rosa Maria Donato, pela convivência e amizade.

Ao meu esposo, Pedro, aos filhos, Michele, Pedro Ervin, ao genro Afonso, pelo carinho, amor e compreensão na elaboração deste trabalho.

À memória de meus pais Erwin Specht e Francisca da Costa Neves Specht, principalmente a ela pela compreensão e carinho durante a realização deste trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	vi
LISTA DE FIGURAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	8
I.1 O ENSINO SUPERIOR NA COLÔNIA.....	8
I.2 O ENSINO SUPERIOR NO IMPÉRIO.....	10
I.3 O ENSINO SUPERIOR NA REPÚBLICA, ATÉ 1980.....	13
I.4 O ENSINO SUPERIOR EM SANTA CATARINA.....	26
I.4.1 A Universidade Federal de Santa Catarina.....	26
I.4.2 O Sistema Fundacional.....	27
CAPÍTULO II – O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIPLAC, SEUS ATORES E PERSPECTIVAS	32
II.1 INTRODUÇÃO – ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA REGIÃO SERRANA.....	32
II.2 A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM LAGES – ANÉIS BUROCRÁTICOS: INTERCONEXÃO COM INTERESSES ESPECIAIS.....	40
II.2.1 Principais motivos da criação e implantação do ensino superior em Lages....	42
II.2.2 Razões e objetivos que acompanharam o projeto de implantação.....	47
II.2.3 Influência dos principais atores que contribuíram e facilitaram o projeto de ampliação e desenvolvimento do ensino superior em Lages.....	51
II.2.4 As dificuldades na implantação do ensino superior.....	56
II.2.5 Os grandes entraves para a concretização do projeto da Universidade.....	58
II.2.6 Principais responsáveis pela demora na aprovação da Universidade.....	62
II.2.7 Perspectiva para a UNIPLAC.....	68
II.3 A MEMÓRIA FOTOGRÁFICA DA UNIPLAC.....	72
II.3.1 A imagem da UNIPLAC através das fotografias.....	74
CAPÍTULO III – DA CONCLUSÃO E DO FUTURO DA UNIPLAC	104

III.1 DA CONCLUSÃO.....	104
III.2 DO FUTURO DA UNIPLAC	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXOS	118

LISTA DE ABREVIATURAS

- ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais
- ACC – Associação Catarinense de Cultura (Lages)
- ACIL – Associação Comercial e Industrial de Lages
- AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana
- CAV – Centro de Ciências Agroveterinárias
- CEE – Conselho Estadual de Educação
- CFE – Conselho Federal de Educação
- CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
- ESES – Escola Superior de Estudos Sociais
- ESMEVE/UEDESC – Escola Superior de Medicina Veterinária
- FACEC – Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages
- FACIP – Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages
- FAS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
- FEARPE – Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe
- FEBE – Fundação Educacional de Brusque
- FEDAVI – Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí
- FEL – Fundação Educacional de Lages
- FEPEVI – Fundação de Ensino do Pólo Geo-Educacional do Vale do Itajaí
- FEPLAC – Fundação Educacional do Planalto Catarinense
- FERJ – Fundação Regional Jaraguense
- FESC – Fundação Educacional de Santa Catarina
- FESSC – Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina
- FUCRI – Fundação Universitária de Criciúma, alterada para Fundação Educacional de Criciúma
- FUNDAJE – Fundação Joinvillense de Ensino
- FUOC – Fundação Universitária do Oeste Catarinense, alterada para Fundação Educacional do Oeste Catarinense
- FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau, alterada para Fundação Educacional da Região de Blumenau, alterada para Universidade Regional de Blumenau

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PNDs – Plano Nacional de Desenvolvimento
SDGE – Subdistrito Geo-Educacional
USAID – Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional
UDESC – Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina,
alterada para Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UNC – Universidade do Contestado
UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIDAVI – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
UNIPLAC – Fundação Universidade do Planalto (29/08/1969), alterado para
Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense (03/04/1973),
alterada para Universidade do Planalto Catarinense (23/06/1999)
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
UNIVILLE – Universidade da Região de Joinville
UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina
UPC – Fundação Universidade do Planalto Catarinense (14/03/1969)
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

FOTO 1 – AULA INAUGURAL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E PEDAGOGIA DA FACIP, EM 01 DE AGOSTO DE 1970	74
FOTO 2 – MESA OFICIAL DA AULA INAUGURAL DOS CURSOS DE FÉRIAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E PEDAGOGIA – FACIP –, EM JANEIRO DE 1974	77
FOTO 3 – CONVÊNIO ASSINADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LAGES – ACIL – E A FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC –, EM 17 DE JANEIRO DE 1977	80
FOTO 4 – MESA DAS AUTORIDADES PRESENTES À AULA INAUGURAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO MINISTRADOS NA UNIPLAC, COM CONVÊNIOS DA UFSC, EM JULHO DE 1978	84
FOTO 5 – DR. JORGE KONDER BORNHAUSEN, MINISTRO DA EDUCAÇÃO, NA UNIPLAC, EM 1985.....	86
FOTO 6 – PROF. PAULO FREIRE RECEBENDO O TÍTULO HONORÍFICO DE "PROFESSOR BENEMÉRITO" DA UNIPLAC EM 10 DE JULHO DE 1995	88
FOTO 7 – APRESENTAÇÃO DO TEXTO BÁSICO DA CARTA CONSULTA AO PREFEITO CARLOS FERNANDO AGUSTINI, EM DEZEMBRO DE 1995	90
FOTO 8 – JOSÉ MARIA BRANCO, PRESIDENTE DA AMURES, ENTREGANDO UMA TELE-SALA À UNIPLAC, MARÇO DE 1996	92
FOTO 9 – ASSINATURA DE CONVÊNIO ENTRE O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE – E UNIPLAC EM OUTUBRO DE 1998	95
FOTO 10 – PROCLAMADO O RECONHECIMENTO DA UNIVERSIDADE DO PLANALTO.....	97

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo identificar os principais problemas que, durante trinta anos, entravaram a implantação da Universidade do Planalto Catarinense. A implantação do ensino superior, em Lages, faz parte do processo de crescimento desordenado do Sistema Fundacional Catarinense, na época do nacionalismo desenvolvimentista, nos anos 50. Após 64, o processo de internacionalização da economia teve reflexos na Reforma Universitária – Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. A pesquisa contextualiza a evolução do ensino superior no Brasil, em Santa Catarina e em Lages. Toda história é construída de fragmentos, a fim de mostrar fatos sobre o desenvolvimento do ensino superior, os quais servem de base para entender a trajetória da UNIPLAC. Trata-se de um estudo descritivo e empírico, cuja compreensão envolve os “anéis burocráticos”. O método utilizado é o descritivo e os dados foram coletados via história oral. Também realizaram-se entrevistas gravadas e foram utilizadas fotografias, pois elas perpetuam o passado. A análise e a interpretação dos dados foram feitas através das falas dos entrevistados, muitos deles ex-dirigentes da instituição, reitora, professores e ex-alunos. O método de pesquisa empregado, para análise e interpretação, foi o qualitativo. O estudo permitiu concluir que o projeto de Universidade concretizou-se pela soma do trabalho dos envolvidos: professores, funcionários, acadêmicos e comunidade política, por meio dos “anéis burocráticos” que se formaram ao longo do processo.

Palavras-chave: Ensino Superior; Ascensão Social e Desenvolvimento da Região.

ABSTRACT

The main purpose of this research work was to identify the reasons which hindered, during 30 years, the implementation of the Universidade do Planalto Catarinense. The installation of the third grade education in Lages is part of the unruly growth of the Sistema Fundacional Catarinense, during the nationalistic development era of the fifties. After 1964, the internationalization process of the economy had influence on the Reforma Universitária - Lei. n. 5.540, of November 28th of 1968. The research shows the evolution of the third grade education in Brazil, in the State of Santa Catarina, and the town of Lages. The whole history is made out of fragments, in order to show the facts on the third grade education development, which makes the UNIPLAC trajectory understandable. It is an empiric and descriptive study whose comprehension involves the "bureaucratic rings". The method is the descriptive one, and the data was collected through verbal history. Recorded interviews were used, photos were also used because they turn the past into eternity. The analysis and interpretation of the data were made through the interviewed speeches, some of them past-leaders of the institution: headmaster; teachers; and past-students. The method used for the analysis and interpretation, is the qualitative one. Through the study it is possible to conclude that the university became reality because of the involvement of the teachers, employees, students, political community who formed the "bureaucratic rings" during the process.

Key-words: Higher education; Social ascension and Development of the Area.

1. INTRODUÇÃO

A chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, provocou várias mudanças na realidade que até então aqui se construía, até porque foi preciso criar estruturas para dar as condições necessárias à permanência da Corte em terras brasileiras. As alterações que ocorrem na colônia vão desde a criação de um aparelho administrativo equiparado ao da metrópole até o ensino superior que, juntos com o Estado Nacional, objetivavam dar sustentação ao exercício das funções do Estado.

A proclamação da República provocou mudanças sociais profundas no ensino superior, uma vez que sociedade e ensino acham-se estreitamente ligadas. O governo autorizou a abertura de escolas superiores particulares, nas mesmas condições de igualdade que as escolas governamentais (federais ou estaduais), desde que fiscalizadas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

A expansão do ensino superior agilizou o processo de mobilidade social e a oligarquia agrária cedeu lugar à burguesia, que surgiu em consequência do crescimento do processo de urbanização e expansão do trabalho livre. A evolução do modelo econômico transformou-se num dos indicadores da política educacional a ser impressa no país, pois a ideologia do bacharelismo, além de ser um sonho de todas as classes sociais, principalmente da média, era uma forma de ascensão social.

Nos anos de 1950, a fase político-econômica do nacionalismo desenvolvimentista foi marcada pelo aumento da poupança interna, a reorientação dos setores produtivos industriais e o crescimento das políticas populistas, as quais visavam à ampliação da participação social e política e à melhor redistribuição da renda para as massas urbanas.

Ainda nessa mesma década, o projeto desenvolvimentista brasileiro passou a exigir mais capital, tecnologia e mão-de-obra especializada, piorando a crise entre a demanda e as ofertas de vagas no ensino superior.

Já o período pós-64 foi marcado pelo processo de internacionalização da economia, que fez com que a indústria se modernizasse, e, em consequência, surgiu a necessidade de atender à demanda crescente por ensino superior. A expansão de matrículas refletiu o mecanismo de pressão-cooptação que sempre caracterizou o relacionamento entre a classe média e o Estado. Assim, as universidades federais e as faculdades isoladas, em sua maioria privadas, passam a desempenhar suas funções. Nas primeiras, o ensino achava-se dirigido para as elites, enquanto nas segundas, para as classes médias. A presença das faculdades isoladas, em cidades do interior, encontra-se relacionada ao crescimento da população urbana e à maior representatividade das camadas médias na população economicamente ativa.

Para CARDOSO, o regime autoritário-burocrático implantado após o movimento de 64 caracteriza-se pelo controle do Estado sobre a sociedade civil e pelo autoritarismo, e "apresenta, como característica básica, a concentração do poder econômico, político e ideológico, a perenidade das estruturas de dominação e a verticalidade das relações sociais, concretizadas pelo clientelismo e pelo estabelecimento de ampla rede de favores" (apud VALLE, 1996, p.21).

As relações de poder deste regime estão centradas no Executivo, como poder de decisão, e organizavam-se com o objetivo de manter a estrutura social existente, reproduzir a divisão de classes e garantir o sistema de dominação, apoiado pelas instituições, e a lei. "Para CARDOSO, a rigidez gerada pela ordem autoritário-burocrática está contida nos chamados canais competentes, mas na realidade incapaz de resolver os problemas básicos de comunicação entre o Estado e os setores sociais que sustentam a esfera de poder do aparelho do Estado" (apud VALLE, 1996, p.21).

A política educacional da época era resultado do planejamento técnico-econômico criado pelo Poder Executivo Federal e visava à integração entre os recursos humanos e os princípios básicos da Segurança Nacional e Desenvolvimentismo. Verifica-se que os Planos Nacionais de Desenvolvimento

(PNDs) refletiam aspectos considerados como primordiais ao desenvolvimento econômico e social, ao mesmo tempo que dirigiam a política educacional, voltada para o desenvolvimento econômico. Dessa forma, "a educação deveria desempenhar um papel importante no processo de mobilidade social, e na qualificação da força de trabalho adequada às características do processo de industrialização" (VALLE, 1996, p.23).

É inserida nesta construção nacional, nos aspectos sócio-cultural e econômico, que, no final da década de 50, nasceu a vontade de implantar um curso de Direito em Lages, fato que só vai concretizar-se algumas décadas depois, mas que constitui o embrião de um sonho e representa uma nova consciência. Na década de 60, foi implantada a Faculdade de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis – FACEC. Na época, havia a crença de que o ensino superior do sistema fundacional municipal seria a mola mestra para o desenvolvimento regional.

O surgimento e a fixação de distritos geo-educacionais, cuja finalidade é proceder à aglutinação de instituições isoladas já existentes, deve-se à Lei nº 5.540, pois ela exigiu que o ensino superior passasse a ser ministrado, preferencialmente, em Universidades, e só de forma excepcional, em estabelecimentos isolados.

Dessa forma, o Conselho Estadual de Educação/SC, através da Resolução nº 01/71, com base em critérios econômicos, demográficos e sócio-culturais, estabelece a divisão do Estado em oito regiões, para fins de operação do ensino superior. No caso do Planalto Catarinense, constituem o subdistrito geo-educacional (SDGE) a UNIPLAC e o Centro de Ciências Agroveterinárias da UDESC, em Lages, e a FEPLAC, em Curitibaanos.

A partir de 1969, a política de Universidade marcaria as denominações Universidade do Planalto Catarinense – UPC – e Fundação Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Embora tenham existido várias tentativas de aglutinação com a então Escola Superior de Medicina Veterinária – ESMEVE/UDESC –, visando à estruturação da Universidade do Planalto Catarinense, tal fato nunca se concretizou.

Levantar a história da UNIPLAC não constitui apenas mais um foco ou possibilidade de pesquisa; vai muito além, pois se trata de pesquisar a vida do homem serrano e de todos que aqui optaram por construir o seu futuro.

Assim, esta pesquisa reveste-se de um alto grau de importância não só para a comunidade do Planalto Catarinense, mas também para a pesquisadora. Para a comunidade ela é importante, à medida que possibilita a recuperação e o registro da história da UNIPLAC e, conseqüentemente, da região serrana, uma vez que ambos se imbricam, formando um só ser. Já para a pesquisadora, além de constituir este trabalho de finalização de curso, ela lhe possibilita debruçar-se e recuperar parte de sua própria história de vida, enquanto pessoa integrada no universo da serra catarinense e enquanto profissional que exerce ali suas atividades como professora.

Dada a relevância da UNIPLAC para a região, e ancorado no contexto nacional e estadual que se construiu durante o espaço de existência da UNIPLAC, torna-se possível aqui delimitar mais claramente o problema de pesquisa, que pode ser traduzido na seguinte questão: "Por que a UNIPLAC demorou 31 anos para se transformar em universidade"?

Assim, a presente pesquisa teve como objetivo geral conhecer as características de implantação e o desenvolvimento do ensino universitário em Lages; em particular, buscou observar porque houve um espaço de 31 anos para a concretização da universidade. Com o intuito de facilitar o alcance do objetivo maior da pesquisa, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

- Detectar os motivos principais da criação e implantação do ensino superior em Lages;
- Levantar as relações de comunidade, caracterizando seus principais atores e sua influência no processo de desenvolvimento do ensino superior na região serrana, mais especificamente na área de Lages;
- Identificar o porquê da demora da transformação das faculdades em universidade;

Ressalte-se que este estudo é importante para a Autora, pois ela fez parte da comissão de estudos para a implantação da FACIP, e desde aquela época vem lá exercendo suas atividades profissionais como professora.

Para alcançar o objetivo maior desta pesquisa, foram realizadas entrevistas com professores e membros da comunidade, observando-se as seguintes perguntas:

- 1) Qual foi o motivo principal da criação e implantação do ensino superior em Lages?
- 2) Você acha que esses motivos e objetivos que acompanharam o projeto de implantação foram realizados?
- 3) Quais foram os principais atores que contribuíram e facilitaram o projeto de ampliação e desenvolvimento do ensino superior em Lages?
- 4) Quais as forças que dificultaram?
- 5) Quais foram os principais problemas enfrentados para que demorasse trinta e um anos na concretização do projeto?
- 6) De quem é a maior culpa pela demora da aprovação da universidade?
- 7) O que você gostaria que a UNIPLAC fosse daqui para a frente?
- 8) Agora diga: o que as fotografias lhe inspiram?

A última questão prende-se a uma série de 10 fotografias entregues por ocasião da entrevista. Saliente-se que todas as fotografias recuperavam momentos distintos da história da UNIPLAC.

As entrevistas envolveram um total de 18 pessoas, sendo 13 professores, assim distribuídos: 7 foram fundadores dos cursos da FACEC e FACIP e, destes, 4 ainda atuam como professores. Dentre os 18 entrevistados, 7 formaram-se na UNIPLAC – um deles ainda está cursando o ensino superior e 1 ocupa cargo eletivo.

O diálogo com a visão de UNIPLAC oferecida por eles permitiu a compreensão de muitos dos aspectos levantados através da documentação analisada e da bibliografia. Desta forma, além de fazerem parte do universo da UNIPLAC, portanto atores do processo, estes professores possibilitaram várias leituras para a pesquisa.

O Bel. Áureo V. Ramos, prefeito na época da implantação da FACIP, foi procurado em várias oportunidades para dar entrevista. Aceitou, porém não abriu espaço para que ela acontecesse nem enviou material, deixando de contribuir com importantes subsídios para a consecução dos objetivos propostos pela pesquisa em pauta.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa empírica, tendo em vista que até o momento não existe literatura sobre o assunto. O método utilizado foi o qualitativo com a técnica "bola de neve", com um entrevistado indicando o outro. Os dados foram coletados através da história oral, via entrevistas individuais gravadas, assinadas posteriormente e autorizadas para divulgação e análise fotográfica. O tempo médio das entrevistas foi de duas horas. As transcrições estão à disposição de quaisquer interessados para comprovação do exposto neste trabalho. A história da instituição foi levantada através da visão dos atores e da combinação das fotografias com as entrevistas.

Face à possibilidade de contar e recontar a UNIPLAC, sua implantação, sua história e sua consolidação, o trabalho encontra-se dividido em dois capítulos. O primeiro destina-se a relatar o crescimento da base histórico-conceitual da expansão do ensino superior no Brasil e em Santa Catarina. Este capítulo fornece subsídios, através da literatura especializada, para compreender os caminhos e trajetórias no processo de implantação e desenvolvimento do ensino superior, concebido, muitas vezes, como o elemento fundamental no processo de desenvolvimento regional.

O segundo capítulo privilegia o processo de implantação da UNIPLAC, seus

atores e perspectivas, e divide-se em duas partes distintas. Na primeira encontra-se uma análise, fundamentada na documentação existente sobre a história da UNIPLAC e em relatórios que acompanharam o processo de reconhecimento da instituição pelo Conselho Estadual de Educação, dos principais aspectos sociais e econômicos da região serrana. Na segunda são analisados os motivos da implantação do ensino superior em Lages, através dos anéis burocráticos: interconexão com interesses especiais, onde se observa a formação de grupos de interesses que estabelecem teias de relações, objetivando a transformação da UNIPLAC em universidade.

Por fim a conclusão, que também se apresenta em dois blocos: apresentação da conclusão geral e as expectativas a respeito do futuro da UNIPLAC.

CAPÍTULO I – O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

I.1 O ENSINO SUPERIOR NA COLÔNIA

O primeiro colégio jesuíta do Brasil, segundo CUNHA (1986), foi fundado na Bahia, em 1550, pois lá funcionava a sede do Governo Geral. Em 1553, foram criados os cursos de Humanidades e, no ano de 1572, os cursos de Artes e Teologia, que se expandiram para as cidades do Rio de Janeiro, onde, em 1638, foi fundado o curso de Filosofia. Enquanto a fundação dos colégios da Companhia, no Brasil, aconteceu no século XVI, a implantação dos cursos de Filosofia se dá posteriormente, em 1638, no Rio de Janeiro; em Olinda, no ano de 1687; no Recife, 1731; e o curso de Teologia, no Maranhão, em 1688. Neste mesmo século, mais precisamente no ano de 1695, o colégio do Pará iniciou o curso de Artes.

Nos colégios jesuítas que funcionavam nas vilas de São Paulo de Piratininga, desde 1554, e Santos, desde 1653, inicialmente funcionaram cursos elementares; só mais tarde surgiram os cursos de Humanidades e Teologia. Em 1689, o Estado deu estatuto civil aos colégios jesuítas do Brasil, através de uma carta régia que autorizava os estudantes de Filosofia a ingressarem nos cursos de Direito, Cânones, Medicina e Teologia na Universidade de Coimbra, sem a necessidade de freqüentarem os cursos complementares nem de fazerem os exames de equivalência. No ano de 1753, foi criado em Mariana o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, onde funcionaram os cursos de Filosofia e Teologia.

Em 1759, ano em que os padres jesuítas foram expulsos do reino português, calcula-se em 300 o número de estudantes que freqüentavam os cursos de Filosofia ministrados nos colégios da ordem. Nessa época, o Colégio da Bahia foi considerado modelo para os outros e, no século XVIII, ali funcionou uma faculdade de Matemática. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, os colégios foram fechados e o Ensino Superior passou a ser ministrado pelos padres franciscanos:

Os jesuítas mantinham, nos centros urbanos mais importantes da faixa litorânea, colégios para o ensino das primeiras letras, para o ensino secundário, e superior. Eles se destinavam a cumprir a tripla função: de um lado, formar padres para as

atividades missionárias; de outro, formar quadros para o aparelho repressivo (oficiais de justiça, da fazenda, e da administração); de outro, ainda, ilustrar as classes dominantes no local. [...] o aparelho ideológico era constituído pelo clero secular e pelos religiosos de diversas ordens, destacam-se [...] a Companhia de Jesus (p.23).

Um alvará régio deu autorização para o funcionamento de um curso superior no Rio de Janeiro, em 1776, que então funcionava no Convento de Santo Antônio e seguia os moldes da Universidade de Coimbra, já reorganizada pela reforma pombalina¹. Visava à preparação profissional dos futuros sacerdotes e também era freqüentado por numerosos leigos cujo objetivo era adquirir conhecimento. O mesmo aconteceu em Olinda, onde, em 1798, foi fundado o Seminário Episcopal Nossa Senhora da Graça de Olinda, pelo Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, com o objetivo de formar sacerdotes que trabalhariam como pesquisadores e difusores de conhecimentos e técnicas. O ensino ministrado nos cursos de Filosofia e Teologia eram compreendidos como atividade de um aparelho educacional a serviço da exploração da colônia pela metrópole. CUNHA (1999) entende a igreja católica como uma instituição privada que se misturava ao Estado pelo "regime do padroado".

ROMANELLI (2000) observa que as elites leigas iam completar seus estudos na Universidade de Coimbra, em Portugal. O ensino ministrado na colônia era contrário ao espírito crítico que começava a surgir na Europa e alheio à realidade da vida da colônia. Seu objetivo era a educação literária, humanística. Não se preocupava com qualificação para o trabalho, nem contribuía para modificações estruturais na vida social e econômica da colônia. Não era somente a propriedade da terra e o número de escravos que serviam para medir a importância ou avaliar a posição social dos colonos, mas também o grau de bacharel ou mestre em artes (grau dado pelos colégios), que passava a servir de meio de ascensão social e hierarquização. Foram os filhos dos senhores dos engenhos, educados no sistema dos jesuítas, os primeiros representantes da colônia junto às artes.

¹ A esse respeito ver Cunha (1986, p.37-66).

Para WILLEMS (1967, p.226) mobilidade social "é o deslocamento de indivíduos ou grupos no espaço social. Com relação a pessoas, a mobilidade social vertical significa movimento ascendente ou descendente de uma camada social para outra, superior ou inferior. Mobilidade social no sentido horizontal significa deslocamento de pessoas de um grupo para outro, no mesmo nível social".

Define ainda ascensão social "como um dos tipos de mobilidade social. Consiste na elevação, praticada por indivíduos ou grupos, na escala social. São diversos os fatores de ascensão social: a acumulação de riqueza, a investidura, a promoção, a aquisição de prestígio, etc." (p. 34).

1.2 O ENSINO SUPERIOR NO IMPÉRIO

Já em CUNHA (1986), verifica-se que, em 1808, o príncipe regente D. João, ao vir para a colônia, fez-se acompanhar-se de indivíduos que formavam os elementos essenciais de um Estado soberano, ou seja, o pessoal das hierarquias civil, religiosa e militar, membros da alta sociedade, profissionais liberais e o pessoal administrativo do governo. Não se criou, então, apenas um aparelho administrativo semelhante ao da metrópole, mas também o ensino superior foi recriado junto com o Estado Nacional, objetivando dar sustentação ao exercício das funções do Estado.

Forma-se, assim, uma estrutura social bem definida, formada pela elite aristocrática e pelos escravos. Na zona urbana surge a pequena burguesia, que passa a ver a educação como um meio de ascensão social, pois é através dela que os burgueses aliam-se à classe oligárquico-rural. E, se até então os cursos ministrados nos conventos visavam apenas à formação clerical, com a chegada do príncipe regente começou a criação de institutos de ensino superior, devido à pressão da elite do Brasil Colônia.

O ensino superior que passou a ser implantado no Brasil, surgiu do modelo pombalino de Universidade, voltada para a formação técnica e atividades

profissionais através de escolas superiores isoladas. O príncipe regente criou aqui uma série de cursos. Na Bahia, em 18 de fevereiro de 1808, a Escola de Cirurgia e Anatomia, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. No Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1808, ele criou o Curso de Anatomia e Cirurgia, hoje Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, a Academia de Guarda da Marinha e, em 1810, a Academia Militar. Em 1814, o Curso de Agricultura e, em 1816, a Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura.

Depois da Independência, D. Pedro I criou, em 11 de agosto de 1827, os cursos jurídicos em São Paulo e em Olinda, Pernambuco. Em 1832, foi a vez da Escola de Minas e Metalúrgica em Ouro Preto, Minas Gerais, porém esta escola só foi instalada 34 anos após. E, em 1839, a Escola de Farmácia, também em Ouro Preto. É interessante atentar para o fato de que até a proclamação da República foram estas escolas superiores oficiais que existiram no Brasil. Segundo TEIXEIRA (1989, p.83), "durante todo o período monárquico (...) 42 projetos de universidade são apresentados, desde o de José Bonifácio até o último que é o de Rui Barbosa, em 1882, e sempre o governo e parlamento os recusam". A mesma percepção é demonstrada pelo conselheiro A. de Almeida Oliveira no Congresso de Educação em 1882, ao afirmar: "Nós não podemos ter universidade porque não temos cultura para tal. A universidade é a expressão de uma cultura do passado, e nós vamos ter uma cultura do futuro que já não precisa mais dela" (p.84). Persiste a idéia de que o ensino superior deve ser do tipo utilitário e limitado às profissões, não levando em conta a sua função de formadora de cultura nacional e da cultura científica. A escola superior preparava o homem culto.

ROMANELLI (2000) atenta para o fato de que foi com D. João que nasceu o ensino superior e iniciou-se o processo de autonomia, resultando na independência política do Brasil. A preocupação com o ensino superior era oferecer educação para a elite aristocrática e nobre que formava a corte – uma tradição que vinha desde a Colônia.

Além disso, o retorno dos brasileiros que estudavam no exterior e a importação de currículos e de livros textos de autores franceses, adotados nas escolas superiores brasileiras, acentuou a influência da doutrina positivista de Augusto Comte, que passou a influenciar os republicanos e as classes dominantes e médias urbanas.

Para CUNHA (1986, p.95), o "positivismo foi apenas um instrumento do liberalismo na luta contra a igreja oficial, a monarquia e a escravidão". Os positivistas eram contra a criação da universidade, uma vez que ficava sob o controle direto do Imperador, era "uma iniciativa contrária à liberdade de ensino que pregavam" (p.138). Já os liberais eram a favor da criação de uma universidade, embora reconhecessem ser a instrução das massas precária. Para BARROS (apud CUNHA, 1986, p.94), "a universidade teria a função de formar uma elite preparada e competente, capaz, não de traduzir as aspirações populares, mas de desenvolvê-las e incentivá-las".

Conforme OLIVEN (1990, p.59):

As primeiras faculdades brasileiras (...) eram profissionalmente orientadas e independentes umas das outras, essas escolas eram instituições seculares cuja organização didática e estrutura de poder baseava-se em cátedras vitalícias. As atividades científicas eram pouco desenvolvidas no país e geralmente realizadas em estações experimentais, museus, institutos especiais, etc. Ensino e pesquisa desenvolviam-se separadamente, com predomínio do ensino. (...) eram altamente seletivas, principalmente no ingresso, e tinham como principal objetivo a formação de profissionais.

Pode-se concluir, portanto, que as escolas superiores eram escolas profissionais isoladas, criadas separadamente e objetivando resultados imediatos, e o ensino superior era um simples reflexo da cultura portuguesa aqui implantada. De acordo com CUNHA (1999), até 1889 todos os estabelecimentos de ensino superior no país eram mantidos e controlados pelo Estado.

I.3 O ENSINO SUPERIOR NA REPÚBLICA, ATÉ 1980

A Proclamação da República, além de constituir um momento histórico marcante, também constitui um momento marcante na sociedade do até então Brasil colônia, pois ela passa por mudanças sociais profundas que atingem também o ensino, uma vez que sociedade e ensino acham-se estreitamente ligados.

No setor educacional, a matriz ideológica formada pelo liberal-positivismo pregava a "idéia de que a educação competia à sociedade e ao indivíduo, e não ao estado" (TEIXEIRA, 1989, p.104). Ancoradas neste entendimento surgiram, autorizadas pelo governo, escolas superiores particulares em condições de igualdade com as escolas governamentais, federais ou estaduais, desde que fiscalizadas pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

TEIXEIRA (1989, p.104) lembra que, "Entre 1889 e 1918, 56 novos estabelecimentos de ensino superior, na sua maioria privados, são criados no país, os quais, somados aos 14 existentes no fim do Império, eleva o número total a 70". Essa expansão do ensino superior agiliza o processo de mobilidade social, e a oligarquia agrária cede lugar à burguesia, que surge em consequência do crescimento do processo de urbanização, burocratização e expansão do trabalho livre.

Além disso, a centralização de poder do Estado sobre a sociedade provoca a transferência de recursos do setor agrário exportador para o setor industrial. E, quando acontece a passagem de um modelo econômico, a defasagem entre educação e desenvolvimento acentua-se mais. Assim, a evolução do modelo econômico transforma-se num dos indicadores da política educacional a ser imprimida no país, visando à satisfação das necessidades de formação de recursos humanos que atendessem aos setores secundários e terciários da economia.

Verifica-se em CUNHA (1986) que a expansão das escolas particulares superiores provocou o aumento da demanda por diplomas de nível superior,

chegando a ser ameaçada pelo processo de expansão versus facilitação, pois a ideologia do bacharelismo, além de ser um sonho de todas as classes sociais, principalmente as médias, era uma forma de ascensão social, e o Estado havia criado oportunidade de emprego para bacharéis em Direito e engenheiros. Objetivando coibir o crescimento da demanda, foram criadas leis que regulamentavam o acesso ao ensino superior.

ROMANELLI (2000) informa que o sistema educacional sofreu, de um lado, a pressão social por educação, cada vez mais crescente e exigente, objetivando a democratização do ensino; de outro, o controle das elites que detinham o poder, lutando para conter as pressões populares pelo aumento de escolas.

Assim, a expansão do sistema escolar ocorreu de forma atropelada e a escola que se expandiu foi a mesma que educou as elites e era por ela controlada e pautada nos valores e padrões da velha mentalidade aristocrático-rural, sem considerar que a nova sociedade brasileira compunha-se de vários segmentos sociais emergentes. A expansão desta nova camada, formada pelas camadas médias de intelectuais letrados ou padres, militares, burguesia industrial e imigrantes que ocupavam profissões consideradas de classe média, conforme ROMANELLI (2000), acabou gerando uma desorganização na construção do sistema educacional.

De acordo com RUAS (1978), várias reformas foram efetuadas no ensino secundário e superior. Dentre elas destaca-se a Reforma Rivadávia Correia, em 1911, que legislava sobre a total liberdade e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior e suprimia o caráter oficial do ensino, o que acabou por ocasionar resultados negativos, por permitir a frequência livre. Também favoreceu a ampliação do número de instituições de ensino superior, como é o caso da criação das Universidades de Manaus, em 1909, de São Paulo, 1911, e do Paraná, em 1912.

Conforme afirmações de CUNHA (1986), ROMANELLI (2000), estas universidades tiveram existência passageira, em função da Reforma Carlos

Maximiliano, de 1915, e do Decreto n.º 11.530, de 1915, que visavam ao controle da expansão do ensino superior.

Para a criação de universidades passou a ser exigido: a) uma população de 100 mil habitantes nas cidades, e de 1 milhão, no mínimo, no Estado; b) a existência de escolas superiores ou faculdades em funcionamento há mais de 5 anos. Aconteceu também a criação do Conselho Superior de Ensino, cujo objetivo era a fiscalização das escolas, exigindo qualificação do corpo docente e adequação do material didático Segundo CHAGAS (apud VAHL, 1980, p.33), esta lei "autorizou o governo a reunir em universidade as escolas existentes no Rio de Janeiro", quando o achasse oportuno.

O ensino superior, sob a forma de estabelecimento isolado, sobreviveu de 1808 até 1920, quando o governo criou oficialmente a primeira universidade no Brasil, através da aglutinação de escolas ou faculdades existentes, em torno de um órgão de administração central. Surgia, nascida da junção das Faculdades de Direito, Medicina e Escola Técnica, a Universidade do Rio de Janeiro, mais tarde chamada Universidade do Brasil. A Universidade de Minas Gerais também foi criada, em 1927, a partir do mesmo modelo.

Em CUNHA (1986) é possível verificar que a reforma Francisco Vaz, de 1925, estabelecia como dever do diretor de cada faculdade fixar o número de vagas a cada ano. A matrícula dos estudantes aprovados acontecia por ordem, até completar as vagas. O objetivo era dar maior eficiência ao ensino, diminuindo o número de estudantes e conduzindo-os para cursos de menor procura. Objetivava-se, desta maneira, limitar as oportunidades de acesso ao ensino, em defesa da qualidade do seu produto, o que favorecia o controle do poder pelas oligarquias. Tanto TEIXEIRA (1989) como ROMANELLI (2000) afirmam que a burguesia industrial em ascensão imitava o comportamento e educação da classe latifundiária. A educação permanecia, assim, acadêmica e aristocrática, sem que fosse dado importância à educação popular. Começam a surgir então movimentos populares e pedagógicos a favor de reformas mais profundas na educação.

Com a Revolução de 30 ocorreu a ruptura do sistema oligárquico-rural, implantou-se a ordem social burguesa e o capitalismo populista, e o Estado foi o responsável pela infra-estrutura e indústria básica. O empresariado apoiou o poder público e no início aceitou o nacionalismo como ideologia de governo. Assim sendo, em 11 de abril de 1931, foi promulgado o Estatuto da Universidade Brasileira pelo primeiro ministro da Educação, Francisco Campos, através do Decreto 19.851, que vigorou até 1961. Segundo TEIXEIRA (1989, p.105), este estatuto "permitia que uma escola de letras, ciências e educação pudesse substituir uma das três escolas tradicionais na constituição da universidade". A viabilização da universidade assim constituída foi fruto dos movimentos liderados por Fernando de Azevedo, no *Jornal de São Paulo* (1926), e pela Associação Brasileira de Educação (1929). Devido às suas características econômicas e sendo o Estado mais rico do país, o governo de São Paulo, em 1934, criou sua universidade, concebida como um centro de formação de elites culturais e políticas, preparando-as para as mudanças da sociedade.

Segundo OLIVEN (1990, p.64) a universidade de São Paulo,

[...] pode ser considerada como a primeira tentativa, de certa forma bem sucedida, de criar uma universidade no Brasil que expressasse uma definição mais ampla quanto aos objetivos do ensino superior, bem como a forma organizacional da própria instituição. Em termos científicos, a USP se notabilizou como centro de pesquisa em diversas áreas do saber. [...] a concepção da Faculdade de Filosofia da USP tinha um cunho bastante elitista, expressa na preocupação de trazer da Europa renomados pesquisadores. Apesar da alta qualificação do corpo docente, o interesse do público pelos novos cursos oferecidos foi pequeno. A elite paulista continuava a demonstrar preferência pelos cursos profissionais de medicina, engenharia e direito.

A procura pelas profissões liberais na sociedade sempre esteve atrelada não só às famílias da elite, mas também às que buscavam ascensão social. Tais profissões influenciaram o crescimento do ensino superior. Por sua vez, os cursos da Faculdade de Filosofia eram procurados pelas mulheres, basicamente por duas razões: a expansão da rede de ensino secundário e a admissão da mulher no mercado profissional.

Conforme TEIXEIRA (1989), a criação da Universidade do Distrito Federal congregava as escolas de Economia, de Direito, de Ciências, de Letras, de Educação e o Instituto de Artes. Em 1937, a Universidade do Rio de Janeiro passou por uma reforma e recebeu o nome de Universidade do Brasil.

O ano de 1935 marca a criação da Universidade do Rio Grande do Sul, que, segundo ROMANELLI (2000) foi a primeira a incluir em sua estrutura a Faculdade de Estudos Econômicos.

A Universidade do Brasil servia de modelo para a implantação do padrão de ensino superior de todo o país. Para OLIVEN (1990), ela era o modelo de centralização autoritária de ensino superior, reflexo do modelo político autoritário e burocrático do Estado Novo. Em 1946, o Decreto Lei 8.681 criava a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano foram criadas as Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, com cursos direcionados às áreas humanas e sociais. Segundo CUNHA (1986), a Universidade do Paraná foi criada em 1950, e a de Santa Catarina, em 1960 (UFSC, 1999).

Em 15 de dezembro de 1961, aconteceu a criação da Universidade de Brasília. Ela nasceu de um projeto elaborado pela elite do magistério nacional. Corroboram esta linha CUNHA (1983), TEIXEIRA (1986) e OLIVEN (1990), quando afirmam ser ela a primeira universidade que nasceu de um planejamento e aspirações dos setores modernos da sociedade. Foi organizada como fundação, e o departamento substituiu a cátedra como unidade de ensino e pesquisa. Entre os objetivos a serem atingidos destaca-se o desenvolvimento de uma cultura e tecnologia nacionais, como parte do projeto social nacionalista desenvolvimentista.

Entende OLIVEN (1990) que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, manteve o modelo tradicional de instituição de ensino superior, a cátedra vitalícia e as escolas isoladas profissionais, de cuja justaposição formaram-se as

universidades. Aquela LDB não incentivava a pesquisa, aumentava o controle do Conselho Federal de Educação e criava a representação estudantil. Embora tenha permanecido 14 anos no Congresso para ser aprovada, esta lei sequer satisfiz as necessidades da universidade na época.

Para TEIXEIRA (1989), com a Lei de Diretrizes e Bases e a fundação da Universidade de Brasília, o governo criou choques, ao traçar e propor uma política de ensino superior e um modelo de universidade integrada, visando dar atendimento às mudanças sociais que surgiram a partir da implantação do modelo industrial que produzia bens duráveis. Corroborar esta linha VALLE (1996), ao afirmar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi resultante da fase político-econômica do nacionalismo desenvolvimentista dos anos 50, objetivando o crescimento do desenvolvimento econômico, ou seja, a produção de bens de consumo necessários à demanda populacional. A aliança desenvolvimentista apoiava-se na estratégia da conciliação, ou seja, como tática de acomodação social, de ajustamento dos indivíduos ou de grupos às situações determinadas pelas forças sociais privilegiadas e à manutenção das estruturas sociais e econômicas básicas.

Segundo CARDOSO (apud VALLE, 1996, p.17), "esta aliança desenvolvimentista teve seu êxito na implementação da economia de base urbano-industrial e na ampliação da soberania nacional nas decisões econômicas e políticas. Estes elementos visavam acelerar a capitalização dos setores de infraestrutura e dar base real de participação econômica e política à classe média e a certos setores de trabalhadores urbanos".

A partir de 1960, o Governo Kubitschek propôs a internacionalização da economia e os interesses multinacionais e nacionais ficavam atrelados ao capital estrangeiro ou aos interesses das classes de trabalhadores industriais.

As divergências existentes entre as classes ocasionaram crescentes demandas nacionalistas e reformistas. Assim, as classes passaram a pressionar o Poder Executivo e o Congresso Nacional, e o aparelho de Estado organizou-se para

atender as expectativas geradas pelo processo de desenvolvimento. Foi criado, nesta época, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB², ligado ao MEC.

Objetivando criar uma doutrina de desenvolvimento capitalista, no sentido de formar uma nova consciência social e política, surgiu a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que entendia a educação como um investimento econômico e estava voltada à formação do trabalhador e adequada às peculiaridades da empresa.

A Lei nº 4.024 foi aprovada com base nos princípios do jogo democrático aberto, mas limitado, de fato, às elites. Pode ser considerada como forma de conciliação dos diferentes interesses no âmbito educacional. Os setores dominantes não se achavam capazes de, por si sós, manter a hegemonia sobre toda a sociedade. Surge aí a presença política da classe trabalhadora para formar o pacto, mas que foi utilizada como massa de manobra eleitoral, não ocupando espaços políticos do poder decisório.

Conforme ROMANELLI (2000), a Lei nº 4.024 não preparou uma estrutura adequada para o desenvolvimento nacional. Observa-se que, no período de 64-68, a porcentagem de inscritos aos exames vestibulares crescia 120%, mas o número de vagas oferecidas cresceu apenas 52%. Os alunos aprovados que não conseguiam vagas ficavam excedentes. Corrobora esta linha OLIVEN (1990). O grau de politização dos estudantes e professores e os interesses sociais da classe média pressionavam o sistema em busca de resoluções inovadoras e para o crescimento de oportunidades. Surgiram pressões tanto internas como externas, tendo em vista que havia necessidade de recursos humanos qualificados não só para preencher os quadros das hierarquias ocupacionais existentes nos setores público e privado, mas também por ser uma forma de manter ou conquistar status. A

² O ISEB propôs a elaboração de uma ideologia do desenvolvimento capitalista, com características transformadoras, capaz de intervir na criação de uma nova consciência social e política no país (Valle, 1996, p.19)

reforma do Ensino Superior era, portanto, uma necessidade e devia visar a integração deste sistema ao modelo de desenvolvimento econômico em recuperação.

Segundo OLIVEN (1990), com o movimento militar de 1964, o projeto nacional desenvolvimentista foi substituído pelo processo de internacionalização da economia brasileira, gerando reflexos na política educacional, que começou a receber atendimento técnico de especialistas nacionais e estrangeiros.

Para COLLIER (1982) inicia-se neste período o domínio militar como instituição, com as forças armadas dando impulso ao crescimento industrial rápido, através da busca de parceria com o capital multinacional. O Brasil é governado pelos militares como instituição, e não por governantes militares individuais. Já VALLE (1996) observa que as medidas adotadas pela política econômica são consolidadas através do Estado Autoritário, característica do regime implantado na América Latina nesta década, quando a instituição militar assumiu o poder e reorganizou o aparelho do Estado e da sociedade, iniciando a burocratização na esfera social. Para CARDOSO (1982, p.48), "os regimes autoritários burocráticos organizam as relações do poder a favor do executivo. É o fortalecimento do executivo e o fortalecimento das suas capacidades técnicas (da sua racionalidade formal) que se projeta nestes regimes".

CARDOSO (apud VALLE, 1996, p.21) analisa o novo regime político, o regime autoritário:

O Estado tende a excluir as organizações de classe (embora não os interesses de classe) do processo de tomada de decisão, preservando uma estrutura hierárquica rígida que é burocraticamente controlada por várias agências de segurança nacional e pelos comandantes das forças armadas (...). Ele não tenta estimular a organização de classes, a promover a doutrina da harmonia orgânica entre os grupos sociais, ou a estabelecer laços corporativos entre estes que possam constituir uma base para o domínio político. Em vez disso, os laços entre a sociedade civil e o regime autoritário-burocrático são conseguidos através da cooptação³ de indivíduos e interesses privados pelo sistema.

³ "Por cooptação entendemos um mecanismo pelo qual o grupo que detém o poder incorpora em certas áreas grupos sociais até então excluídos, a fim de que a estabilidade social seja mantida" (Oliven, 1990, p.115).

O regime autoritário burocrático permite, de acordo com CARDOSO (1982), COLLIER (1982) e VALLE (1996, p.133), "a formação de círculos de tomada de decisões. Estes círculos são caracterizados, também, como anéis burocráticos, que constituem as ligações entre os interesses da sociedade civil e o Estado, envolvendo negociações entre os interesses privados e do Estado. (...) permitem aos interesses privados estabelecerem suas raízes dentro do Estado".

A Constituição de 1967 e as leis educacionais que dela surgiram mostram as relações existentes entre educação e o modelo econômico nacional, ao afirmarem que "o poder público incentivará o ensino e a pesquisa tecnológica". O Art. 176, que rezava que "a educação inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana é direito de todos e dever do Estado", chama atenção ao afirmar ser a educação "inspirada no princípio de unidade nacional", o que nunca apareceu nas constituições anteriores.

O Decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968, propiciou a formação de um grupo de trabalho para estudar a reforma universitária. O objetivo era "acelerar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país" (p.107). A partir do relatório deste grupo de trabalho, foi elaborada a nova política educacional de ensino superior, autorizada pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 (Relatório de Pesquisa da UFSC/INEP/1980).

Para CUNHA (1983), FREITAG (1980) e ROMANELLI (2000), a Lei 5.540/68 resultou do convênio entre MEC e USAID⁴. A lei da reforma do ensino superior é baseada no modelo universitário americano e estrutura o ensino em dois níveis: básico e profissional, e pós-graduação – mestrado e doutorado. Adota o sistema de créditos, a departamentalização, os cursos de pequena duração, a adoção de formas jurídicas múltiplas, a unidade de ensino e pesquisa, o regime de tempo

⁴ Ver Romanelli, O. de O. *História da Educação no Brasil*, p. 209-228; Fávero, Maria de L. de A. *Da Universidade "Modernizada" à Universidade Disciplinada*: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991.

integral e dedicação exclusiva para os professores e ainda introduz o vestibular unificado e classificatório e o sistema de bolsa de estudo para os alunos (a leitura do texto de lei o confirma). Para VALLE (1996, p.24), "esta nova estrutura organizacional buscava maximizar a racionalização das atividades universitárias, visando a sua maior eficiência e produtividade".

Segundo ROMANELLI (2000), a Lei 5.540/68 exige que o ensino superior passe a ser ministrado em universidades e só excepcionalmente em estabelecimentos isolados. O Conselho Federal de Educação ficou responsável pela criação de distritos geo-educacionais que reuniriam as universidades ou federação de escolas e os estabelecimentos isolados existentes. Objetivava, com isso, concentrar recursos materiais e humanos, fazer economia de aplicação de recursos e obter maior produtividade. O departamento é concebido para ser a menor fração da estrutura universitária, congregando as disciplinas afins; pressupõe também a criação de um órgão central para a coordenação do ensino e da pesquisa.

Nesta mesma Lei encontra-se, ainda, que cabe à Universidade oferecer, além dos cursos de graduação – de curta ou longa duração –, também cursos de pós-graduação, extensão, aperfeiçoamento e especialização. Além disso, unifica o vestibular, agora classificatório, por universidade ou por região, com realização ao mesmo tempo em todo o território nacional, eliminando, desta forma, o problema jurídico dos excedentes.

Propõe também a implantação de tempo integral e a dedicação exclusiva ao ensino e pesquisa. Ainda propicia a expansão dos cursos superiores considerados sem prestígio, pela iniciativa privada e a concorrência do mercado de trabalho de pessoal qualificado em nível superior, provocando queda real nos salários dos profissionais com este nível e fazendo com que a oportunidade de mobilidade social, que era uma característica oferecida pelo ensino superior, não mais existisse, restando apenas a oportunidade de "posicionamento das classes", como forma de não perder status.

Em relação à economia, a universidade fornece pessoal qualificado para as grandes empresas, embora estes profissionais estejam, constantemente, perdendo status. Atualmente, a pós-graduação ainda consegue manter a sua função de mobilidade social.

OLIVEN (1990) entende que, na Lei 5.540/68, a relevância social da universidade passou a ter como base o comportamento do mercado, e as atividades de extensão passaram a ser mercadorias a serem adquiridas pelos que desejassem um diploma, ou um serviço qualquer que a universidade pudesse prestar ou vender, como era o caso da pesquisa. Tomou como modelo a empresa capitalista, dando atendimento para a demanda, mas esquecendo as necessidades sociais. Para atender as pressões das camadas médias pelo ensino superior, houve a expansão e massificação de escolas isoladas no setor privado. Essa expansão e o controle ideológico, nas instituições públicas e privadas, agiram como forças homogeneizadoras, desmobilizando politicamente a comunidade acadêmica.

CUNHA (1999) afirma que os militares que prepararam o golpe de Estado de 1964 favoreceram o crescimento acelerado do ensino superior. O Conselho Federal de Educação era formado, em sua maioria, por dirigentes de instituições privadas que terminaram com o processo de federação dos estabelecimentos. Facilitou-se a criação de cursos, a ampliação de vagas e a concessão do status universitário. Os subsídios governamentais, dados através de fundo perdido, crédito educativo e bolsa de estudos, favoreceram o crescimento das unidades de ensino particulares.

CUNHA (1983), FREITAG (1980) e ROMANELLI (2000) concluem que a reforma universitária ocorrida em 1968, visando à modernização do ensino superior, colocou a universidade a serviço da produção de uma nova força de trabalho necessária ao capital monopolista tanto estatal como privado, representado pelas multinacionais. Tal modernização atendia, assim, a demanda de ensino superior dos jovens de classe média. É possível reconhecer que esta conexão também existiu no período de 1945/64, não de forma tão nítida, pois se achava atrelada ao populismo, ao nacionalismo e ao desenvolvimentismo.

Para VAHL (1980), o crescimento da rede particular de ensino superior isolado acentuou-se a partir de 1965 e atingiu o ponto máximo em 1968, com a pressão dos excedentes. Considerando o período em questão, tal fato fez com que o grupo de trabalho instituído pelo Decreto nº 63.422/68, para estudar o aumento de matrículas do ensino superior, concluísse pela: a) a criação progressiva de vagas nas instituições de ensino superior, até o ano letivo de 1975; b) a fixação do número não inferior de 110 mil vagas para o ano letivo de 1969. Assim sendo, em menos de 120 dias deveriam ser criadas 21 mil novas vagas, já que o ensino superior só dispunha de 89 mil vagas.

No Brasil, o ensino superior foi e ainda é considerado, por sua tradição, o melhor e mais curto caminho para ascensão social. Esta foi uma das causas que motivaram a demanda na década de 70 e ainda continua promovendo a procura do ensino superior. Corroboram esta linha FREITAG (1980), TEIXEIRA (1989), OLIVEN (1990), CUNHA (1991) e ROMANELLI (2000). Não havendo possibilidades de aumentar o número de vagas nas universidades federais, o governo federal propiciou a criação de estabelecimentos isolados de ensino superior, facilitando a aprovação dos pedidos de autorização para o funcionamento destas novas instituições de ensino.

Tal expansão ocorreu de forma quantitativa, e a preferência recaiu sobre os cursos de baixo investimento inicial e baixo custo operacional, sem que se observassem fatores de desenvolvimento nacional ou regional. Em FREITAG (1980), encontra-se que o ensino particular passou a oferecer cursos de Administração, Comunicação, Letras, Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia, Economia, todos de baixo custo de manutenção e enorme afluência de candidatos. Estas instituições abriam as portas aos candidatos provindos de classes subalternas, que não tinham chances de disputar as vagas na rede oficial.

Segundo CUNHA (1983) o número de universidades cresceu de 5, em 1945, para 37, em 1964, e os estabelecimentos isolados cresceram de 293 para 564 na mesma época.

De acordo com FREITAG (1980), os dados do MEC mostram que, entre 1968 a 1973, as matrículas no ensino privado cresceram 410%, e no público, 210%. Esta oferta de vagas no ensino superior particular é resultado da falta de capacidade do Estado em resolver o problema, levando-o a optar por autorizar cursos superiores em faculdades isoladas, no setor privado, para satisfazer os interesses da população que desejava, através da educação, ascensão social. Corrobora esta linha OLIVEN (1990), ao afirmar que, em 1980, 86% dos alunos freqüentavam estabelecimentos de ensino superior particulares. O custo do estudante do ensino privado é mais baixo do que o do público, porque os estabelecimentos de ensino superiores particulares dedicam-se mais às atividades de ensino do que pesquisa: "A proliferação de faculdades isoladas não seguiu a lógica da exclusão, mas antes da cooptação. Nessas escolas, as classes médias baixas recebiam inculcação dos novos valores que fortaleceriam o binômio desenvolvimento e segurança. O habitus⁵ que era então desenvolvido reforçava a obediência e autocensura" (p. 111).

As famílias mais ricas das cidades pequenas, por terem mais recursos disponíveis, geralmente mandavam seus filhos para as universidades fora. Tal fato fez com que as escolas isoladas atraíssem estudantes de origem sócio-econômica mais modestas para preencherem suas vagas, rebaixando, assim, seus padrões acadêmicos.

A expansão das matrículas a partir de 1968, tanto nas universidades públicas como nas instituições privadas, serviu para fortalecer as bases de legitimação do governo. Fazendo concessões à classe média, que "não desafiariam o caráter autoritário do regime na medida em que suas necessidades sociais fossem atendidas" (p. 112).

As grandes indústrias precisavam de pessoas qualificadas para trabalharem nos setores administrativos e técnicos, tanto no público como privado, mas também da camada média urbana com poder aquisitivo para consumir os bens duráveis que

⁵ "A ação pedagógica não é um trabalho sistemático que se estenda toda a vida, por essa razão ela visa reproduzir um treinamento durável, isto é, um habitus, definido como 'produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da ação pedagógica e por isso de perpetuar nas práticas os princípios interiorizados' (Bourdieu e Passeron apud Oliven, 1990, p.31)

eram produzidos. Assim sendo, “todo o enfoque técnico que orientou a reforma universitária de 1968 refletiu a nova realidade política e econômica do Brasil” (p.113), com o Estado propiciando a concentração do grande capital, em prejuízo dos interesses da pequena burguesia nacional. A forma de conquistar o apoio da classe média foi aumentando a oferta de vagas nos cursos superiores, principalmente nos particulares, por serem de baixo custo. As escolas isoladas do interior atraíram indivíduos pertencentes às camadas médias interioranas.

A massificação e privatização do ensino superior intensificaram-se no início dos anos 70. A partir de 1974, o MEC resolveu controlar a expansão do sistema de ensino superior, proibindo a criação de novos cursos. É possível afirmar, portanto, que a expansão do ensino superior no Brasil deu-se aleatoriamente, desprovida de um planejamento, levando em consideração interesses econômicos e a possibilidade de ele ser meio de ascensão social. Este crescimento acelerado favoreceu apenas o posicionamento das classes.

A contextualização aqui apresentada serve como um pano de fundo para mostrar em que circunstâncias Santa Catarina enquadrou-se.

I.4 O ENSINO SUPERIOR EM SANTA CATARINA

I.4.1 A Universidade Federal de Santa Catarina

Na década de 60, o então governador Celso Ramos implantou o 1º Plano de Metas, cujo objetivo era criar infra-estrutura básica para o crescimento social e econômico do Estado. A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – nasceu nesta época (ACAFE, 1999).

O Ensino Superior, na capital do Estado, iniciou em 1917, com a criação do Instituto Politécnico. Em 1932, foi fundada a Faculdade de Direito. Em 1943, ocorreu a criação do Curso Superior de Administração e Finanças, que foi transformado em Faculdade de Ciências Econômicas, em 1955. No ano de 1954, foi

autorizado o funcionamento da Faculdade Catarinense de Filosofia, com os cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Anglo-Germânicas e Pedagogia. Em 1955, o governo do Estado aprovou a criação de uma Fundação Universidade de Santa Catarina, que congregava os estabelecimentos de ensino existentes na capital e autorizou também a construção da Cidade Universitária, no bairro da Trindade, em Florianópolis. No ano de 1959, foi fundada a Faculdade de Serviço Social e, em 1960, a Faculdade de Medicina.

A existência destas faculdades propiciou a criação da Universidade, fato que se deu com a federalização, em 18 de dezembro de 1960, pela Lei nº 3.849, sancionada pelo então Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Nascia a Universidade Federal de Santa Catarina, em substituição à Universidade Estadual. O Governo do Estado autorizou a doação à União do patrimônio da Universidade Estadual, que passou a fazer parte da UFSC. A instalação solene da Universidade aconteceu em 12 de março de 1962, no Teatro Álvaro de Carvalho, sendo o primeiro reitor o prof. João David Ferreira Lima. Do conjunto de faculdades ela evoluiu e cresceu, tornando-se na realidade um órgão importante de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UFSC – 30 Anos de História, 1992).

I.4.2 O Sistema Fundacional

Tanto BORDIGNON (1978), como HAWERROTH (1999) e ACAFE (1999) admitem que o processo de interiorização do ensino superior em Santa Catarina deu-se no final da década de 50. E ocorreu motivada por dois fatores: a convicção de que o ensino superior impulsionaria o desenvolvimento regional e a organização da sociedade, principalmente de segmentos do ramo empresarial, político e educacional, que começaram a lutar para a implantação de instituições isoladas de ensino superior em suas regiões. Cabe aqui ressaltar que esse processo de interiorização do ensino superior aconteceu num sistema fundacional municipal.

A idéia de desenvolvimento tinha como diretriz a política econômica desenvolvimentista do governo JK, que era adotada no Brasil na época (BRUM,

1999), favorecendo o surgimento dos cursos de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, e também cursos de Filosofia, Ciências e Letras, pois o mercado de trabalho absorvia estes profissionais (VAHL, 1980).

HAWERROTH (1999) entende que o I Plano de Metas do Estado, implantado na década de 60, beneficiou o desenvolvimento econômico e social do Estado, criando subsídios ao ensino privado.

O autor destaca, ainda, que o modelo baseado no sistema fundacional municipal talvez seja único no país e atenta para a preocupação demonstrada pelo governo estadual, que criou um fundo estadual de educação para ajudar o ensino superior através da Lei nº 2.772, de 21 de julho de 1961. A mesma postura foi mantida pelo governo Ivo Silveira com a implantação do II Plano de Metas, priorizando "a valorização dos recursos humanos, através da difusão de cultura, da pesquisa-ação, e do ensino..." (Lei Estadual nº 3.971, de 30 de dezembro de 1965).

Esta mesma data é marcada pela criação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC. É interessante ressaltar que, quando da fundação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, conforme dados da ACAFE (1999), a média de alunos que freqüentava o ensino superior era de um aluno para cada grupo de cem na faixa escolar.

A década de 70, marcada pelo período conhecido como ciclo de expansão econômica – milagre brasileiro – , tem como maior prioridade no campo social a educação, o que provoca a plena ascensão da educação superior. Este fato vai refletir-se no governo estadual, e o então governador Colombo Machado Salles dá continuidade às políticas educacionais implantadas anteriormente, proporcionando a expansão das fundações educacionais. Surge assim, em 1974, a ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais –, reunindo 18 fundações

municipais, com o objetivo de organizar e traçar uma política educacional, visando à integração não só no distrito geo-educacional⁶, mas em todo o contexto estadual.

Uma das primeiras ações da ACAFE foi encaminhar recursos do FAS – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – para a implantação da infra-estrutura necessária aos campos das diversas microrregiões onde havia fundações educacionais. A seguir, está a nominata destas instituições de ensino superior, levando-se em consideração o ano de implantação, com base em dados da ACAFE de 1999 (ver quadro 1, anexo 1).

A UNIPLAC surgiu em 19 de julho de 1959, com a fundação da Associação Catarinense de Cultura – ACC –, cujo objetivo era interiorizar o ensino superior na região serrana, mas foi a Lei Municipal nº 255, de 19/11/65, que a transformou em Fundação Educacional de Lages – FEL. Foram os cursos de Ciências Econômicas e Contábeis os embriões da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, reconhecida pela Resolução nº 134/99/CEE/SE e pelo Decreto nº 312, do governador de Estado Esperidião Amin Helou Filho, de 23 de junho de 1999.

Na região de Blumenau, a Lei Municipal nº 1.233, de 2 de março de 1964, criou a Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau, marco inicial da Universidade Regional de Blumenau – FURB –, reconhecida pela Portaria Ministerial nº 117, de 13 de fevereiro de 1986.

Em Itajaí, na primeira metade dos anos cinquenta, foi criada a Sociedade Superior Flávio Ferrari – SSFF –, embrião da Sociedade Itajaíense de Ensino Superior – SIES, surgida na década de 60. Dessa primeira arremetida em busca do ensino superior fazia parte a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e de Ciências Jurídicas e Sociais. O que foi oficializado pela Lei Municipal nº 588/64 como Estabelecimento de Ensino Superior, posteriormente, em 1989, através da Portaria Ministerial nº 051, foi transformado em Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI –, pela Lei Municipal nº 2.515/89.

⁶ Ver Hawerth, J.L. A expansão do ensino superior..., p.42-43; Relatório 1 – Histórico da UNIPLAC, p.51.

Em Tubarão, a Lei Municipal nº 353, de 25 de novembro de 1964, criou a Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Santa Catarina, e a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – foi reconhecida pela Portaria do Ministério de Educação nº 028, de 27 de janeiro de 1989.

A criação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – ocorreu em 20 de maio de 1965, através do decreto nº SE-2.802, para coordenar as atividades de ensino existentes. Compreendia então os seguintes cursos: Faculdade de Educação e Escola Superior de Administração e Gerência, em Florianópolis, e Faculdade de Engenharia, em Joinville. Após esta data foram criadas, em 1973, a Escola Superior de Educação Física, em Florianópolis, e a Escola Superior de Medicina Veterinária, em Lages. Em 11 de novembro de 1985, através da Portaria nº 893, o Conselho Federal de Educação reconheceu-a como Universidade.

Em Rio do Sul, a Lei Municipal nº 613, de 7 de julho de 1966, instituiu a Fundação Educacional do Alto vale do Itajaí – FEDAVI –, que manteve a Faculdade de Administração de Empresas do Alto Vale do Itajaí – FAEAVI. Em 1998, a FEDAVI transformou-se em Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI –, reconhecida como Universidade em 7 de julho de 2001.

Em Criciúma, a Lei Municipal nº 697, de 22 de junho de 1968, possibilitou o surgimento da Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma – FACIECRI – que, em 1997, transformou-se na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Em Joinville, 1968 marcou a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e 1969, a da Faculdade de Ciências Econômicas. Foram os embriões da hoje Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Pelo Parecer nº 214/95/CEF, ela foi reconhecida e credenciada através de Decreto Presidencial de 14/08/96.

A Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC – é o resultado de três instituições isoladas de ensino superior surgidas a partir da década de 60. A

primeira, em Joaçaba, em 1968, foi a Fundação Universitária do Oeste de Santa Catarina – FUOC –; a segunda, em Chapecó, em 1971, a Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE –, e a terceira, em Videira, em 1972, a Fundação Empresarial e Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe – FEMARP. As três instituições funcionavam isoladas até 1991, quando se unificaram, com o objetivo de se transformarem em Universidade, fato que se concretizou pelo Parecer nº 263, de 20 de dezembro de 1995, do CEE, que reconheceu a UNOESC como Universidade.

A Universidade do Contestado – UNC –, surgiu da reunião das instituições de ensino superior isoladas existentes nos municípios de Caçador, Concórdia, Canoinhas, Mafra e Curitiba. Em 1990, foi iniciado o projeto institucional da Universidade e elaboração da carta-consulta. Pelo Parecer nº 246/97 e Resolução nº 42/97 de 21/10/97, o CEE/SC reconheceu a Universidade do Contestado – UNC –, homologada pelo Governador do Estado em 03.12.97.

Em Brusque, a Lei Municipal nº 527, de 15 de janeiro de 1973, criou a Fundação Educacional de Brusque – FEBE – com a instalação do curso de Estudos Sociais na Escola Superior de Estudos Sociais – ESES. Atualmente esta instituição mantém alguns convênios com a FURB e funciona no Centro de Educação Superior de Brusque – CESBE. Seu objetivo atual é preparar a instituição para transformá-la em Centro Universitário.

Por fim, na cidade de Jaraguá, a Fundação Educacional Regional Jaraguense – FERJ – foi instituída através da Lei Municipal 439, de 31 de agosto de 1973, com a criação do Curso de Estudos Sociais, em 1976. Ainda funciona como instituição isolada.

CAPÍTULO II – O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA UNIPLAC, SEUS ATORES E PERSPECTIVAS

II.1 INTRODUÇÃO – ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA REGIÃO SERRANA

Situada no planalto catarinense, numa extensão de 2.651,40 km², sendo 216 de área urbana, Lages faz parte dos “Campos Gerais” do planalto meridional brasileiro. Sobre sua fundação, COSTA (1982) informa que , quando a bandeira de Antônio Correia Pinto de Macedo aqui chegou, em 1766, para fundar a Vila das Lagens, a região do planalto já era habitada por fazendeiros e tropeiros, principalmente paulistas, que a utilizavam como ponto de parada para descanso das tropas de gado vacum, cavalar e muar, oriundos dos campos de Vacaria, Viamão ou Araranguá, e destinados a abastecer as feiras de Sorocaba, em São Paulo.

O desenvolvimento econômico da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages teve por base a pecuária extensiva. Para PIAZZA (1988), tal desenvolvimento deve-se à existência de grandes fazendas na região, surgidas em decorrência da ocupação territorial ser baseada no sistema de sesmarias, implantado a partir de 1772.

Ainda com relação ao ciclo da indústria pastoril extensiva, COSTA (1982) relata que ele durou até 1930, sendo a principal base de suporte econômico da região. Durante esse ciclo, a floresta de araucária era considerada praga, pois atrapalhava a atividade pastoril. A migração de alemães e italianos do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo que marca o fim do ciclo pastoril, abre uma nova atividade, pois aqui eles se dedicaram à extração da madeira – pinheiro e madeira de lei –, então abundantes, fazendo com que a economia da região, principalmente a de Lages, alcançasse o maior progresso no setor primário. Assim, a madeira passou “a ter maior significação econômica que a pecuária” (p.913).

No final da década de 40, foram instaladas novas serrarias, movidas a vapor, que ocasionaram maior produtividade e favoreceram o fornecimento de madeira para várias cidades de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na década de 50, a abertura da BR 2, atual BR 116, facilitou o escoamento da madeira bruta, que passou a abastecer a construção civil em grande desenvolvimento nos centros urbanos, inclusive para a construção de Brasília. Santa Catarina contribuiu com 64% da madeira exportada pelo Brasil nesta mesma década, a maior parte retirada das florestas de Lages.

Ainda nos anos 50, foram instaladas na região algumas fábricas de laminados, compensados, pasta mecânica, móveis e a fábrica de Papel Itajaí, na localidade de Encruzilhada, hoje município de Otacílio Costa. Em 1958 foi vendida para a Olinkraft Celulose e Papel Ltda, grupo americano, que além de fabricar papel e celulose, mantinha serraria própria. A transformação do setor primário da economia extrativista em setor secundário, com o estabelecimento da indústria de transformação da madeira, fez com que a região se integrasse à economia nacional. Corroborar esta linha MUNARIM (2000), ao admitir que o período desenvolvimentista fez com que Lages se integrasse à economia nacional, superando a condição de ilha econômica, ficando conhecida como a Princesa da Serra.

Localizada no planalto serrano, caracterizado por campos e florestas de araucária, bracatinga, reflorestamentos e arbustos, Lages desenvolve-se como região pólo de atração e influência regional. Integra-se à Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES –, que compreende os municípios de Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Otacílio Costa, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema.

De 1940 a 1970, o crescimento populacional de Lages deu-se num ritmo mais acelerado, conforme dados da tabela 1 – Evolução da População de Lages. Entre 1940 e 1950, a população urbana cresceu 76% e a rural, 34,8%; de 1950 a 1960, houve um crescimento de 181,7% para a urbana e 35,2% para a rural. Já entre 1960⁷ e 1970, a urbana cresceu 124,8% e a rural sofreu um decréscimo de 51,5%; entre 1970 e 1980 a urbana cresceu 38,1% e a rural teve um decréscimo de 19,3%;

⁷ A partir de 1961 os distritos de São José do Cerrito, Anita Garibaldi e Campo Belo do Sul foram desmembrados de Lages, tomando-se municípios.

entre 1980⁸ e 1990, a urbana cresceu 12,1% e a rural decresceu 60%, e de 1990⁹ a 2000, a urbana cresceu 9,9% e a rural decaiu 67,7%.

OLIVEN (1990) associa a rapidez do crescimento das cidades, ou seja, o ritmo de urbanização, com a expansão do ensino superior, devido à pressão exercida pelos grupos sociais das camadas médias urbanas, a fim de alcançar os níveis mais altos de escolaridade, uma vez que o diploma possibilita manter ou melhorar a posição sócio-econômica. Admite também que a instalação de uma escola superior isolada, que “uma faculdade pudesse ser uma forma de readquirir o prestígio de que desfrutava a cidade em época passada” (p.93).

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE LAGES

População	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Urbana	8.024	14.13	39.807	89.494	123.616	138.575	152.320
Rural	44.418	59.897	81.014	39.234	31.677	12.660	4.086
Suburbana	1.255	3.204	-	-	-	-	-
Total	53.697	77.234	120.821	128.728	155.293	151.235	156.406

Fonte: IBGE 2001.

Para HAWERROTH (1999, p.34),

As novas condições econômicas da sociedade brasileira caracterizadas pela acumulação de capital com crescente internacionalização e, concomitantemente, um rápido processo de sofisticação tecnológica das atividades relacionadas à produção, tomam necessário responder a demanda do processo de assimilação da tecnologia importada. Ressalte-se que nossa mão-de-obra teve que readequar-se para os padrões de produtividade exigidos pela tecnologia antes inexistentes no país, forçando, assim, a elevação dos níveis educacionais exigidos pelo sistema produtivo.

No final da década de 50, funcionavam em Lages cinco escolas de segundo grau: a Escola Técnica do Comércio de Lages, a Escola Normal Santa Rosa de Lima, a Escola Normal Vidal Ramos, a Escola Técnica de Comércio Santo Antônio e o curso científico no Colégio Diocesano. Concluído o ensino médio, poucos alunos dispunham de condições para se deslocarem a Curitiba, Porto Alegre ou Florianópolis e dar continuidade a seus estudos.

⁸ O mesmo ocorreu em 1983, com a criação dos municípios de Otacílio Costa e Correia Pinto.

⁹ E também em 1997 com a criação dos municípios de Bocaina do Sul, Capão Alto e Painel.

Conforme afirma SARTORI et al. (1999, p.12), “nesse contexto é que já entre 1955 e 1956, é sugerida a implantação de um curso de Direito em Lages, idéia que aparece posteriormente, em outras oportunidades, (Guia Serrano, 1960) como o telegrama do Deputado Evilásio Caon (março de 65) e na informação nº 73/65, da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Educação (maio 65)”.

No histórico da UNIPLAC (1999), encontra-se a data de 19 de julho de 1959 como a de fundação da primeira mantenedora de ensino superior da região: as Faculdades de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais de Lages. Pela Lei nº 2154, de 05/11/59, a Associação Catarinense de Cultura – ACC – foi declarada de utilidade pública estadual pelo Diário Oficial nº 6.447, e em nível municipal pela Lei nº 247, de 14/11/59, pelo prefeito Vidal Ramos Júnior, que também a declarou como órgão consultivo do município de Lages.

Considerada instituição de direito privado, sem fins lucrativos, na hoje UNIPLAC, em 13/02/64, de acordo com a Lei nº 4.024, foram instalados os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, mas o Parecer nº 117/65 CFE, de 11/03/65, negou autorização para o funcionamento dos cursos. Na época, a Congregação da Faculdade “elegeu uma comissão para lançar mão de todos os meios para a consecução dos fins da Faculdade” (p.18). Então, em 19/11/65, a Lei Municipal nº 255 criou a Fundação Educacional de Lages – FEL – que tinha a finalidade de estudar, planejar e executar os encargos educacionais do ensino superior no município de Lages. Em março de 1966, foram iniciadas as aulas dos cursos da Faculdade de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis – FACEC.

Em setembro de 1966, a direção da FEL, na pessoa de seu presidente, Jorge Barroso Filho, acompanhada de vários segmentos da comunidade lageana, entre eles o prefeito de Lages, Valdo da Costa Ávila, o comandante do 2º Batalhão Rodoviário, Cel. Samuel Augusto Alves Correia, o líder político local, Oscar Schweitzer, e os representantes do Diretório Acadêmico 8 de Maio, Walter Hoeschel Neto e José Acúrcio Goulart, dirigiram-se a Florianópolis para requererem do Governador do Estado, Ivo Silveira, a integração ou a agregação dos cursos de Ciências Econômicas e Contábeis à Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC. A solicitação lageana foi negada pelo Conselho Curador da Fundação Educacional de Santa Catarina – FESC –, sob a

alegação de que tal ato acarretaria pesados ônus à fundação. Em 16/08/68, pelo parecer 102/68 CEE/SC, a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages foi autorizada definitivamente a funcionar. O seu reconhecimento somente ocorreu pelo Parecer nº 660/71 CESu, de 14/09/71 (ver anexo 2), e pelo Decreto Presidencial nº 69.457, de 03/11/1971 (ver anexo 3).

A Fundação Educacional de Lages foi transformada em Fundação Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC – pela Lei Municipal nº 005 de 14/03/69, atendendo, assim, as normas da Lei nº 5.540.

Em 1969, com o intuito de atender as necessidades das escolas de segundo grau da região, o prefeito Áureo Vidal Ramos criou um grupo de trabalho composto por professores e profissionais liberais, cujo objetivo era a implantação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Autorizada pelo Parecer nº 48/70/CEE/SC, em 14/05/70, a Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages iniciou, em agosto de 1970, as atividades letivas dos cursos de licenciatura plena em Pedagogia, Matemática, Ciências Sociais e Letras. A autorização para o funcionamento do Curso de Ciências de 1º Grau aconteceu em 1976, pelo Decreto nº 78.847, de 29/11/76 (ver anexo 4). Todos os cinco cursos da faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages – FACIP – foram reconhecidos pelo Parecer nº 1.207/CFE, de 06/05/77, Processo nº 3.660/73 e Decreto nº 79.943, de 13/07/77¹⁰ (ver anexo 5).

O Centro de Pesquisa e Extensão – CEPE – foi criado em 1978, pela Ata do Conselho Diretor nº 15 (ver anexo 6), com o objetivo de traçar diretrizes nos campos da pesquisa, extensão e planejamento da UNIPLAC, e desativado em 1984, “sob a alegação de que se tratava de uma torneira aberta de recursos sem retorno para a instituição” (p.42).

Por sua vez, o Curso de Ciências Administrativas foi autorizado a funcionar pelo Decreto nº 73.650, de 14/02/74, e reconhecido pelo Parecer nº 2.715/CESu, em 05/10/77 (ver anexo 7), e Decreto Federal nº 81.100, de 22/12/77. A transformação

¹⁰ A demora do reconhecimento dos cursos da FACIP deve-se ao fato de os professores serem apenas licenciados. Só a partir de 1975 e 1978 é que começaram a fazer os cursos de especialização. Consultar Relatório 4 – Recursos Humanos, p.19-97.

da Fundação Universidade do Planalto Catarinense – UPC – em Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense – UNIPLAC –, foi oficializada pela Lei nº 001, de 03/04/73, atendendo as recomendações feitas pela comissão verificadora das condições para o reconhecimento da FACIP, em fevereiro do mesmo ano, uma vez que, através da Lei nº 5.540, o Conselho Federal de Educação proibia o uso do termo “Universidade” para as fundações que ainda não o eram.

O curso de Direito foi autorizado a funcionar em 1985, pelo Parecer nº 154/CEE/SC, e Decreto nº 91.252, sendo reconhecido em 1991 pelo Parecer nº 877/90/CFE (ver anexo 8) e Portaria nº 199/91 (ver anexo 8). A fim de agregar o Curso de Direito à FACEC, recebeu então nova denominação: Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis, Administrativas, Jurídicas e Sociais de Lages.

A Lei nº 5.540, que estabelece, no art. 20, que “o ensino superior indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades, e excepcionalmente, em estabelecimentos isolados...”, propiciou, na década 70, com o reconhecimento da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages – FACEC –, e dos cursos da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages – FACIP –, o surgimento das primeiras tentativas de implantação da Universidade. Nesta década de 80, com o fim do ciclo da indústria madeireira e com a crise da pecuária, somadas ao desmembramento dos distritos de Correia Pinto e Otacílio Costa, que participavam com 43% da arrecadação do orçamento municipal de Lages, a criação da universidade passou a ser vista como a única maneira de viabilizar o desenvolvimento da região. Nasce, assim, o entendimento da universidade como a grande indústria para o desenvolvimento da região serrana e a procura de uma nova identidade regional.

A partir de 1987, reúnem-se representantes do poder público estadual, municipal¹¹ e segmentos de sociedade local, sob a assessoria de especialistas no assunto, como o Prof. Osvaldo Delia Giustina¹², para debater sobre a “viabilidade de implantação da Universidade do Planalto”. Em 21 de julho, o prefeito Paulo Duarte nomeou uma comissão, composta de autoridades educacionais, líderes estudantis,

¹¹ Ver Relatório 1 – Histórico da UNIPLAC, op. cit., p.53-55.

¹² Era chefe de gabinete do Ministro da Educação, Jorge Bornhausen.

partidos políticos e a comunidade, para estudar a implantação da futura Universidade do Planalto Catarinense, mas os resultados não foram divulgados

Em julho de 1987, sob a assessoria do prof. Ignácio Ricken¹³, realizou-se a análise da expansão do ensino superior no Brasil nos últimos 20 anos, focalizando principalmente as faculdades isoladas e o processo burocrático para se transformarem em universidade. Na mesma época, buscava-se apoio junto às reitorias da UDESC e UFSC para assumirem ou incorporarem a UNIPLAC. Em novembro de 1989, a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense dirigiu ao presidente de mesa diretora dos trabalhos de elaboração da Lei Orgânica do Município de Lages uma "Proposta para o Ensino Superior no Município de Lages"¹⁴.

Ainda com o objetivo de implantar a Universidade, a Câmara de Vereadores organizou, em 1991, o fórum de debates sobre o "Ensino Superior", com a participação do executivo, dirigentes da UNIPLAC, da AMURES e representantes dos diretórios acadêmicos do CAV e da UNIPLAC. Deste fórum resultaram as seguintes propostas: 1) fusão da UNIPLAC com o CAV, criando a segunda universidade estadual; 2) incorporação da UNIPLAC à UDESC e 3) transformação da UNIPLAC em universidade autônoma. É importante salientar que, em 1994, tais propostas ainda sobreviviam entre os órgãos deliberativos superiores da instituição e a sociedade lageana.

Se, até então, não existia um projeto de universidade, na reunião do Conselho Diretor de 26/04/94, Ata nº 138/94, foi estabelecida a composição da comissão (estatuinte), visando ao projeto da universidade. Dela faziam parte diretores e vice-diretores de unidades, chefes de departamentos, um professor por curso, dois acadêmicos por curso, dois membros do Diretório Central dos Estudantes, funcionários; o Centro de Ensino Fundamental era representado pelo seu diretor, um professor e um aluno; a Associação Comercial Industrial de Lages –

¹³ Cursou doutorado em Letras na Alemanha em 1966, Mestrado em Administração Universitária na UFSC em 1981. Foi Reitor da FURB, Diretor Executivo da FAPEU/UFSC, e Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão da UDESC. É membro de Comissões de Credenciamento de Universidades do CFE e CESu, e consultor de Universidades a mais de 20 anos a nível nacional.

¹⁴ Ver Relatório 1 – Histórico da UNIPLAC, op.cit., p.54

ACIL –, Associação dos Municípios da Região Serrana – AMURES –, Legislativo Municipal, representante sindical, representante do Executivo Municipal, representante da Secretária da Educação, Cultura e Desporto de Santa Catarina, Curadoria das Fundações, Presidente da UNIPLAC, representantes (um) dos Conselhos Diretor, Ensino, Pesquisa e Extensão e Curador, totalizando 56 membros.

Ainda na administração do Prof. Pedro Gasparin, foram realizadas reuniões de estudos e debates com assessores especiais como os profs. Luiz Fernando Scheibe – UFSC –, em 01/07/94, Valdemar Sguissard – UFSCAR –, em 08/07/94 e Miriam Schiickmann – UDESC –, em 21/07/94. Com a posse da prof^a. Nara M. K. Göcks, em de 20/12/94, como presidente da UNIPLAC, em parceria com o prefeito Carlos Fernando Agustini, acontece a contratação do prof. Ignácio Ricken, para assessorar a elaboração da carta consulta da futura Universidade do Planalto. Em 11/12/95, através do Of. nº 124, foi protocolada a Carta Consulta das Faculdades Unidas do Planalto Catarinense no Conselho Estadual de Educação, para a transformação em Universidade do Planalto Catarinense.

Em fevereiro de 1996, foi encaminhado o projeto da Universidade ao CEE, tendo sido designado como relator do processo PCEE 364/959 o Conselheiro Prof. Dr. Walter Fernando Piazza. Em 30/04/96, pelo Parecer nº 159/96 do CEE/SC, foi aprovada a carta consulta da UNIPLAC. E, em 05/10/96, pelo Of. GAP nº 267, foi protocolado o Projeto de Universidade do Planalto Catarinense (PCEE 481/963).

A instalação da Comissão Especial de Acompanhamento do Processo de Transformação em Universidade aconteceu em 12/12/96 e, a partir desta data, a UNIPLAC passou a usar o título de Universidade em acompanhamento. O corpo docente da UNIPLAC, em fevereiro de 1999, era formado por 160 professores que atuavam no terceiro grau. Destes, 28 eram mestres ou doutores, perfazendo 18% do total; 123 eram especialistas, ou seja 76% do total e 9 eram graduados, num total de 6%¹⁵. Os relatórios parciais e o relatório final da Comissão Especial de Acompanhamento do Processo de Transformação da instituição foram protocolados no CEE em 13/04/99. Em 15/06/99, o CEE reconheceu a UNIPLAC como

¹⁵ Relatório 4 – Recursos Humanos, p.12.

Universidade e, pelo Decreto nº 312, de 23 de junho de 1999 (ver anexo 9), o governador Esperidião Amim Helou Filho reconheceu a Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC –, mantida pela Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, no município de Lages.

“Hoje, às vésperas de completarmos 40 anos de Ensino Superior no Planalto Serrano de Santa Catarina e 30 anos de UNIPLAC, nos orgulhamos de ver finalmente aprovado o seu processo de transformação em Universidade...” – foram palavras proferidas pela Reitora da UNIPLAC, prof^a. Nara Göcks, durante sessão especial da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no dia do reconhecimento da Universidade do Planalto Catarinense¹⁶.

II.2 – A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM LAGES – ANÉIS BUROCRÁTICOS: INTERCONEXÃO COM INTERESSES ESPECIAIS

A implantação do ensino superior em Lages e a posterior concretização da UNIPLAC como Universidade são atos que não devem ser entendidos como uma simples ação, ou mesmo como resultado da vontade de um grupo que, então, detinha o poder e dissociado das relações sociais que aqui se estabeleciam.

Na concepção de Cardoso, o regime autoritário-burocrático favorece a formação de círculos de tomada de decisões, ou seja a formação de anéis burocráticos, que "constituem as ligações entre os interesses da sociedade civil e o Estado, envolvendo negociações entre os interesses privados e do Estado" (In: COLLIER, 1982, p.50).

A mesma percepção é demonstrada por VALLE (1996, p.133), ao afirmar que os anéis burocráticos crescem no interior das organizações burocráticas, pelos meios de "cooptação de figuras proeminentes, com ampla tramitação (dentro e fora) do aparelho de Estado; estas figuras no dizer de Cardoso, permite aos interesses privados estabelecerem suas raízes dentro do Estado". Desta forma, no processo de criação e implantação da UNIPLAC, verifica-se a existência de mecanismos que

¹⁶ Revista da UNIPLAC, v.2, n.2, p.126, jul/dez.1999.

possibilitam a visualização de tais elos. Estes mecanismos encontram-se na ação de figuras proeminentes nas áreas políticas e econômicas da região.

CARDOSO (1975) também salienta que através dos anéis burocráticos o setor privado articula-se politicamente, para se imiscuir nas decisões do Estado. O objetivo é unir, momentaneamente, um círculo de interessados para a solução de um problema. Não é uma forma ou instrumento de pressão que a sociedade usa sobre o Estado, mas uma forma de articulação, objetivando a cooptação de indivíduos nas cúpulas decisórias. Os membros das classes citadas transformam-se em participantes nas tomadas de decisões.

Partindo da concepção de que os anéis burocráticos "permitem a articulação dos interesses de grupos fragmentários que fazem parte (direta ou indiretamente) do aparelho do Estado" (VALLE, 1996, p.133) e, de certo modo, envolvem todos os segmentos da sociedade, é possível, através deles, analisar ou mesmo buscar a compreensão do processo de implementação do ensino superior em Lages.

Conforme VALLE (1996), as organizações burocráticas têm sua origem nas relações de poder que se estabelecem entre os setores sociais privilegiados. E o exercício do poder, em tais organizações, vai acontecer estruturado na conciliação de diferentes interesses, e sua legitimação ocorre a partir dos critérios de neutralidade e racionalidade técnico-burocrática. Assim a implantação e posterior transformação da UNIPLAC em Universidade pode ser entendida como decorrência da organização burocrática e o exercício do poder que garantem um caráter impessoal, porém disfarçam a existência dos anéis burocráticos.

As razões e o processo de criação da UNIPLAC, neste trabalho, são entendidas a partir das entrevistas, aqui analisadas, privilegiando sete perguntas e uma série de fotografias, priorizando sempre a ordem e as abordagens contidas nas entrevistas.

Analisar-se-ão as respostas dos entrevistados (ver nominata e currículo no anexo 10) a partir do questionário (ver anexo 11), que propunha as seguintes questões:

II.2.1 Principais motivos da criação e implantação do ensino superior em Lages

Para Chedid, tal motivo ancora-se em aspectos como:

Na década de 60, ainda eram poucas as faculdades e universidades no Brasil, e a aprovação e instalação das mesmas significava para os políticos dos municípios e regiões onde elas se instalavam reconhecimento e prestígio por parte das comunidades beneficiadas. Isto porque, naquele período da história do ensino superior, eram favorecidas as regiões onde o poder político tinha maior influência.

O aspecto positivo para uma comunidade com ensino superior é a possibilidade de propiciar acesso mais fácil àqueles que concluíram o 2º grau e que, por razões de ordem econômica ou de trabalho, não podem afastar-se para frequentar uma faculdade.

Lages não poderia fugir a esta regra. Tinha as condições básicas para instalar cursos superiores que atendessem a maior demanda, ou seja, os cursos que possibilitassem a melhoria dos conhecimentos já adquiridos.

Na nossa opinião, Lages tinha condições de implantar o ensino superior, mesmo que era um município para onde convergiam as atenções de toda a região em torno da mesma e também porque tinha aquilo que conhecemos como "vontade política" para que as coisas acontecessem, e como havia políticos com prestígio, foi mais fácil iniciar a implantação do ensino superior.

A mesma percepção é demonstrada por Amaral, ao afirmar que:

O movimento precursor que deflagrou a luta pela implantação do ensino superior em Lages decorreu da conscientização de lideranças de variados segmentos da comunidade, educacionais, políticos, empresariais, etc., de que o desenvolvimento econômico-social que tanto almejávamos para nossa terra e região assentava-se na elevação do nível cultural da juventude estudiosa, da preparação de novas lideranças, de profissionais com formação mais aprimorada, capazes de constituírem-se em agentes dinamizadores da economia regional. Naquele momento, já se faziam visíveis no horizonte do planalto serrano sinais claros de agravamento do quadro econômico-social da região.

Entretanto, a realidade em Santa Catarina, à época, no que dizia respeito a cursos de ensino superior, era desanimadora. Somente na década de 50 é que foi implantada a Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. O catarinense que desejasse e tivesse condições econômicas de partir em busca de uma faculdade, tinha que ir ao Rio Grande do Sul ou Paraná, ou ainda outros centros mais distantes, afora os reduzidos cursos oferecidos pela UFSC.

A educação, nesse nível, colocava-se em privilégio inalcançável ao catarinense da classe média.

Koerich afirma que

O sonho foi o principal motivo para se querer a criação e implantação do ensino no interior de Santa Catarina. Pois como se sabe, nos idos da década de 50, cursos superiores só eram encontrados nas capitais dos estados, e Santa Catarina tinha três capitais: Porto Alegre, Curitiba e por último a própria capital, Florianópolis. Com o espírito desse sonho e conhecendo a dificuldade do deslocamento para uma dessas capitais, o grupo de estudantes que havia terminado o curso médio de contabilidade em 11 de dezembro de 1958, na Escola Técnica de Comércio do Colégio Diocesano, se reuniu para o começo do movimento de implantação de cursos superiores no interior do nosso Estado. O movimento foi implantado em janeiro de 1959 e dele foi decorrente o surgimento do que hoje nós conhecemos como UNIPLAC. O movimento pioneiro no Estado foi liderado pelo professor Bernardino Nelson Gevaerd e teve como coadjuvantes José Rodrigues Lopes Neto, Júlio César Malinverni, Frei João Capistrano Binder, Adolfo Gilberto Toschi, Roland Hans Kumm, Amélio Nercolini, Valdomiro Nercolini, Antonio Carlos Koerich, Antonio Fernando de Alcântara Athayde e Ariindo Bernardt.

Para Oliveira,

O motivo principal foi a busca da interiorização do ensino superior, tendo Lages como pólo. No entanto, outros motivos de importância também impulsionaram a iniciativa, a saber: dar continuidade aos egressos dos cursos de Contabilidade existentes; dois - propiciar a fixação dos novos valores nas áreas, em nossa cidade, diminuindo a evasão de nossa mocidade, o que ainda ocorre; apoio da Província Franciscana à iniciativa, que posteriormente foi retirado; consolidação de Lages como pólo de serviços; criar novas frentes de trabalho na área educacional. Deve ser lembrado que a administração Áureo Vidal Ramos (o Nuta) permitiu "que tudo isso fosse possível".

Arruda entende que

O principal motivo decorreu da necessidade de corresponder aos anseios e reivindicações da juventude estudantil, bem como de toda a comunidade do Planalto Serrano.

O projeto de implantação nasceu através de ato do então prefeito Áureo Vidal Ramos, criando uma comissão especial incumbida de coletar dados, realizar consultas e estudos que culminaram com a elaboração do embrião universitário.

Já para a professora Vanoni, da UNIPLAC, a implantação do terceiro grau em Lages deve-se principalmente a três razões:

A necessidade de um grupo de profissionais ligados ao comércio de se aprimorarem e se apropriarem de novos conhecimentos; a tentativa de manter na região os jovens que terminavam o segundo grau, pois a implantação de alguns cursos condicionavam a faixa da população com menor poder aquisitivo a buscar o que era

oferecido e permanecer na região; e o interesse do grupo hegemônico local que utilizou o ensino de terceiro grau como carro-chefe durante muitas campanhas políticas.

Por sua vez, o deputado federal Fernando Agustini, concebe:

Eu não tenho a informação adequada do que ocorreu, especificamente, naquele instante e que motivou a implantação dos primeiros cursos. Mas creio que da mesma forma que está ocorrendo agora, depois da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, houve uma liberação de cursos. Estão sendo abertos cursos no Brasil inteiro. Possivelmente, nos anos 60 houve uma implantação de cursos, e Lages, que era uma cidade forte, um dos principais municípios do Estado de Santa Catarina, acompanhou esta tendência e implantou aqui os cursos.

Em contrapartida, Gasparin afirma que

O motivo principal da criação e implantação do ensino superior em Lages não é muito diferente do que ocorreu e ocorre em qualquer região ou comunidade que atinge certo nível de desenvolvimento sócio-econômico: a educação passa a ser vista como "a mola mestra do desenvolvimento". Inicia-se um processo de conscientização de que "preparação de recursos humanos qualificados se constitui em pré-requisito fundamental do desenvolvimento". A partir disso, algumas pessoas ou segmentos organizados da sociedade pensam e decidem qual o melhor caminho para que o ensino e a educação em geral possam ser ampliados e qualificados para atender as demandas do desenvolvimento regional.

Além disso, à época, Lages já contava com egressos de segundo grau em quantidade suficiente para comportar o ensino superior, sem desprezar a demanda reprimida constituída por todos aqueles que, não tendo podido buscar um curso superior em outras paragens, aqui se encontravam à espera do surgimento da "faculdade" em Lages.

Das entrevistas de Muniz, Baggio, Somariva, Cardoso, Antunes, Göcks e Sartori, pode-se extrair que o ensino superior deveria contribuir decisivamente no desenvolvimento econômico, cultural e social, agindo como um verdadeiro agente de mudança no município e região serrana. O Brasil vivia a fase desenvolvimentista, com o enquadramento da economia brasileira no contexto internacional. Lages, neste momento, estava no auge do ciclo da madeira, o mercado necessitava de formação de mão-de-obra qualificada.

Já Moreto e Binatti afirmam ser "a necessidade regional dessa qualificação, tendo em vista que nem todos tinham condições para se deslocarem à capital do estado ou mesmo a Curitiba ou Porto Alegre, para freqüentarem o terceiro grau".

Moreto complementa esta idéia ao afirmar que

O Ministério de Educação, na época, facilitava a criação de cursos superiores para aliviar a pressão das entidades estudantis que reclamava da falta de vagas nas universidades. O crescimento da UNIPLAC acompanhou o crescimento natural da urbanização e a tendência dos estudantes em não se acomodarem após a conclusão do ensino médio. Na década de 70, o número de universitários no Brasil triplicou, havendo um grande aumento quantitativo, sem grandes preocupações com o aspecto qualitativo.

Piazza salienta que "A implantação do ensino superior em Lages, está dentro de uma formação de mentalidade em que as regiões de Santa Catarina estavam defendendo cada uma ter sua escola de ensino superior. Evidentemente que algumas apresentaram fatores favoráveis de imediato e outras tiveram mais dificuldades".

Conclusão

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados, percebe-se que, embora haja pensamentos diversos, existe unanimidade em suas posições, pois entendem que no Brasil, na década de 60, existiam poucas faculdades e universidades, e sua existência significava reconhecimento e prestígio tanto para os municípios onde estavam instaladas quanto para os políticos. Assim, o movimento precursor que deflagrou a luta pela implantação do ensino superior decorreu da conscientização de lideranças de vários segmentos da comunidade – setores educacionais, políticos, empresariais – e da idéia de que o desenvolvimento econômico-social, almejado para Lages e região, assentava-se na elevação do nível cultural da juventude e na preparação de novas lideranças profissionais com formação especializada.

Nesse contexto, a educação passa a ser vista como a "mola mestra do desenvolvimento", como um agente de mudança para o município e região serrana. É iniciado, assim, um processo de conscientização de que a preparação de recursos humanos qualificados constitui-se em pré-requisito fundamental do desenvolvimento. Na época, o Brasil vivia a fase desenvolvimentista, com o

enquadramento da economia brasileira no contexto internacional, e Lages vivia o auge do ciclo da madeira, o que criava a necessidade de formação de mão-de-obra qualificada para satisfazer as peculiaridades das empresas da região.

Somente na década de 50 é implantada a Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Até então, o lageano que desejasse e tivesse condições econômicas de partir em busca de uma faculdade, tinha que ir ao Rio Grande do Sul ao Paraná, ou a outros centros mais distantes. A educação, nesse nível, era um privilégio inalcançável para a classe média serrana. Assim sendo, o movimento de implantação surgiu da necessidade de um grupo de profissionais, ligados ao comércio, de se aprimorarem e se apropriarem de novos conhecimentos, e da tentativa de manter na região os jovens que terminavam o segundo grau, pois a implantação de alguns cursos condicionariam a faixa da população com menor poder aquisitivo a buscar o que aqui era oferecido. Já o grupo hegemônico local passou a utilizar o ensino de terceiro grau como carro chefe de muitas campanhas políticas.

O processo de implantação do terceiro grau, no planalto serrano, aconteceu no momento em que o Ministério da Educação facilitava a criação de cursos superiores, principalmente para aliviar a pressão das entidades estudantis, que reclamavam da falta de vagas nas universidades.

Na década de 70, o número de universitários no Brasil triplicou, mas ocorria um grande aumento quantitativo, sem as devidas preocupações com o aspecto qualitativo. Portanto, a implantação da UNIPLAC acompanhou o crescimento natural da urbanização e a tendência dos estudantes em não se acomodarem após a conclusão do ensino médio.

Além disso, o acesso das classes médias baixas à faculdade era uma forma de cooptação, uma vez que ali eram inculcados novos valores, fortalecendo o binômio desenvolvimento e segurança. O habitus então desenvolvido reforçava a obediência e autocensura.

II.2.2 Razões e objetivos que acompanharam o projeto de implantação

Ser Universidade e atingir uma série de objetivos idealizados era uma das metas não só da administração, mas também dos professores e alunos. Mas, se havia unanimidade em relação ao idealizado, ela não existia na sua concretização, pois era evidente a existência de dois grupos com posições distintas. Entre os pesquisados, há um primeiro grupo, talvez mais crítico, que, embora não negue, não visualiza a concretização completa dos objetivos colocados no projeto de implantação. A certeza dessa posição é dada por depoimentos como o de Antunes:

A UNIPLAC afastou-se do maior interesse comunitário, transformando-se em centro de ensino, e não se configurando como prestadora de serviços integrada às aspirações sociais e desenvolvimentistas do planalto serrano. Por algum tempo, através do então denominado Centro de Pesquisa e Extensão, esteve par e passo com a comunidade, criando escola fundamental (Centro de Ensino Fundamental – Cenf –, que além de servir como escola de aplicação para os cursos de magistério, atendia a demanda local de vagas neste ensino) que se projetava socialmente, realizando pesquisas que informavam e orientavam o consumidor, formulando projetos para empresas e até implantando cursos em outros estados (Projeto Rondon). Com o tempo, as atividades externas foram sendo preteridas, resultando naquelas que possam trazer conteúdo econômico (cursos em outras cidades, por exemplo), ou necessidade curricular (estágios e aperfeiçoamento: especializações, mestrado, doutorado).

Já Vanoni afirma que, "Se o objetivo era implantar a universidade, ele foi atingido, pois legalmente ela existe, porém a sua condição de avanço ainda é muito lenta, o que não dá à universidade a condição, a agilidade e a excelência que a região esperava, embora ela sirva à região". Para Oliveira: "[o objetivo foi alcançado] somente em parte, pois a UNIPLAC não teve o desenvolvimento esperado e até hoje não atende aos anseios de nossa mocidade e comunidade cultural".

Na concepção de Agustini,

É notório na nossa região que aqui houve uma demora na consolidação da Universidade. Mas mesmo os primeiros cursos que foram implantados até hoje eles têm dificuldades, eles não acompanharam, não houve um crescimento, e certamente, mesmo eu não conhecendo os objetivos colocados naquela ocasião, acho que os objetivos não foram alcançados, porque não houve desenvolvimento, crescimento, não houve avanço. Vê-se que aqueles primeiros cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas hoje ainda estão com uma avaliação ruim. O

provão do MEC mostra que, se houvesse um crescimento normal, era para ter-se desenvolvido o ensino nesta área, era para nós termos aqui uma escola de qualidade nestas áreas, mas nós não temos. Temos que reconhecer que não se tem qualidade. Então acho que nós ficamos longe de conseguir fazer que houvesse desenvolvimento.

No segundo grupo encontram-se os depoimentos que apresentam uma visão distinta da anterior. Para este grupo, se os objetivos não foram alcançados em sua totalidade, eles atenderam a maior parte das aspirações não só da população, mas também dos dirigentes e pessoas ligadas à instituição.

Para Baggio, os objetivos foram atingidos: "Foram com demora, isto contribuiu para o atraso da região, comparando com outras instituições que iniciaram seus processos no mesmo tempo e cresceram com maior velocidade".

Somariva afirma que

Em parte, sim. Mesmo com a oferta limitada de opções, ele possibilitou a qualquer pessoa da região serrana e de outras, cursar uma Faculdade. Especialmente às pessoas que não tinham condições financeiras e tempo disponível para se deslocarem para outros centros universitários. Assim, os cursos de graduação implantados contribuíram de certa forma com o desenvolvimento econômico, cultural e social do município e região serrana. Essa contribuição teria sido mais significativa com a pesquisa e extensão, porém tal não aconteceu.

Cardoso, Muniz, Amaral e Gasparin admitem que não seria possível imaginar Lages sem suas instituições de ensino superior, pois elas constituem uma ligação entre a expectativa e o conhecimento prático. Entendem que os objetivos não foram apenas realizados, mas superados, na medida em que é visível a evolução constante na oferta de cursos superiores e na formação de profissionais nas mais diversas áreas.

Corroborar esta linha Chedid, ao afirmar: "Na minha opinião, desde o momento em que cursos superiores foram implantados em Lages, hoje consolidados através da UNIPLAC, os objetivos propostos foram realizados. Evidentemente, ao longo das décadas caminhadas, o projeto original foi por vezes reformulado, adequando-se à realidade e à vontade dos responsáveis pelo andamento do mesmo".

Göcks assim se manifesta:

Eu acredito que sim, até porque os dirigentes que deram início ao processo de implantação do ensino superior, começaram com dois cursos. Depois, apesar das limitações, criaram duas faculdades, a FACEC e a FACIP. Os objetivos iniciais, quando da criação da Universidade do Planalto Catarinense, também teve que retroagir e voltar a ser Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, em função da própria legislação e das condições da instituição.

Já se percebia, desde aquela época de 67-69, a intenção de transformar este ensino superior em Universidade. E ainda que tenha acontecido todas as desavenças, as brigas e todas as questões que são pertinentes a implantação de qualquer universidade, a nossa não foi a única que teve estas divergências. Finalmente a universidade com o nome de UNIPLAC acabou se consolidando, ou a instituição UNIPLAC, tão desejada nesses 31 anos enquanto universidade, foi reconhecida. Eu acredito que os objetivos e os motivos foram alcançados. Se formos considerar o tempo que isso levou, é uma outra questão, porque processos não se pode colocar tempo para que eles acabem dando certo, mas na verdade o objetivo principal eles atingiram, na minha forma de ver.

A mesma percepção é demonstrada por Sartori, ao afirmar que "ela cumpriu seu objetivo de uma forma bastante lenta".

Tanto Piazza como Moreto afirmam que:

O objetivos do projeto de implantação foram sendo realizados pouco a pouco, mas sem uma diretriz única. Faltavam diretrizes como, por exemplo, na seleção de professores e quanto aos cursos a serem implantados. (...) Foram aqueles cursos onde o professor dá sua aula e escreve no quadro e não tem maiores implicações com pesquisa e extensão. Este é o primeiro grande mal de todas as universidades que começaram a ser implantadas no Brasil, e que Lages também sofre deste mal. É claro que os professores foram aos poucos cada um procurando ver o seu futuro dentro da universidade.

Salienta Binatti "que todos os professores tinham outra atividade e dedicavam somente algumas horas da semana ao ensino, faltando compromisso dessas pessoas com o ensino superior".

Já para Arruda, "é notório que a semente deste embrião, lançada em terra fértil, germinou, cresceu e prosperou, alcançando o alto estágio em que hoje se encontra a Universidade do Planalto Catarinense".

E para Koerich,

Em 12 de dezembro de 1996, por ocasião da inauguração da Galeria dos Ex-Presidentes da UNIPLAC e da implantação da comissão de acompanhamento para a instalação da Universidade, tive a oportunidade, em uma breve oração realizada naquela solenidade, de me referir a alguns versos de uma canção nativista gaúcha que diz: "de olhos abertos, o longe é perto e o que vale é o sonho". Referia-me naturalmente aos trinta e sete anos já transcorridos, que o longe era perto e o que valia mesmo era a realização do sonho que estávamos vivendo naquele momento.

Conclusão

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados, pode-se concluir que há um grupo de entrevistados que, embora não negue, não visualiza a concretização completa dos objetivos colocados no projeto de implantação, pois afirmam que a UNIPLAC afastou-se do interesse comunitário, que é a extensão e pesquisa, transformando-se em centro de ensino.

Além disso, entendem que ela não teve o desenvolvimento esperado, haja vista que os primeiros cursos implantados, de Ciências Econômicas e Contábeis, ainda hoje não atingem um nível de excelência. O provão do MEC mostra que, se houvesse um crescimento normal, era para ter-se desenvolvido o ensino nesta área, portanto deveria constituir, hoje, um ensino de qualidade, capaz de atender aos anseios dos estudantes e da comunidade cultural.

Já para o segundo grupo, se os objetivos não foram alcançados em sua totalidade, eles atenderam a maior parte das aspirações não só da população, mas também dos dirigentes e pessoas ligadas à instituição. Embora reconheçam que a UNIPLAC tenha aberto espaço para que todos chegassem à Universidade, entendem que os objetivos foram atingidos com demora, o que contribuiu para o atraso da região, se comparado com outras instituições que iniciaram seus processos na mesma época e cresceram com maior velocidade.

Aqui é interessante ressaltar que, desde a época de 67-69, já se percebia a intenção de transformar o ensino superior em Universidade, porém faltaram

diretrizes como, por exemplo, seleção de professores e cursos a serem implantados. Já que os professores, em sua maioria, desenvolviam outra atividade e dedicavam apenas algumas horas da semana ao ensino, faltava-lhes compromisso com o ensino superior. Já a implantação dos cursos obedeceu a um critério: necessitar apenas de quadro-negro e giz, sem serem direcionados para a pesquisa e extensão.

Percebe-se, assim, que a expansão das faculdades ocorreu de forma quantitativa e a preferência recaiu sobre os cursos de baixo investimento inicial e baixo custo operacional. A UNIPLAC abriu suas portas aos candidatos provindos de classes médias que não tinham chances de disputar vagas na rede oficial, por falta de condições econômicas e conhecimento. Era, pois, uma maneira de satisfazer aos interesses da população, que desejava, através da educação, adquirir conhecimento e ascensão social.

Em relação aos cursos de graduação implantados, as falas indicam que eles contribuíram para o desenvolvimento econômico, cultural e social de toda região serrana. Essa contribuição teria sido mais significativa, caso a pesquisa e a extensão tivessem sido priorizadas, o que não ocorreu.

II.2.3 – Influência dos principais atores que contribuíram e facilitaram o projeto de ampliação e desenvolvimento do ensino superior em Lages

Tanto Vanoni quanto Arruda e Moreto evidenciam ter tido importante papel a vontade da população local, pois os municípios de médio porte, em Santa Catarina, propuseram-se a criar Fundações Educacionais de 3º Grau para reter os jovens que tinham que buscar uma graduação superior em Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis. Alia-se ainda o papel da Prefeitura e a Secretaria Municipal de Educação, também detectadas por Agustini, Oliveira, Amaral e Somariva.

Gasparin e Sartori colocam que "Há ou houve grupos, pessoas, associações, organizações, entidades, órgãos públicos da esfera municipal, estadual e federal

que se fizeram presentes durante todo o processo. Penso dispensável declinar ou individualizar nomes. Muitos ou poucos, todos têm méritos nesta caminhada, diga-se de passagem, muito árdua".

Sartori ainda afirma que "a expansão do ensino superior está ligada ao período de 68-70 de desenvolvimentismo, do milagre brasileiro. A FACEC nasceu em 1966 e a FACIP, em 1970".

Göcks afirma:

Os principais atores foram as pessoas que começaram, digo, professor Bernardino, Koerich, Julio Malinverni e todos os que estão aí, e junto com eles as pessoas que vieram depois. Porque alguém começou e alguém continua. Não é uma pessoa que faz a instituição, são várias as pessoas que a fazem.

Eu entendo que não só os que comungavam com os mesmos objetivos dos que implantaram, mas mesmo os que tinham idéias contrárias foram os atores. Na verdade, como atores, eu não identificaria um ou outro; eu acredito que é uma conjugação de todos os professores, de todas as pessoas que fizeram parte desta instituição, tanto as internas como as externas. Aí se estende a poderes públicos, municipais, estaduais que trabalharam neste sentido.

"Seria temerário nominar 'atores' principais que contribuíram com a ampliação e desenvolvimento do ensino superior em Lages", afirmam Chedid, Baggio e Cardoso.

Em contrapartida, Antunes entende que:

Não resta a menor dúvida que a UNIPLAC passou a desenvolver-se, após ficar muito tempo apenas com o curso inicial da FACEC, a partir da iniciativa do prefeito Dr. Áureo Vidal Ramos, secundado pela então Secretária da Educação do Município, Dra. Suria Chedid, e pelo Dr. Roland Hans Kumm, ilustre empresário que se demonstrou um idealista da educação. Dr. Áureo nomeou comissão de estudo e implantação da FACIP, a partir das conclusões da qual criou-se a FACIP, autorizada a funcionar a partir de agosto de 1970. Enquanto prefeito, deu integral apoio ao ensino de terceiro grau, tendo sido para o mesmo de fundamental importância o conhecimento detido na área pela Dra. Suria Chedid, que posteriormente foi também professora e diretora da FACIP. Inegável, ainda, a ajuda prestada pelo Dr. Jorge Konder Bornhausen, seja quando ministro, seja quando governador do Estado, ao ensino superior de Lages, e dos deputados Evaldo Amaral (federal) e Telmo Ramos Arruda (estadual), bem como do Dr. Antero Nercolini, seja como presidente da UNIPLAC, seja como secretário da Educação do Estado. Muitas outras pessoas prestaram também relevantes serviços no desenvolvimento do ensino superior de Lages, seja como professores, seja como integrantes dos órgãos administrativos da UNIPLAC, seja como colaboradores vindos da comunidade,

citando-se em especial o Prof. Celestino Sachet, que integrava a UDESC, mas tinha especial dedicação pela UNIPLAC, e o Sr. Paschoal Baggio, que esteve sempre à disposição da UNIPLAC, integrando mesmo seu Conselho Diretor. Como estudei na FACIP, conheço mais desta do que da FACEC, mas certamente também na criação e implantação da mesma muitas ilustres pessoas contribuíram.

A mesma percepção tem Somariva, ao citar o nome do

Bel. Áureo Vidal Ramos, que como chefe do Poder Executivo Municipal, atendendo reivindicação das lideranças, professores e acadêmicos, transferiu por doação à UNIPLAC uma área de terras, possibilitando a implantação do campus.

Durante a caminhada de 30 anos, algumas pessoas contribuíram mais, outras menos, outras foram indiferentes e outras até trabalharam contra. O projeto concretizou-se pela soma do trabalho de todos, professores, funcionários, acadêmicos e comunidade.

Corroboram esta linha Amaral, Binatti e Oliveira.

Para Muniz "foram os líderes comunitários da época os principais atores, que inclusive tiveram participação ativa, atuando, inicialmente, como professores".

Binatti complementa, afirmando que

Os atores que contribuíram e facilitaram o projeto de ampliação foram somente pessoas que na realidade eram apenas idealistas; a vontade de fazer não foi acompanhada do conhecimento técnico. Cita o nome do ex Prefeito Paulo Duarte, que quando assumiu a prefeitura, pediu ao Prof. Bernardino Gevaerd, que assumisse a presidência da UNIPLAC, tendo em vista que ela atravessava uma época de crise. Para que não fechasse as portas, o prefeito instituiu as bolsas de estudo para os funcionários públicos municipais que estudassem na UNIPLAC. Foi o ex-prefeito Carlos Fernando Agustini quem deu o pontapé inicial para que o antigo sonho da universidade se concretizasse, pois foi ele quem pagou para o Prof. Ignácio Ricken elaborar a carta consulta.

A UNIPLAC ficou relegada a segundo plano na administração do ex-prefeito Juarez Furtado, que, num ato lastimável, estipulou a quantia de CR\$ 10.00 (dez cruzeiros) do orçamento para a UNIPLAC, mas tentou resgatar a dívida quando deputado estadual, conseguindo verba para asfaltar o pátio. Alguns prefeitos, por problemas políticos, deixaram a UNIPLAC de lado. A instituição não poderia ter-se envolvido politicamente. O ensino é uma coisa, a política partidária é outra; deveria ficar sempre alheia. Não havia o empenho necessário para criar a nossa universidade.

Oliveira também segue a mesma linha de pensamento.

Por sua vez, Piazza afirma que "os principais atores foram aqueles que tentaram resolver os problemas de reconhecimento de curso, de seleção de professores e de organização de vários departamentos".

Para Koerich, "todos os atores envolvidos, desde o primeiro dia de luta até os dias de hoje, facilitaram o projeto de ampliação e desenvolvimento do ensino superior em Lages. Não fosse a martelada na talhadeira para abrir a primeira fenda naquele bloco pedra, não teria havido a última martelada que revelou os novos horizontes, hoje tão exaltados".

Conclusão

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados, pode-se concluir que, para alguns, os principais atores que contribuíram e facilitaram o projeto de ampliação e desenvolvimento do ensino superior foi a vontade da população local, da comunidade, pois os municípios de médio porte, em Santa Catarina, propuseram-se a criar fundações educacionais de 3º grau. Esta expansão do ensino superior está ligada ao período de 68-70, do desenvolvimentismo, do chamado milagre brasileiro, uma vez que a FACEC nasceu em 1966, e a FACIP, em 1970. Portanto o projeto concretizou-se pela soma do trabalho de todos.

Outros, no entanto, admitem terem sido as pessoas que começaram, como o profs. Bernardino, Koerich, Julio Malinverni, e as que vieram depois que tiveram papel fundamental. Na verdade, podem ser identificados como atores a conjugação de todos os professores, de todas as pessoas que fazem parte da instituição, atuando internamente ou não, o que se estende aos poderes públicos municipais, estadual e federal.

As falas ainda permitem a compreensão de que foi o prefeito municipal Bel. Áureo Vidal Ramos quem nomeou uma comissão de estudo para a implantação da FACIP e deu integral apoio ao ensino de terceiro grau, transferindo por doação à UNIPLAC a área onde está implantado o campus.

Por sua vez, o Bel. Juarez Furtado, quando prefeito municipal, relegou a UNIPLAC a segundo plano, ao estipular a quantia de CR\$ 10.00 (dez cruzeiros) do orçamento municipal para a instituição, mas tentou resgatar a dívida, quando

deputado estadual, conseguindo verba para asfaltar o pátio.

Já o ex-prefeito municipal Paulo Duarte, Bel. em Medicina, pediu ao professor Bernardino Gevaerd que assumisse a presidência da UNIPLAC, tendo em vista que ela atravessava uma época de crise. E, com o intuito de evitar que a instituição não fechasse as portas, instituiu as bolsas de estudo para que os funcionários públicos municipais nela estudassem. E foi o ex-prefeito Carlos Fernando Agustini, Bel. em Medicina, quem pagou o projeto de elaboração da carta consulta ao prof. Ignácio Ricken, visando à transformação da UNIPLAC em Universidade.

Na esfera federal e estadual, a UNIPLAC recebeu ajuda do então ministro da Educação, Bel. Jorge Konder Bornhausen, que já a dera quando governador do Estado. Ainda dos deputados Evaldo Amaral (federal), Bel. Telmo Ramos Arruda (estadual), e do Secretário de Educação, Eng. Antero Nercolini – estes nomes são citados nas décadas de 70 e 80.

Assim, é possível perceber que a expansão do ensino superior serviu para fortalecer as bases de legitimação do governo, ao mesmo tempo em que dava prestígio ao grupo hegemônico local.

Independente dos interesses dos grupos envolvidos, é inegável que o projeto de Universidade concretizou-se pela soma do trabalho de todos: professores, funcionários, acadêmicos, comunidade civil organizada e comunidade política de todas as esferas, envolvidos nos “anéis burocráticos” que se formaram ao longo do processo.

Também é possível constatar, através da análise e interpretação dos dados, que, no caso dos atores que contribuíram e facilitaram o projeto de ampliação e desenvolvimento do ensino superior em Lages, houve a participação da esfera política tanto em nível local como estadual e federal, e dos partidos políticos. Os vários segmentos da comunidade participaram, organizaram-se, possibilitando a

formação dos anéis burocráticos, articulando os interesses de grupos fragmentados que fazem parte direta ou indiretamente dos aparelho de Estado, com a participação dos elementos da comunidade e dos professores, funcionários e acadêmicos que compõem o corpo docente e discente da UNIPLAC.

II.2.4 – As dificuldades na implantação do ensino superior

As dificuldades, segundo Binatti,

Foram as forças políticas, eu acredito. Sempre digo que este é o mal de Lages, não só da UNIPLAC. Sempre atuei em outros setores e pude sentir a falta de comprometimento político em nossa região. Ninguém quer bater ou ofender ninguém, ninguém diz nada para ninguém. Eu dou um exemplo. Ficamos sempre dependendo dos outros lembrarem de nós, porque não queremos brigar com ninguém, queremos ser simpáticos com todo mundo. Entendo que a UNIPLAC também falhou neste aspecto. Faltou interesse, comprometimento político e competência técnica, para pressionar e fazer a Universidade sair do papel.

Oliveira afirma que foi "falta de apoio mais decidido de nossa comunidade, especialmente das classes produtoras, empobrecimento da região, encerrado o ciclo da madeira; enfraquecimento e, às vezes, hostilidade por parte das forças políticas, quando não total alheamento das mesmas; e precariedade administrativa da entidade".

Para Vanoni, foram

Brigas políticas entre a direção da instituição e a Prefeitura; disputas pelo poder, gerando facções distintas dentro da UNIPLAC; divisão em duas Instituições diferenciadas – FACEC e FACIP; direcionamento diferenciado nas duas faculdades; poder de mando mantido por apenas um grupo durante muito tempo e alijamento de grupos que se opõem à condução ideológica, o que impede a diversidade de análise e entendimento da realidade.

Somariva entende que foi "a existência de interesses corporativos, políticos e ideológicos dentro da UNIPLAC; denúncias aos órgãos públicos ligados ao ensino, por alguns professores e acadêmicos, de fatos ocorridos internamente na instituição, afetaram consideravelmente a sua credibilidade, causando prejuízos e retardando a implantação e consolidação do ensino superior".

A mesma percepção é demonstrada por Baggio, Piazza, Chedid, Göcks, Moreto e Agustini, ao admitirem "ter sido a falta de diretriz e falta de projetos; houve muita intromissão político-partidária, com interesses conflitantes, e falta de ação prática".

Amaral afirma

Ter sido a falta de recursos federais uma das causas, e a outra, a visão distorcida do problema, entendia o ensino superior como mecanismo de garantia de emprego, melhores salários, melhores condições de acesso a carreiras burocráticas, privilégio que uma política corporativa procurava acentuar cada vez mais, contrariamente ao entendimento dos que, como nós, visualizávamos o problema sob a ótica de que o egresso do ensino superior deveria ser um dos principais agentes dinamizadores da economia e, portanto, da própria ampliação do mercado de trabalho.

Para Muniz, a principal causa foi a "resistência a mudanças, fruto do tradicionalismo vigente na região, por muitos anos; falta de empenho dos líderes políticos da região do Planalto Catarinense, que deveriam lutar mais acirradamente pelos interesses regionais".

No depoimento de Arruda evidencia-se que, "não obstante a grandiosidade e a importância do projeto, talvez até por isso mesmo, muitas dificuldades foram encontradas, entre as quais podemos citar a morosidade burocrática de órgãos superiores, desinteresse de outros, falta de recursos financeiros e tantos outros".

Para Gasparin,

Mais uma vez, a história da UNIPLAC nos mostra com muita clareza, que, da mesma forma com o que ocorre com outros empreendimentos sociais, sempre existem as forças favoráveis e as contrárias.

Penso que as dificuldades maiores foram de natureza econômica, financeira, política, cultural e, em certos momentos, até interesses individuais particularizados, sobretudo relacionados a questões de poder e ideologias diversas.

A leitura de Antunes difere das anteriores. Para ela,

Olhando a nível institucional, os interesses particulares e políticos de certas facções que não viam a UNIPLAC como pessoa de direito privado, mas a pretendiam como de ingerência e uso político-partidário, nela criando figuras para se projetar em

cargos políticos de seu interesse, e pretendendo usá-la como cabide de empregos; da mesma forma ali atuavam elementos estranhos ao ideal que a criou, que visavam emprego e vantagens econômicas. Muitos aqui aportaram, como o Prof. Manoel e sua esposa, Prof^a. Sônia, buscando apenas segurança econômica.

Por outro lado, em certos setores, instalara-se velada corrupção, orquestrada por pessoa bem conhecida de quantos acompanharam a evolução da UNIPLAC, que manipulava diários, vagas, transferências, apoiada por direção e presidência coniventes.

A velha guerra pelo espaço e pelo poder também imperou, com a FACEC não admitindo que a FACIP pudesse fazer-lhe sombra ou tentar administrar o todo.

Conclusão

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados, as principais forças que dificultaram a implantação da universidade, entre outras razões, foram: falta de comprometimento, falta de mais apoio da comunidade, especialmente das classes produtoras, e hostilidade por parte das forças políticas. Percebem-se também alusões a brigas políticas entre a instituição e a prefeitura municipal; a disputa interna pelo poder, gerando facções distintas, a divisão em duas instituições diferenciadas – FACEC e FACIP –, com direcionamentos distintos. Ainda o poder de mando por apenas um grupo durante muito tempo, o alijamento de grupos que se opunham à condução ideológica, o que impedia a diversidade de análise e entendimento da realidade, e denúncias feitas por alguns professores e alunos a órgãos públicos ligados ao ensino. Alie-se ainda o desinteresse e a falta de recursos financeiros, a ocorrência de fatos, na instituição, afetando sua credibilidade e retardando a tramitação de todo processo burocrático nos órgãos superiores, e o fato de haver faltado articulação dos interesses, de diretrizes, de um projeto capaz de obter o apoio e a cooptação de indivíduos nas cúpulas decisórias.

II.2.5 Os grandes entraves para concretização do projeto de Universidade

Em Sartori, encontra-se a seguinte percepção:

Eu estaria unido na minha resposta às questões das forças que dificultaram, o que refletiu seriamente na instituição. Seria exatamente a inexistência de uma política consistente de titulação de profissionais, por um lado.

A questão das divergências entre as duas unidades de ensino, nada construtiva enquanto uma instituição de ensino superior, FACEC e FACIP.

A outra questão é a não-dedicação de um quadro de profissionais, cujo projeto

individual fosse exatamente do ensino superior – eram pessoas que dedicavam parte do seu tempo a universidade. Ela não se constituiu num projeto individual de um quadro de profissionais. Me parece que estes foram somados obviamente à recessão, ao processo recessivo a que Lages foi submetida durante um longo período, e ao crescimento da população, que duplicou a cada dez anos.

O que deve ter retardado e dificultado bastante, é aí que eu me reporto exatamente a você, que é mais antropóloga, acho que deviam avançar bastante nesta discussão, é a questão do cultural. É o que eu chamo de cultura da fazenda, que acaba se refletindo, uma sociedade eminentemente conservadora, profundamente conservadora. Normalmente as pessoas atribuem também a sua certa pobreza. Mas que eu vejo, por exemplo, no cultural historicamente construído como um fator que exatamente se refletiu na própria prática da universidade ou no caso das faculdades, na época, e que por sua vez a faculdade também refletiu nesta mesma sociedade. Então este aspecto para mim é uma questão de pesquisa muito importante.

Até que ponto esta questão cultural, portanto histórica, da fazenda, do conservadorismo, ela se refletiu também no ritmo lento, contínuo, mais lento da Universidade. Eu acrescentaria este, que eu não saberia te precisar melhor, também preciso de mais análise, mas me parece uma questão de pesquisa importante. Como o cultural, as nossas características de desenvolvimento infra-estrutural se refletiam, no caso, no supra-estrutural ou nas questões vinculadas a isso. Então eu estaria juntando a questão 4 e a questão do 5, e esse elemento me parece mais importante.

Tal concepção, de certa forma, opõe-se ao colocado por Baggio, quando afirma que os entraves foram as "lutas pelo poder, centralização, falta de visão do futuro, administração autocrática".

Porém se aproximam da posição de Gasparin: "De forma genérica e redundante, os problemas básicos, ao meu ver, foram: qualificação docente aquém da necessidade, estrutura física precária, descompromisso da mantenedora (poder público municipal), carência extrema de recursos financeiros, grupos de pessoas com interesse divergentes, pouca consciência do significado e sentido de uma universidade, entre outros".

É interessante ressaltar que, em sua maioria, os depoimentos referem-se a situações internas na instituição, como é o caso de Agustini:

Problemas internos da UNIPLAC, faltou um pouco de mobilidade da comunidade para exigir, as forças políticas não ajudaram. Quando eu era vereador em 89, nós criamos lá uma comissão externa para a universidade. Naquela ocasião, eu e a comissão fomos visitar vários locais para ver, conversar com diferentes pessoas, e eu achei que várias pessoas não estavam muito preocupadas em implantar a

universidade. Era mais uma preocupação de conduta interna, de manter o seu "*status quo*" dentro da unidade, da FACEC e FACIP.

Para Moreto, "a própria UNIPLAC não priorizava a sua transformação em universidade, não se preocupando muito com a qualificação docente, melhoria de suas condições físicas e estruturais, que permitissem as condições mínimas para viabilizar uma universidade".

Piazza, Göcks e Amaral apontam:

Uma das maiores dificuldades para a implantação do projeto de ensino superior em Lages foi a falta de corpo docente bem categorizado e com titulação que fosse aceita pelo Ministério da Educação. Esta foi a dificuldade maior no princípio. Também os problemas internos de gerenciamento da instituição, relacionamento de grupos ou pessoas que interferiram no desenvolvimento da Universidade.

Também Cardoso corrobora esta linha, ao afirmar que "os interesses dos dirigentes educacionais da época, que não insistiram no projeto de criação da universidade; falta de representação política e mobilização comunitária", foram grandes dificuldades.

Em oposição, Binatti, Oliveira e Vanoni afirmam que as dificuldades se devem aos fatores acima mencionados e também à história de vida do homem serrano, construída a partir do isolamento, o que o condicionou a uma situação de aceitação e de conservadorismo, aliado ainda à influência dos grupos hegemônicos locais.

Oliveira ainda cita "a ocupação de cargos diretivos por pessoas comprometidas ideologicamente e mesmo oportunistas, visando mais o interesse e proveito próprio e menos os objetivos da entidade e da comunidade, na qual eram estranhos".

Para Koerich, "foram as chamadas forças ocultas, forças internas, pois o poder pelo poder foi sempre a máxima exercida pelas administrações que a instituição teve ultimamente. Sempre foi negada a grandeza dos objetivos maiores em favor da grandeza do mortal administrador".

Somariva detecta

A existência de corporação política e ideológica dentro da UNIPLAC; a falta de vontade política de nossas lideranças; as divergências internas e as crises cíclicas de ordem financeira; a falta de identidade da comunidade universitária em relação ao ensino superior; a falta de um projeto claro, definido, o alvo pretendido e que servisse de orientação durante essa longa caminhada; a ingerência externa da política partidária na instituição, com a ocorrência de diversos episódios, a etnia da nossa gente e a pobreza da região serrana.

Antunes salienta que

Falta de coesão das forças necessárias, falta de lastro financeiro, falta de apoio do empresariado em geral que nunca quis investir em educação superior, ignorando o retorno em desenvolvimento que isto gera; desinteresse de determinados setores políticos; falta de capacitação de corpo docente; tudo coincidindo com empobrecimento regional, a partir do deslocamento da indústria madeireira para outros estados, após a extrativação da floresta de araucária catarinense, com o conseqüente desemprego e empobrecimento, dada a destinação eminentemente agropastoril e a concorrência instalada na pecuária pela efetivação do Mercosul. Falta de visão política dos dirigentes, no direcionamento das atividades. Tudo somado aos descritos no item anterior.

Conclusão

É evidente que para os entrevistados um dos principais problemas que ocasionaram a demora na transformação da UNIPLAC em Universidade foi a morosidade da própria instituição, que não priorizou sua transformação, pois não se preocupou com a qualificação docente e com a formação do quadro de professores, com a melhoria das condições físicas e estruturais, com os problemas internos de gerenciamento da instituição, com as lutas pelo poder – ocupação de cargos diretivos por pessoas comprometidas ideologicamente e mesmo oportunistas, mais preocupadas com vantagens pessoais e manutenção do *status quo* dentro da unidade da FACEC e FACIP, e menos com os objetivos da entidade e da comunidade da qual eram estranhos. Ainda a falta de vontade política das lideranças, as divergências internas, a falta de lastro financeiro gerado pelo empobrecimento regional; a cultura da fazenda, que fez a história de vida do homem serrano sempre se caracterizar como profundamente conservadora, e a falta de mobilização comunitária, principalmente do empresariado, que ignorou o retorno em desenvolvimento gerado pela Universidade. Enfim, faltou consciência do significado e sentido de uma Universidade.

II.2.6 – Principais responsáveis pela demora na aprovação da Universidade

Nesta questão, a posição de Binatti é que

A maior parte da culpa eu atribuo ao corpo docente da UNIPLAC, seguida das autoridades que não se empenharam como deveriam.

Neste caso ainda faço uma consideração, de que Lages e a região têm muito a dar, crescer e contribuir com a sociedade catarinense. No momento em que Lages cresce e se desenvolve, vai fazer sombra para outras regiões, não vão querer isso, ou seja, que Lages se torne um pólo geo-econômico-educacional. Na realidade, a região da serra catarinense, como eu estou defendendo, tem um potencial muito grande. Quando isso acontecer, Lages vai suplantar alguns dos outros grandes centros. Lages já esteve muito bem representada politicamente, tendo dado sete governadores para Santa Catarina, muitos dos representantes de expressão no cenário político estadual e nacional. O único catarinense a ocupar a presidência da República foi um lageano. Sendo assim, eles sabem que com o desenvolvimento de Lages e da região, as forças políticas da região voltarão a ocupar espaço tanto em nível estadual como nacional, voltando a ter vez e voz nas decisões a serem tomadas.

Este é um dos fatores de peso, levando os políticos do Estado a não quererem nosso desenvolvimento. Porque, se nós nos desenvolvermos, pode ter certeza de que vamos nos superar e aparecer mais do que outros municípios do Estado de Santa Catarina.

Para Muniz, foi "a própria comunidade lageana que assumiu uma atitude de acomodação por todos esses anos e não exigiu dos políticos uma resposta mais imediata às aspirações de uma universidade na serra, que era legítima para as necessidades de desenvolvimento regional, viabilizando, assim, o projeto de universidade".

Baggio afirma que fora a demora deveu-se às "sucessivas gestões autocráticas fazendo com que houvesse processo contínuo de estagnação".

Koerich salienta que "o exercício do poder como fonte de satisfação pessoal sempre foi o principal responsável pela estagnação e desenvolvimento de objetivos. Com a criação da Universidade, o poder centralizador está gradativamente sendo dissipado, pois, com a estrutura que lhe é própria, isto ocorrerá".

Entretanto, para Amaral, "a fragmentação das lideranças da instituição, a luta interna que, a partir de determinado momento, eclodiu, provocou, indiscutivelmente,

a fragilização da cúpula diretiva, com reflexos negativos à tramitação e decisão do projeto da Universidade".

Segundo Vanoni, "pode-se afirmar que a culpa principal recai sobre a administração, por duas razões: a) brigas internas, devido à existência de várias facções; e b) a manutenção das mesmas pessoas no poder, durante muitos anos, o que levou a uma única leitura da realidade e a uma única análise, feita a partir do entendimento e categorias de análise dessas pessoas".

Por outro lado apareceram posições como a de Oliveira: "de todos, em geral, e em especial politicamente dos prefeitos Juarez Furtado e Dirceu Carneiro e, administrativamente, do presidente da UNIPLAC, Pedro Gasparin, que não estava só no marasmo, pois nós, em suma, também não reagimos adequadamente quando necessário. Não se pode individualizar de maneira absoluta a questão".

A mesma percepção é demonstrada por Somariva, ao afirmar que

A gestão longa do professor Pedro Gasparin – 12 anos, sendo 4 anos como diretor executivo (gestão do festejado professor Bernardino Néilson Gevarerd, que lhe deu carta branca), e mais 8 anos como presidente – representou quase a metade do lapso temporal percorrido de 30 anos. Entendo, data venia, seja esse longo período, embora tenha havido realizações, o motivo que mais retardou o andamento do projeto de transformação da UNIPLAC em Universidade. É importante frisar que, do início até a administração do professor Pedro, os presidentes que exerceram a presidência não tinham tempo integral e nem percebiam salário pelo exercício de tal função. A partir de então, pretendendo-se agilizar o andamento do projeto, foi aprovado pelo Conselho Diretor da UNIPLAC tempo integral e remuneração digna ao presidente pelo exercício de tal função.

Para Cardoso:

Seria irresponsabilidade apontar culpados pela demora no processo de transformação da UNIPLAC em Universidade. Entendemos que foram diversos fatores que contribuíram para o que poderia ser chamado de atraso. Mas seria prudente, em nome de um bem maior, que é o crescimento da Universidade, deixarmos de pensar nos "culpados" pela demora e pensarmos nos que podem ser os "responsáveis" pelos avanços. Avalie-se que a UNIPLAC está inserida numa região relativamente empobrecida, com um desequilíbrio social e econômico considerável. Será ela, a Universidade, portanto, uma das agentes nesse processo para rever a realidade e, numa integração de pesquisa e extensão, dar a volta por cima e permitir a volta do crescimento. Isso, naturalmente, será possível a partir de

parcerias e muito trabalho. Mas como o mais difícil era viabilizar a Universidade, encaminhá-la para a sua tarefa de contribuir para o crescimento local será menos difícil, embora também imprescindível de esforço conjunto de dirigentes e sociedade, num todo.

Há também afirmações como a de Piazza:

Na UNIPLAC a coisa foi numa grandeza tal que eu não poderia neste momento dizer foi maior ou foi pior do que a de fulano ou de uma ou outra universidade.

Vivendo dentro de Lages, talvez a pessoa que pudesse fazer uma crítica disso, seja a pessoa que assistiu todo o desenrolar da coisa.

Muitos acharam que a universidade era aquilo mesmo, e como também a universidade tinha problemas de pagar. Este é um grande problema no Brasil, o pagamento do salário do professor do ensino fundamental, ao ensino superior. Então o professor vai lá faz aquilo ali como um bico ou uma questão de projeção de seu status social. Não sei se seria esta a resposta adequada para Lages. Mas em todo caso nós conseguimos, em dois anos e quatro meses, fazer com que a UNIPLAC se enquadrasse nas regras estabelecidas pelo Ministério de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação.

Para Gasparin, "penso que não se pode atribuir a alguém especificamente a culpa principal. Já mencionamos, houveram fatores das mais diversas naturezas que, em conjunto, fizeram com que o processo não pudesse ter sido mais ágil".

A mesma percepção é demonstrada por Antunes, ao afirmar que,

Não parece haver um responsável, mas muitas causas responsáveis, espalhadas através de seguintes administrações. Salieta-se o despreparo das pessoas encarregadas para gerir e impulsionar a implantação e a instalação de cursos com professores sem a capacitação exigida a nível legal e de órgãos federais, mesmo delegada a competência ao Conselho Estadual de Educação.

Perdeu-se muito tempo, ainda, perseguindo o sonho de integração com a UDESC, a qual, como evidente, não tinha qualquer interesse em abrir mão de seu status e da remuneração de seus administradores e docentes, em proveito de entidade privada e que financeiramente não se bastava, carregando cursos deficitários e não considerados nobres.

A prova disto foi o fechamento de vários cursos, publicado pela mídia. O curso de Direito e de Odontologia, por enquanto, se constituem em mola mestra na manutenção do status de universidade, que pode ser perdido, se a qualidade deixar a desejar, haja visto que vários cursos estão sendo fechados, no Brasil, por não atenderem aos critérios fixados pelo órgão fiscalizador.

Moreto afirma que

São inúmeros fatores, em parte já aludidos nas respostas às perguntas anteriores, que retardaram todo o processo de transformação da Fundação UNIPLAC em

Universidade. As presidências da instituição na década de 80 e início da década de 90, período em que outras fundações catarinenses congêneres pleiteavam o status de universidades, preocuparam-se muito em administrar divergências internas claras e desentendimentos com os poderes políticos tanto a nível municipal quanto estadual. Nesse período, não havia a percepção clara das vantagens que poderiam advir da transformação da Fundação em Universidade. Conseqüentemente, tanto a nível acadêmico quanto a nível dos docentes e funcionários, não se estabeleceram mecanismos de pressão no sentido de buscar essa transformação. A partir desse raciocínio, não me parece que haja um culpado, alguns culpados que deliberadamente se opusessem à criação da universidade. Havia um estado geral de acomodação, sem que tenha surgido alguém que teimosa e consistentemente buscasse esse objetivo.

Entretanto, para Sartori,

A culpa terá de ser buscada na história da própria UNIPLAC, na história da própria região e no envolvimento deste grupo ou daquele grupo que deu em determinados momentos uma dinâmica maior, ou em determinados momentos eles frearam este processo. (...) Acho que não podemos só culpar o processo recessivo da região, o empobrecimento em decorrência de devastação das nossas reservas e da não geração de um fluxo de renda na região. Claro que são elementos de fundo, mas, se nós pensarmos por outro lado, que a universidade seria o fator de geração do desenvolvimento, ela deveria ter efetuado intervenções mais efetivas para tirar a região dessa realidade econômica recessiva. A partir de final de 94 e início de 95, você vai observar, por exemplo, de que o momento em que a nova gestão se propõe a trabalhar a carta consulta, que começou a intervir em determinadas políticas, você observa, por exemplo, que a UNIPLAC assume um outro ritmo.

Veja, por exemplo, no momento que os novos ordenamentos desarticulam as duas unidades de ensino, FACIP e FACEC, e no lugar das duas faculdades departamentalizamos a universidade, qualificação de profissionais, (...) você observa que o ritmo é absolutamente outro. Me parece que não deixa de ser a confirmação de que é o contraponto do ritmo lento. Por que, exatamente, se contrapõe? Lages superou seus problemas econômicos? Não. Foram superadas as questões internas de qualificação, de interferência direta dos partidários, de pessoas com tempo de dedicação mais efetivo e que começam a transformar a universidade enquanto seu projeto também pessoal. Você observa que o ritmo é exatamente outro...

E Agustini afirma

Que todos nós devíamos ser mais ágeis para implantar. Porque esse foi um equívoco histórico na nossa região, nós poderíamos ter sido um pólo educacional do Estado. Se alguém teve responsabilidade suficiente para ter feito isso, não fez. Quem teve o poder para fazer isso, não fez, não precisava dizer quem especificamente, o que houve.

Foi negligência do poder político que estava na universidade, sem dúvida nenhuma. Houve negligência. Eu não sei quem exatamente estava no poder, mas que houve negligência, isso houve. Os dados mostram que nós começamos na década de 60 e não avançamos, foi uma acomodação. Isso bastava ter uma ação; houve uma passividade tanto por parte do poder político, como por parte do poder universitário

e todos. Nesse processo tem que ter gente que lidere. Cabe o poder de liderar a quem está na frente, na direção. Então houve negligência, houve passividade, a gente não pode dizer de quem, mas que houve, houve.

Por outro lado apareceram posições como a de Göcks:

... se houve uma demora, foi porque as pessoas que estavam envolvidas não tiveram, na minha forma de entender, as coisas, a competência suficiente para reverter a situação (...) Eu tive o apoio da comunidade externa. Foi o apoio da ACIL, da AMURES, da Câmara da Vereadores, estes segmentos externos à universidade, foram os que realmente me deram a maior sustentação, para que pudesse tomar algumas medidas necessárias dentro da universidade, mas que precisava de algum respaldo. No momento que não tem respaldo interno, tem que buscar este respaldo externo. Neste aspecto, também, eu tenho a tranquilidade de dizer que as outras universidades e o próprio Conselho Estadual de Educação foram fundamentais em nos dar esta sustentação, também porque não depende de eu querer ou não querer determinadas coisas; depende de que o grupo que tenho comigo possa me dar a sustentação para poder desenvolver determinadas questões...

Conclusão

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados, ao serem questionados ou inqueridos sobre de quem era a culpa principal pela demora de ser aprovada a Universidade, observa-se que eles afirmaram que existiram muitas causas responsáveis.

Dentre elas, a culpa pode ser buscada na própria história da UNIPLAC, na história da região e no envolvimento dos grupos que estavam no poder, cujo exercício era fonte de satisfação pessoal, da manutenção das mesmas pessoas, durante muitos anos, o que ocasionou uma única leitura da realidade, e a análise foi feita a partir do entendimento dessas pessoas. O prof. Pedro Gasparin é um exemplo desta condição, uma vez que permaneceu durante 4 anos como diretor executivo e mais 8 anos como presidente da UNIPLAC. Representa, portanto, quase a metade do lapso temporal percorrido de 30 anos.

A presidência da instituição, na década de 80 e início da de 90, período em que outras fundações catarinenses congêneres pleiteavam o status de universidades, preocupou-se muito em administrar divergências internas e desentendimentos com os poderes políticos tanto municipal quanto estadual.

Durante esse período não houve a percepção clara das vantagens que poderiam advir da transformação em universidade por parte dos docentes, funcionários, acadêmicos e da comunidade lageana, que assumiram uma atitude de acomodação, sem exigir dos políticos uma resposta mais imediata à concretização da Universidade, que poderia acelerar o desenvolvimento regional, tornando Lages um pólo geo-econômico-educacional, suplantando alguns dos outros centros no Estado, como declara um dos entrevistados.

Eles observam ainda o despreparo das pessoas encarregadas em gerir e impulsionar a implantação e a instalação de cursos, que o faziam com professores sem a capacitação exigida pelo Ministério de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação. Os professores trabalhavam como horistas, fazendo com que o magistério no ensino superior fosse exercido como um bico ou uma questão de projeção de seu status social.

Foi somente no final de 94 e início de 95, quando mudou a presidência, que foi elaborada a carta consulta, imprimindo à UNIPLAC outro ritmo na implantação dos departamentos, na desarticulação da FACEC e da FACIP e na qualificação dos profissionais.

Nesta fase, foram superadas as questões internas de qualificação e de interferência direta dos partidos políticos. Foram contratadas pessoas com tempo de dedicação mais efetivo, para que se pudesse transformar a instituição em Universidade, enquanto organização burocrática. O exercício do poder passou a fundamentar-se nos critérios técnico-burocráticos. O apoio de entidades como a ACIL, a AMURES, a Câmara de Vereadores, segmentos externos à UNIPLAC, deu maior sustentação para a tomada de medidas dentro da universidade.

Houve também o apoio de outras universidades e do próprio Conselho Estadual de Educação, que atuaram como peças fundamentais de sustentação e formaram os "anéis burocráticos", que se desenvolveram no interior das organizações burocráticas, garantindo ao processo decisório do órgão um caráter

impessoal, pois os canais de articulação têm sua formação na comunidade, através de mecanismos de cooptação de figuras proeminentes, como as instituições externas referidas, com ampla tramitação dentro e fora do aparelho de Estado e que deram sustentação para que a UNIPLAC se transformasse em Universidade.

II.2.7 – Perspectivas para a UNIPLAC

Objetivando responder à indagação colocada, cada um dos entrevistados visualizou um futuro para a instituição e todos se aproximaram. Göcks coloca:

... que a nossa UNIPLAC fosse uma Universidade qualificada, de qualidade, respeitada. Eu tenho a pretensão que a UNIPLAC se constitua numa universidade de qualidade, um centro de excelência na área de saúde. Para mim seria a realização máxima, se nós conseguíssemos esta questão, porque nenhuma universidade pode ter todas as áreas, não pode ser excelente em todas as áreas. Deve ser algumas áreas de excelência. Nós temos, na minha maneira de ver, uma grande experiência e contribuição na área de gestão e na área de educação. Acredito que para ela se consolidar e para que tenha credibilidade, ela deveria ser um centro de excelência na área da saúde, é isso que eu desejo para ela.

Chedid afirma: "Eu gostaria que a UNIPLAC, após tantos anos buscando sua afirmação como universidade, agora que alcançou este objetivo, procure tornar-se capaz de oferecer aos que buscam seus bancos acadêmicos, conhecimentos capazes de transformar mentalidades, com a finalidade de, independente de credo religioso, ideologia política ou status social, trazer benefícios para a comunidade".

As posições mostradas nos outros depoimentos não difere da assumida por Vanoni: "Que ela realmente se construísse como uma Universidade, capaz de abrigar a aceitar em seu interior as mais diversas concepções e ideologias, dando voz a todas. E também fosse ágil o suficiente, para oferecer à população as mais diversas opções de ensino de terceiro grau, sempre respeitando as especificidades locais".

Em Piazza, encontra-se:

A UNIPLAC tem de fazer um desenvolvimento harmonioso, de apoio à sua região. Ela já alcançou, por exemplo, com os cursos que têm determinado nível. Mas estes

cursos têm de ser aperfeiçoados.

Primeiro a questão do corpo docente, segundo a questão de laboratórios e temática de pesquisa para todos os cursos. Terceiro, fazer com que a comunidade use seu serviço de extensão, com a comunidade como um todo da região serrana, se encaminhe para a dentro da UNIPLAC e use a UNIPLAC como um veículo de suas reivindicações, para fazer e desenvolver projetos.

Somariva ressalta que

Gostaria que a UNIPLAC fosse um verdadeiro agente de mudanças, de forma a contribuir decisivamente no desenvolvimento econômico, cultural e social de Lages e região; gostaria que ela fosse um verdadeiro centro de saber, atuando forte na educação com qualidade, pesquisa e extensão, contribuindo, assim, com o desenvolvimento regional (econômico, cultural e social de Lages e região); gostaria que a administração da UNIPLAC fosse pluralista e transparente; gostaria que fossem exorcizadas as intimidações e perseguições de professores, funcionários e acadêmicos existentes na UNIPLAC; gostaria que reinasse a harmonia, que houvesse o respeito recíproco e que as discussões ficassem sempre no mundo das idéias e gostaria que fossem restauradas a seriedade administrativa e a credibilidade da opinião pública.

A mesma percepção é demonstrada por Cardoso, ao afirmar que

Antes de mais nada, gostaria que ela não deixasse de ser o que é: uma universidade. Dizemos isso em relação a seu papel de integração e como instrumento fomentador para um crescimento mais integrado e equilibrado. É fundamental que a UNIPLAC seja cada vez mais uma instituição ligada ao desenvolvimento local. Faz-se necessário responder àquela constante indagação: "Lages não se desenvolve porque não tem Universidade ou não tem Universidade porque não se desenvolve?" Entendemos que a resposta a essa indagação deve ser dada no dia-a-dia, com projetos e parcerias possíveis e necessárias. A pesquisa e extensão, além de projetos sociais comunitários, se constituem na forma mais adequada para que a UNIPLAC se faça presente na sociedade, dando sua parcela de contribuição para tornar nossa cidade mais próspera e desenvolvida.

Em contrapartida, Oliveira afirma que ela deveria ser

Mais aberta!! Mais transparente!! Mais democrática de fato e menos "democrática", como é, feudo de grupo instalado no poder, cuja "ideologia" é, antes de tudo, o "eu próprio".

Daí a evolução de todos os setores e áreas, sem detrimento de qualquer um, fazendo justiça a quem realmente produz e não finge que o faz. Com menos "profissionais" e mais pessoas realmente dedicadas ao futuro da Universidade, sem autopromoção de individualismo e/ou "eminências pardas".

Muniz afirmar que ela deveria ser "mais aberta à comunidade, com uma participação mais democrática nas decisões internas". Para Sartori, "há a

necessidade da UNIPLAC se consolidar como Universidade". Amaral, no entanto, afirma que "a UNIPLAC deve constituir-se em pólo catalizador e irradiador do ensino e da cultura do estudantado jovem de nossa região". E Binatti:

Gostaria que a UNIPLAC se transformasse num centro de formação intelectual, com cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, inclusive com doutorado... A UNIPLAC tomando Lages um centro de desenvolvimento educacional, ou seja, um centro de pesquisas (...). que cresça e ocupe seu espaço, instalando campo por todo o planalto serrano, já que "planalto" faz parte de seu nome, ficando implícita sua missão de atender aos municípios da região, antes que outras instituições de ensino o façam.

Assim Arruda detecta:

A UNIPLAC tem sido a mola mestra da cultura, da tecnologia e do desenvolvimento da região serrana, exerce profunda influência na sociedade lageana e, daqui para frente, para o futuro, tenho absoluta certeza de que essa influência cada vez mais haverá de se ampliar.

Orgulho-me de ter participado da primeira comissão pró-criação da hoje UNIPLAC, bem como na Assembléia Legislativa ter podido prestar uma modesta colaboração.

Baggio entende que a UNIPLAC deve ser "uma instituição sinergicamente ligada à comunidade, buscando soluções tecnológicas e de gestão, e sendo um agente transformador da realidade econômica, cultural e voltada para o desenvolvimento regional". Corroborando esta linha Gasparin, ao afirmar: "que a UNIPLAC pudesse cumprir seus objetivos sociais e técnicos, tão claramente postos em seus ordenamentos jurídicos".

Antunes assim se expressa: "O que penso todos querem: que pudesse ser um centro irradiador de cultura, conhecimento, técnica, mão-de-obra especializada, promovendo o desenvolvimento pessoal de cada membro do corpo discente e docente, e projetando-se no social como fator de mobilidade e progresso".

A mesma percepção é demonstrada por Moreto:

Gostaria que continuasse o crescimento que tem mostrado nos últimos anos. Há, atualmente, uma busca constante e persistente no sentido da criação de novos cursos e melhorias na estrutura física da Universidade. Lages tem as condições de se transformar em centro regional de ensino superior, desde que saibamos não repetir os erros do passado, erros esses que podem ser resumidos na acomodação e na falta de condições para administrar divergências. Gostaria que o objetivo geral

da universidade se antepusesse aos objetivos individuais de quem quer que seja, acolhendo a pluralidade de pensamentos, indispensáveis numa Universidade.

Por sua vez, diz Agustini:

Em termos de gostar, eu queria que a UNIPLAC se transformasse em um grande centro universitário de conhecimento, com cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, enfim, uma universidade. E, claro, participando ativamente do processo de desenvolvimento da região, com extensão e pesquisa. Eu acho que tem condições de fazer isso, mas as dificuldades são muitas. Nós vimos que houve um impasse na implantação da universidade, mas é preciso forçar muito na qualificação dos professores, enfim, um imenso desafio ainda. Um desafio que pode ser vencido.

E, para Koerich, a universidade deverá ser "uma instituição isenta de política partidária e filosofias maniqueístas ultrapassadas, próprias do corporativismo implantado há décadas em seu seio, prejudicando o seu autêntico e sonhado desenvolvimento".

Conclusão

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados, quando perguntados sobre o que gostariam que a UNIPLAC fosse daqui para a frente, todos foram unânimes em afirmar que, após tantos anos buscando sua afirmação como universidade, a UNIPLAC tem o dever de oferecer conhecimentos capazes de transformar mentalidades, independente do credo religioso, ideologia política ou status social. Também deve trazer benefícios para a comunidade, aceitando as mais diversas ideologias e dando voz a todas. E tornar-se um centro irradiador de cultura, participando do processo de desenvolvimento da região, através da pesquisa e extensão.

Os entrevistados defendem ainda a idéia de que a UNIPLAC pode transformar-se em verdadeiro agente de mudanças, de forma a contribuir no desenvolvimento econômico, cultural e social de Lages e região, investindo não só em cursos de graduação, mas também na pós-graduação, como no mestrado e doutorado, qualificando, assim, seus professores, promovendo o desenvolvimento

pessoal de cada membro do corpo discente e docente e projetando-se no social como fator de mobilidade e progresso, mantendo o crescimento mostrado nos últimos anos.

Para eles, Lages tem condições de se transformar em centro regional de ensino superior desde que não sejam repetidos os erros do passado, como a acomodação e a falta de condições para administrar divergências. Que o objetivo geral da Universidade se anteponha aos objetivos individuais de quem quer que seja, acolhendo a pluralidade de pensamentos, enfim que se consolide como uma Universidade com credibilidade e qualidade.

II.3 A MEMÓRIA FOTOGRÁFICA DA UNIPLAC

EDWARDS (s.d.), ao discorrer sobre a fotografia, argumenta que através dela se perpetua o passado, negando-se as transformações do tempo, sendo uma forma de perpetuar a eternidade. A mesma percepção é demonstrada por Fabris (1991, p.36), ao afirmar que

A fotografia cria uma visão do mundo a partir do mundo, molda um imaginário novo, uma memória não seletiva, porque cumulativa. Em sua superfície o tempo e o espaço inscrevem-se como protagonistas absolutos, não importa se modificados, ou até melhor, se mobilizados, porque passíveis de uma recuperação feita de concretude e devaneio, na qual a aparente analogia se revela seleção, construção, filtro.

A originalidade de recepção da mensagem resulta de muitos mecanismos culturais e mentais. Os diversos níveis de atenção do leitor – o instintivo, o descritivo e o simbólico – são mobilizados pela leitura fotográfica, que pode ser interminável, embora incompleta. A imagem quase nunca se deixa reduzir ao código verbal.

A descrição e a interpretação do conteúdo e da expressão das fotografias da Universidade do Planalto Catarinense, do corpo docente e discente, de políticos, de representantes da ACIL, AMURES, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e da comunidade em geral, permitem a compreensão de seus elementos constitutivos.

"Ao analisarmos e tentarmos entender como as pessoas estruturavam seus mundos no passado, talvez possamos ver como seus modelos podem ser integrados construtivamente às nossas histórias. Ao fazermos isso, podemos então avaliar melhor como estruturamos nosso mundo e como poderíamos iluminar histórias que ainda estão para serem articuladas." (EDWARDS, s.d., p.25)

Corrobora esta linha LEITE (s.d., p.146), ao afirmar: "Quando o fotógrafo é anônimo e o público indefinido, o que se propõe é perguntar se a foto foi guardada e para quem, como parte do passado de quem ou de que instituição". Assim, a imagem é o elemento que ocasiona todo um processo de rememoração, é um meio prático de registrar a complexidade da vida.

Solicitados a expressarem seu entendimento sobre a memória fotográfica (ver anexos), os entrevistados e alguns protagonistas deram respostas que demonstram diversas possibilidades de leitura.

A análise dos dados obtidos será feita a partir de dois grupos, uma vez que houve entrevistados que optaram por analisar foto por foto; já o grupo formado por Agustini, Amaral, Baggio, Cardoso, Koerich, Moreto, Muniz, Oliveira, Somariva e Piazza preferiram agrupar as dez fotografias, dando uma única resposta.

II.3.1 A imagem da UNIPLAC através das fotografias

Foto 1 – Aula inaugural da Faculdade de Ciências e Pedagogia da FACIP, em 01 de agosto de 1970.



Dr. Evaldo Amaral – deputado; Dr. Aureo Vidal Ramos – prefeito municipal; Dr^a Suria Chedid – diretora do Departamento de Educação, diretora e prof^a. da Faculdade de Ciências e Pedagogia – FACIP – e prof^a. da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis – FACEC; prof. Anibal Nunes Pires – sub-reitor da UFSC, presidente da Comissão de Ensino Superior e representando, na ocasião, o Cel. Jarbas Passarinho, ministro da Educação; Dr. Roland Hans Kumm – presidente da UNIPLAC; Dr. Renato Valente – vice-prefeito, reunidos depois de proferir a aula inaugural da FACIP, no dia 01 de agosto de 1970, após o Decreto nº 66.849, de 06/07/1970, firmado pelo DD. Presidente da República Emilio Garrastazu Médici, autorizando o funcionamento da FACIP.

Fonte: Anuário 1970, UNIPLAC, Lages, 1970.

Para Gasparin, foi "o início de uma jornada, agora mais dirigida à educação".

Por sua vez, Antunes afirma ter sido "o primeiro passo na existência legal da FACIP, com relevo para as pessoas que a impulsionaram e prestigiaram".

Göcks:

Acredito que na década de 70 a emoção dessas pessoas aqui deve ser a mesma que em 2000 nós vivemos quando fizemos a instalação da Universidade. Porque eu

acredito que as pessoas que naquela época trabalhavam e buscavam a UNIPLAC, também queriam que a UNIPLAC fosse tudo o que a gente quer que ela seja hoje. Este momento deve ter sido tão significativo, olhando, imagino pelas autoridades que fazem parte, pela formalidade da mesa, que seja algo parecido com uma das nossas instalações ou da carta consulta, ou desses momentos significativos. Só que épocas diferentes. Há 30 anos se buscava isso.

Já Binatti acredita "que momentos importantes como este, o da aula inaugural da FACIP, faz com que ela seja um marco histórico".

Salienta Chedid que

Na foto 1 está registrado um momento muito importante para o ensino superior de Lages, ou seja, a aula inaugural da FACIP, que tive a alegria de fazer funcionar, bem como ser a primeira diretora da mesma.

Evidentemente todos os integrantes da foto e muitos outros que ali não aparecem também desempenharam relevante papel.

Sempre é gratificante quando uma comunidade vê realizado algo que por muito tempo era esperado, e mais gratificante ainda, quando podemos contribuir para que isto aconteça.

Sartori corrobora, ao afirmar: "... aqui eu vejo o deputado Evaldo Amaral, o Aureo Vidal Ramos, que na época era prefeito, a diretora, a Suria, que era diretora da FACIP. São momentos importantes da instituição".

Em contrapartida, Vanoni afirma:

A fotografia em questão ressalta-se pela presença de políticos locais e estaduais. Observa-se que apenas duas pessoas, Anibal Nunes Pires e Roland Hans Kumm, não se encontravam diretamente, na ocasião, ligados ao partido político que ocupava então o poder na cidade de Lages e no governo do Estado. Fato que de certa forma pode vir a ser um indicativo de que a implantação do ensino de 3º grau, no planalto serrano, não se dissociava do interesse das elites dominantes locais, achando-se, portanto, estritamente ligado ao momento político-partidário.

Conclusão

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados, quando indagados sobre o que a fotografia da aula inaugural da FACIP, ocorrida em 01 de agosto de 1970, inspirava, houve unanimidade ao afirmar que a fotografia revela o início de uma nova jornada, agora mais dirigida à educação. Foi o primeiro passo da sua

existência legal, um marco histórico, um momento muito importante. Acredita-se que, na década de 70, a emoção das pessoas deve ter sido a mesma vivida em 2000, quando da instalação da Universidade. Foi um momento significativo, com a presença de autoridades políticas municipais, estaduais e federais e representantes da comunidade.

Foi observado, também, que apenas duas pessoas na fotografia, Anibal Nunes Pires e Roland Hans Kumm, não estavam, na ocasião, ligados ao partido político que ocupava o poder na cidade de Lages e no governo do Estado, fato que, de certa forma, pode ser um indicativo de que a implantação do ensino de terceiro grau não era dissociado do interesse das elites dominantes locais.

Percebe-se, pelas informações dos entrevistados, que a imagem das fotografias é o elemento que, além de ocasionar todo um processo de rememoração, é um meio prático de registrar a complexidade da vida.

Foto 2 – Mesa oficial da aula inaugural dos cursos de férias da Faculdade de Ciências e Pedagogia – FACIP –, em janeiro de 1974.



Mesa oficial, presentes altas autoridades do Estado e do Município, universitários que frequentam os cursos de férias, professores e convidados especiais. Foi apresentada pelo Dr. Hoyedo de Gouveia Lins, secretário do Desenvolvimento, uma palestra a respeito da realidade de Santa Catarina, inclusive com dados estatísticos atualizados e com farto material audiovisual. Fartamente aplaudido ao final de sua palestra, confirmou uma vez mais o ilustre conferencista seus conhecimentos sobre o tema apresentado.

Também estiveram em Lages, para participar da aula inaugural, os senhores deputado Evaldo Amaral, secretário da Administração, deputado Telmo Ramos Arruda, líder do Governo na Assembléia Legislativa, Sr. Ibraim Simão, assessor do Gabinete do Governo do Estado e Dr. Jair Hamms, sub-coordenador de relações públicas do Estado.

Destaca-se a importância dada ao ensino superior em Lages, na área estadual, quando o senhor secretário do Desenvolvimento, que então representava o Governo de Santa Catarina, e demais ilustres autoridades da capital e de nosso município se fizeram presentes na instalação oficial dos cursos de férias de 1974.

Fonte: Jornal Correio Lageano, Lages, 10 de janeiro de 1974, n.º 8, ano XXXIV, 1ª página.

Gasparin afirma sobre a foto: "alegria de ver a área das licenciaturas consolidando-se formalmente".

Na concepção de Chedid,

Na foto 2, a exemplo da primeira, há registro de uma fase que considero uma das mais significativas do ensino superior em Lages, porque não só a comunidade local, mas muitas outras cidades do sul do Brasil viram seus professores beneficiados com cursos de férias, já que, durante o ano, não tinham condições de frequentar uma faculdade.

Uma vez mais consegui uma realização, ao criar os cursos de férias, valiosos para muitas comunidades, ressaltando-se a participação e o trabalho diuturno, principalmente do corpo docente da FACIP na época, sem o qual seria impossível transformar em realidade o sonho de muitos professores.

Foi por demais gratificante a FACIP, em seus cursos de férias, oferecer a inúmeros pais, mães a oportunidade de sentarem ao lado dos filhos, nos bancos acadêmicos, em busca dos conhecimentos que até então lhes eram impossibilitados.

Para Antunes, a foto sugere a "remissão aos cursos de férias da FACIP, que colaboraram na formação de tantos docentes para este Estado e outros, além de arrecadarem bons lucros para a mantenedora, utilizados na cobertura eventual de cursos em períodos normais e demais custos nos quais deficitária. Observa-se o prestígio merecido pela instituição, pelos poderes constituídos".

Para Göcks,

Nós, em 2000, tivemos o Hoyedo Lins. Também estive em Lages para participar da aula inaugural da FACIP em 74, que repetiu o mesmo fato 30 anos depois, quando agora aqui estive o Hoyedo, que eu acredito seja o filho dele, esteve aqui na semana passada proferindo aula sobre desenvolvimento regional, exatamente em comemoração aos 30 anos das licenciaturas. Não me dei conta que o pai dele tinha vindo há 26 anos atrás, como secretário do Desenvolvimento, fazer uma palestra a respeito da realidade de Santa Catarina. Pode-se perceber hoje como nós estamos atrasados, se viemos buscando continuamente, buscando, e ainda não demos conta de resolver algumas questões. Eu espero que daqui a 30 anos não estejamos fazendo a mesma coisa. Isso vai depender da nossa competência e de todos os professores, de todas as áreas do conhecimento, da UNIPLAC, para darmos este salto de qualidade que precisamos dar. Se não, vamos estar aqui de novo fazendo as mesmas coisas, discutindo as mesmas questões. Achei muito interessante.

A mesma percepção é demonstrada por Binatti, ao afirmar:

A UNIPLAC era prestigiada com a presença de autoridades, demonstrando sua importância. Ressaltando que o curso de férias, era uma modalidade de ensino oferecida na época e abandonou-se. Não saberia explicar o motivo, por não ser a minha área, mas estranhei, porque tinha uma clientela muito grande e, no entanto, estes cursos simplesmente foram eliminados. As pessoas sempre estiveram

presentes, numa demonstração de que a UNIPLAC, desde o início, foi uma instituição importante para a comunidade da Serra Catarinense.

Vanoni afirma:

Corroborando a posição adotada, ou a leitura adotada na fotografia 1, esta foto oferece uma visão mais clara a respeito da ingerência do poder político-partidário local no ensino superior que aqui se estruturava. Faz-se necessário ressaltar que o grupo hegemônico local, historicamente, fez questão de garantir o isolamento da região, pois esse isolamento conferia aos políticos locais uma aura de direito ao poder e, conseqüentemente, os votos necessários para garantir o poder de mando estadual, e aparentemente, é possível afirmar, pela observação das fotos, que tal prática se estendeu ao ensino de 3º grau.

Conclusão

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados, quando indagados sobre o que a fotografia da mesa oficial da aula inaugural dos cursos de férias da FACIP, realizada em janeiro de 1974 inspira, fica evidente que se trata de uma fase significativa do ensino superior, pois marca a consolidação das áreas das licenciaturas, que passaram a atender a comunidade local e outras cidades do Sul do Brasil, que viram seus professores beneficiados com cursos de férias.

Além disso, os cursos de férias possibilitaram retorno de pessoas que já atuavam no mercado de trabalho, magistério ou outras áreas, ao universo acadêmico, em busca de conhecimento. Depreende-se, ainda, que tais cursos possuíam uma boa clientela e não deveriam ter sido desativados.

Verifica-se que a leitura da fotografia permite o entendimento de que a UNIPLAC era prestigiada com a presença de autoridades, o que, ao mesmo tempo em que mostra sua importância, pode ser uma clara demonstração da ingerência do poder político partidário local no ensino superior que aqui se estruturava. Na aula registrada, o palestrante foi o Dr. Hoyedo de Gouveia Lins – secretário de Estado de Desenvolvimento, que falou a respeito da realidade de Santa Catarina. E, no ano 2000, Hoyedo Lins Filho aqui proferiu aula sobre desenvolvimento regional, em comemoração aos 30 anos das licenciaturas.

Percebe-se, hoje, que a instituição ainda tem muito a avançar, pois, embora busque continuamente alternativas, ela não deu conta de resolver algumas questões. Há, porém, a certeza de que o avanço depende não só da competência da administração, mas do desempenho de todos os professores e outros setores envolvidos com a UNIPLAC, comprometidos com o futuro da universidade e região.

Foto 3 – Convênio assinado entre a Associação Comercial e Industrial de Lages – ACIL – e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense – UNIPLAC –, em 17 de janeiro de 1977.



José Paschoal Baggio, presidente da Associação Comercial e Industrial de Lages, assinando o referido documento, em nome da citada entidade.

Na noite da última segunda-feira, a Associação Comercial e Industrial de Lages e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense (UNIPLAC) firmaram importante convênio e que era fadado a obter amplo sucesso.

Estiveram presentes ao ato, o presidente da UNIPLAC, Dr. Antero Nercolini, o diretor da FACEC, professor Genuino Bordignon, o Sr. José Paschoal Baggio, presidente da Associação Comercial e Industrial de Lages, e outros diretores desta última entidade.

A íntegra do citado documento, é a seguinte:

CONVÊNIO

Termo de convênio que entre si celebram a Associação Comercial e Industrial de Lages e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense (UNIPLAC), com objetivo específico de colaborarem na programação e operação de estágios de estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas (FACEC).

Aos 17 dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e sete, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, presentes, de um lado, a Associação Comercial e Industrial de Lages, doravante denominada Associação, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. José Paschoal Baggio, e de outro lado a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense (UNIPLAC), representada pelo seu Presidente, Sr. Antero Nercolini, e a faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas de Lages, adiante denominada Faculdade, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, Sr. Genuino Bordignon, resolvem firmar entre si o presente convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula primeira: este convênio tem por objetivo proporcionar complementação educacional ao corpo discente da Faculdade, através da realização de estágios práticos de seus universitários em empresas industriais, comerciais ou de serviços, obedecidas as características profissionais de cada especialidade, de acordo com as necessidades da Faculdade e segundo as indicações das vagas existentes pela Associação.

Cláusula segunda: os estágios de que trata este convênio abrangerão as especialidades dos cursos oferecidos pela Faculdade; terão a duração mínima de 100 (cem) horas e máxima de 300 (trezentas) horas; poderão ser cumpridas de forma ininterrupta ou parceladas; e visarão proporcionar aos estudantes a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos em trabalhos práticos.

Cláusula terceira: são obrigações da Associação: a) proceder e manter atualizada um levantamento geral, entre as empresas associadas, das oportunidades de estágio relativas às especialidades e cursos da Faculdade; b) apresentar as oportunidades levantadas junto às empresas, observadas as peculiaridades próprias e as disponibilidades das vagas existentes, de modo a atender tanto quanto possível ao número de estágios necessários ao atendimento da Faculdade; c) encaminhar os estagiários indicados pela Faculdade às empresas segundo as oportunidades oferecidas e de acordo com a(s) opção(ões) do estagiário; d) prestar orientação às empresas quanto às condições necessárias para o recebimento, supervisão e avaliação de estagiários, e zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas.

Fonte: Jornal Correio Lageano, Lages, 20 de janeiro de 1977, n.º 16, ano XXXIII, 1ª página.

Para Vanoni,

Embora desligada do poder político local, essa fotografia possibilita análise a partir de dois aspectos. Primeiro: é interessante verificar-se o engajamento de setores ligados ao comércio e indústria na formação do acadêmico lageano (fato que até então não havia sido observado); segundo: ao mesmo tempo que essa parceria entre ACIL e FACEC podem trazer benefícios à instituição, ela traz mais uma vez o isolamento, pois não se observa no texto a preocupação em estabelecer contato com setores ligados à economia fora da região, o que se constituiria num avanço, pois o isolamento leva ao conservadorismo e impede o surgimento de outras visões, outras concepções.

Sartori admite que "na foto 3, aqui o professor Antero Nercolini, já presidente da UNIPLAC, me parece que começando alguns ensaios da UNIPLAC, atravessar um pouco a avenida Castelo Branco". [Objetivava com isso a integração da

UNIPLAC com a comunidade]. Corrobora esta linha Gasparin, ao afirmar: "a comunidade, mostrando disponibilidade em colaborar com a formação acadêmica".

Para Antunes esta foto mostra

... o já mencionado apoio de José Paschoal Baggio à UNIPLAC, seja diretamente como empresário, seja como presidente da ACIL, a atuação vitalizante do Dr. Antero Nercolini, que procurou e obteve o convênio para estágio dos estudantes dos cursos da FACEC em empresas industriais, comerciais e de serviços, já integrando mais universidade/comunidade, com vantajosa troca recíproca.

Da mesma forma, Binatti vê

... o senhor José Paschoal Baggio, presidente da Associação Comercial e Industrial e proprietário do Jornal Correio Lageano, um veículo de comunicação impressa local. Desde o início, ao ser solicitado auxílio, o Sr. Baggio sempre esteve com as portas abertas do jornal, nunca se omitindo. Na época em que foi presidente da UNIPLAC, ele pegou uns "pepinos" meio grandes, que o assustaram um pouco, pois foram muitas brigas internas neste período. Esta foto registra a assinatura do convênio entre a Associação Comercial e Industrial de Lages e a UNIPLAC, pois o empresariado de Lages acreditou todo o tempo na instituição. A realização dos estágios do Curso de Administração, no começo, foi uma luta, por ser o único curso que tinha estágio. Nós sempre precisamos das empresas de Lages para fazer acontecer, sendo este o motivo de ser firmado o convênio. Só que infelizmente, apesar de assinado, nunca foi executado, nem esse, nem outro referido e assinado por Joaquim Goulart, quando presidente da ACIL. Apesar de reeditado, o convênio não foi executado por parte das entidades conveniadas. Ambas as instituições nunca fizeram com que o convênio acontecesse, o que é uma pena, pois as intenções sempre foram válidas.

A mesma percepção é demonstrada por Göcks:

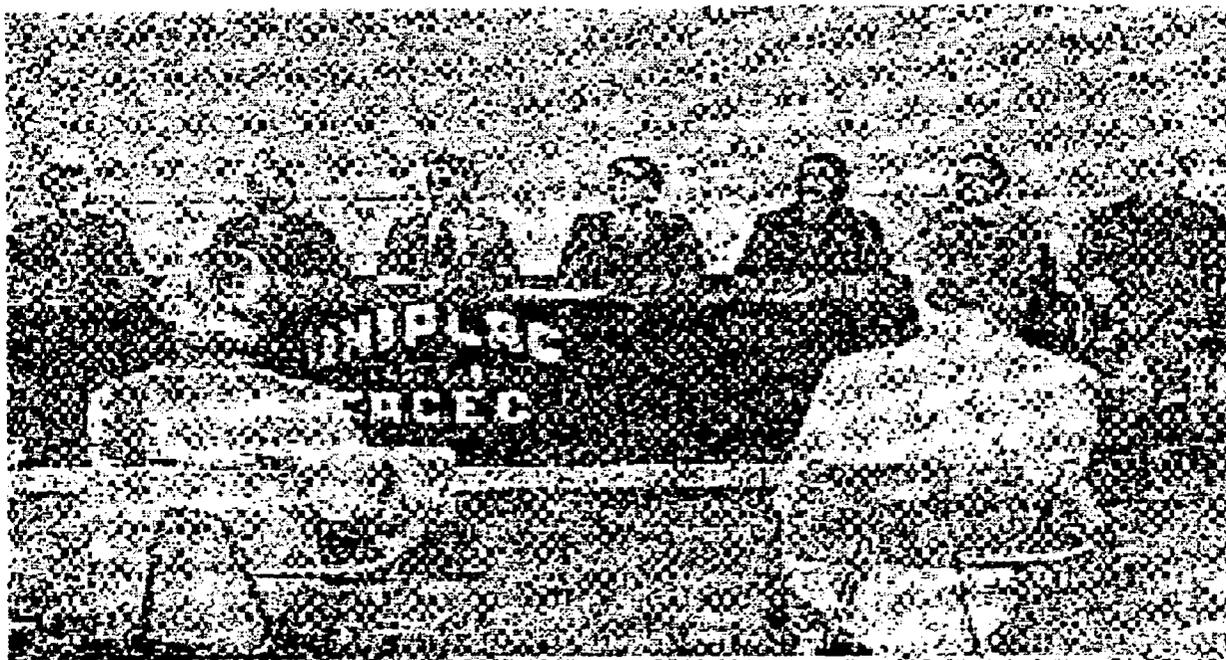
O convênio de 1977, ACIL e UNIPLAC, acredito, como se faz hoje os convênios, este aqui é para estágio, a gente continua fazendo hoje também e sempre que se consegue um estágio a mais para acadêmicos é sempre uma vitória a mais. Acredito que é uma continuidade, processo que começou em 1977, que este pelo menos dos estágios tem dado certo. É uma tradição. E esta questão, como eu dizia, que me sinto bastante compensada com o apoio da comunidade. É por todo este trabalho que teve durante estes 30 anos da UNIPLAC que as pessoas acompanharam o desenvolvimento, as lutas, brigas, altos e baixos, mas as pessoas da comunidade como um todo está incluída, como se percebe pela própria história, para que ela dê certo.

Conclusão

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados, quando perguntados sobre a fotografia que registra o momento da assinatura do convênio entre a ACIL e a UNIPLAC, em 17 de janeiro de 1977, as observações demonstram unanimidade, quando afirmam que a UNIPLAC começou a se engajar nos setores do comércio e indústria, na formação do acadêmico, trazendo benefícios à instituição, mas só em nível de região.

Os convênios procuravam integrar a FACEC à Universidade/Comunidade, com vantajosa troca recíproca, pois o empresariado de Lages acreditava na instituição. Embora as intenções fossem valiosas, este convênio não foi executado pelas entidades conveniadas. Observa-se que o sr. José Paschoal Baggio, presidente da ACIL e proprietário do jornal Correio Lageano, sempre esteve à disposição da UNIPLAC, quando solicitado.

Foto 4 – Mesa das autoridades presentes à aula inaugural dos cursos de Pós-Graduação ministrados na UNIPLAC, com convênio da UFSC, em julho de 1978.



Na foto, um aspecto da mesa que dirigiu os trabalhos durante a aula inaugural dos cursos de pós-graduação que estão sendo ministrados na UNIPLAC. Dr. Antero Nercolini, presidente da UNIPLAC; prefeito de Lages, Dr. Dirceu Carneiro; Bispo Diocesano Dom Honorato Piazero; Dr. José Joaquim Lisboa, Juiz de Direito; Representante do 1º BTL.; sub-reitor de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina e representando o reitor da UFSC, Prof. Rodi Hickel; sub-reitor de Orientação e Assistência ao Estudante, Prof. Volney da Silva Miles; Prof. Ignacio Ricken, coordenador dos cursos de Pós-Graduação que se realizam em Lages; diretores da Faculdade de Ciências e Pedagogia – FACIP – e Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages – FACEC.

Fonte: Jornal Correio Lageano, Lages, 09 de julho de 1978, nº 158, ano XXXVIII, 1ª página.

Gasparin afirma ser o momento "mais um passo, buscando superar a baixa qualificação do corpo docente". Para Antunes, "o direcionamento à obtenção de qualificação docente e discente da UNIPLAC e suas unidades, bem como sua integração à comunidade; não é demais fazer notar que o Dr. Antero Nercolini, por sua atuação face à UNIPLAC, foi posteriormente conduzido à Secretaria da Educação do Estado".

Sartori afirma: "nesta foto devem ser os primeiros cursos de pós-graduação

lato sensu promovidos pela UNIPLAC. Onde você coloca, por exemplo, o professor Antero Nercolini, da UNIPLAC, na época o prefeito Dirceu, o bispo diocesano Dom Honorato. Já a presença do batalhão e tal e outras figuras, onde se instituiu a realização de cursos de pós-graduação em Lages...".

Já Vanoni afirma que "É interessante ressaltar que das fotografias observadas esta é a primeira onde não é maciça a presença de políticos, pela primeira vez observa-se que a maioria da mesa é composta por pessoas ligadas à educação, mas é importante ressaltar também que, nesse momento, o grupo que historicamente dominou a política local achava-se fora do poder municipal".

E, para Binatti:

Nesta foto a aula inaugural dos cursos de pós-graduação ministrados na UNIPLAC. Você vê que isto aqui está com data de 9 de julho de 1978. Se a instituição, de 1978 para cá, tivesse trabalhado na área aqui em Lages, os cursos de pós-graduação já teriam formado muitos docentes há mais tempo e promovido a melhoria do ensino ministrado. De 78 para cá o pessoal teria feito pós-graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Nós demoramos a acordar para esta necessidade. Eu continuo batendo nesta tecla, acho que a pós-graduação é um dos grandes segmentos que a UNIPLAC teria que explorar dentro do ensino. A graduação é importante, mas para a pós-graduação nós já poderíamos ter criado um centro de pós-graduação. Posso citar que o CAV trouxe um MBA em convênio com a Universidade de Portugal e logo deve começar com outra turma.

Em contrapartida, Göcks afirma:

... onde os atores continuaram sempre os mesmos. Temos o prof. Ignácio Ricken, em 1978, como coordenador dos cursos de pós-graduação que se realizam em Lages, com os diretores da FACIP e FACEC, aqui não tem os nomes. O prof. Ignácio Ricken foi a pessoa fundamental no processo, nos orientou na elaboração da carta consulta da nossa universidade. Como faziam as instalações em 1978 dos cursos de pós, nós continuamos fazendo agora: continuidade. Acredito que cada momento destes é um momento de glória, de realização daquele período. Assim eu vejo.

Conclusão

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados, quando perguntados sobre a fotografia da mesa das autoridades presentes em julho de

1978 , por ocasião da aula inaugural dos cursos de pós-graduação ministrados na UNIPLAC, em convênio com a UFSC, os entrevistados foram unânimes ao afirmar que a qualificação docente era uma necessidade, e que, se houvesse continuidade, hoje a instituição já teria superado questões relativas à formação de professores. Observa-se que a mesa era composta pelo Eng. Antero Nercolini, presidente da UNIPLAC, posteriormente conduzido à Secretaria de Educação do Estado, pelo Arq. Dirceu Carneiro, prefeito de Lages, por Dom Honorato Piazzera, Bispo Diocesano, pelo Bel. José Joaquim Lisboa, juiz de Direito, representante do 1º Batalhão, e por pessoas ligadas à área de educação da UFSC, como é o caso do prof. Ignácio Ricken, que na época era coordenador dos cursos de pós-graduação realizados em Lages. Hoje a UNIPLAC continua instalando e implementando cursos de pós-graduação *lato sensu* e principalmente *strictu sensu*.

Foto 5 – Dr. Jorge Konder Bornhausen, ministro da Educação, na UNIPLAC, em 1985



Visita do Dr. Jorge Konder Bornhausen à UNIPLAC, quando ministro da Educação, ocasião em que foram entregues vários projetos para a construção do bloco para as salas de aula, biblioteca, etc.; Dr. Paulo Duarte, prefeito municipal; Dr. Jorge Konder Bornhausen, ministro da Educação; Prof. Bernardino Gevaerd, presidente da UNIPLAC; Prof. Pedro Gasparin, diretor executivo.

Saguão do primeiro bloco de salas de aula; ao fundo, a escada de acesso ao 2º piso.

Fonte: Arquivo Prof. Bernardino Gevaerd, 1985.

Para Vanoni, "retoma-se, a partir dessa foto, a influência do poder político local e estadual, mas também é interessante ressaltar que, aparentemente, a instituição achava-se fragilizada e necessitava do poder político constituído para expandir sua rede física".

Antunes afirma: "a valorização pelo Dr. Jorge Konder Bornhausen, então ministro, tanto quanto assistira como governador à UNIPLAC; e o Prof. Bernardino Gevaerd, presidente da UNIPLAC que sucedeu a Dra. Aidê Antunes, a qual indicou seu nome para a Presidência ao Conselho Diretor, tendo ele sido eleito por unanimidade".

E para Sartori:

Acho que a UNIPLAC soube aproveitar um pouco em 85 o fato de Jorge Bornhausen ter sido ministro de Educação e esta sua articulação como o Prof. Bernardino, estas relações pessoais, em relação ao Banco Inco, do qual o prof. Bernardino foi gerente, do próprio Paulo, que na época era prefeito. Então me parece que ela não deixa de ser representativa, no momento em que a UNIPLAC soube aproveitar a presença do Bornhausen no Ministério da Educação e a obtenção de recursos para a ampliação do seu espaço.

Na concepção de Göcks, "é o que nós fizemos segunda-feira (28/08/00), entregando várias salas de aula e bloco de Odontologia. São momentos extremamente significativos. É mais um passo, é mais uma realização, vejo assim as questões se repetindo. Eles foram mais felizes do que nós, porque contaram com recursos públicos que nós não tivemos desta vez".

Binatti afirma:

Nesta foto está o Jorge Bornhausen trazendo verbas para a UNIPLAC. Nós vemos também o prefeito Paulo Duarte, que foi uma pessoa que se preocupou com a Universidade, fazendo com que ela decolasse. Conseguiu, com a amizade que tinha com o então ministro da Educação, Bornhausen, e o Prof. Bernardino, uma verba para o prédio central, onde hoje é a reitoria. É uma pena que nesta data aqui poucos professores e alunos estivessem presentes ao ato. Apesar de não aparecer, eu estava presente e posso afirmar que o público era pequeno na ocasião, faltaram pessoas para prestigiar o ministro de Educação que estava em Lages, trazendo recursos para a UNIPLAC.

Conclusão

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados sobre a fotografia da visita de 1985, quando Jorge Konder Bornhausen, ministro da Educação, visitou a UNIPLAC com a finalidade de se integrar ao projeto de expansão física da instituição, todos os entrevistados afirmaram que a instituição achava-se fragilizada e necessitava do poder político constituído para expandir sua rede física, tendo sido oportuna a visita.

Nessa mesma época, a articulação do prefeito Paulo Duarte e o relacionamento pessoal do prof. Bernardino Gevaerd, presidente da UNIPLAC, foi benéfica para a UNIPLAC, que pôde obter recursos e dar continuidade à ampliação do seu espaço físico. Este evento retrata a forte existência dos anéis burocráticos.

Foto 6 – Prof. Paulo Freire recebendo o título honorífico de "Professor Benemérito" da UNIPLAC, em 10 de julho de 1995.



Professor Paulo Freire veio fazer uma conferência no Congresso Municipal de Educação, quando foi homenageado pela UNIPLAC com o título honorífico de "Professor Benemérito" daquela entidade. A professora Nara Maria Kuhn Göcks, presidenta da UNIPLAC, e a professora Ana Rigo, diretora da Faculdade de Ciências e Pedagogia – FACIP – realizaram a cerimônia de imposição do título honorífico de Professor Benemérito da entidade.

Fonte: Jornal Correio Lageano, Lages, 25 de julho de 1995, p. 04. Seção Eron da Silva.

Göcks afirma: "o professor Paulo Freire veio fazer uma conferência no Congresso Municipal de Educação, quando foi homenageado pela UNIPLAC com o título honorífico de Professor Benemérito daquela entidade".

Já Gasparin afirma: "respeito e mérito a um dos maiores educadores brasileiros". Para Antunes, é "o valor de Paulo Freire, reconhecido como um verdadeiro cientista social. Válido o reconhecimento pelo título de Professor Benemérito".

Por sua vez, Sartori admite ser "o primeiro título que a UNIPLAC dá como Professor Benemérito. Eu acho que por um lado é um privilégio dar ou conceder um título a uma figura que não é nacional, que é internacional. Isso já em 95, um ritmo de uma nova instituição". E Vanoni afirma: "pela primeira vez observa-se que toda a ação acha-se voltada para um intelectual, e não para as forças políticas".

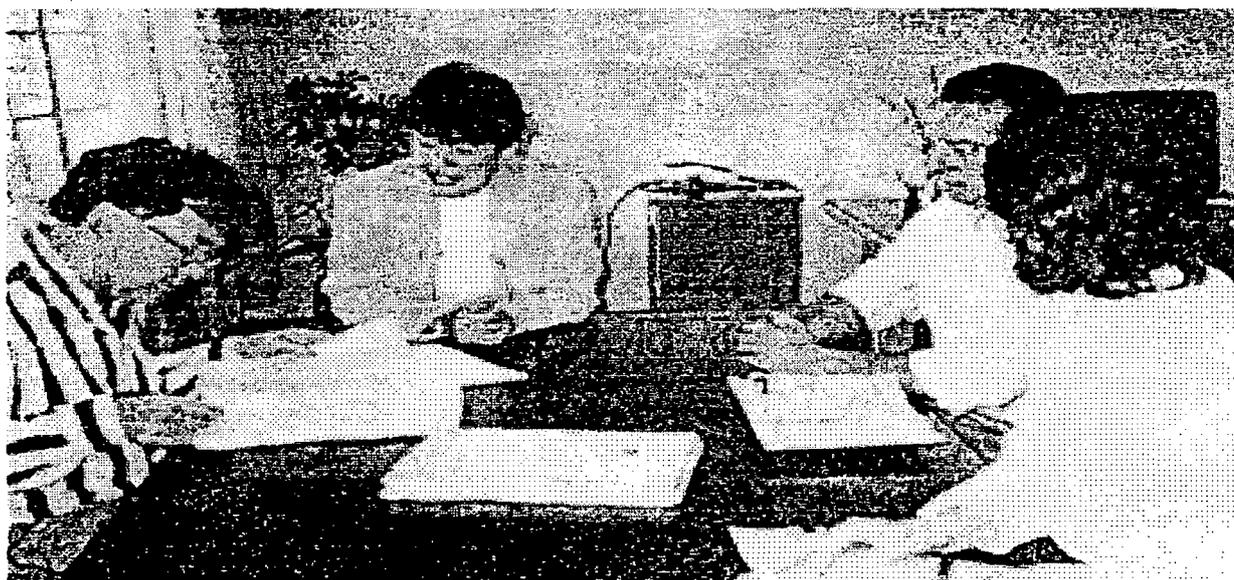
Em contrapartida, a avaliação de Binatti:

Solenidade onde o Professor Paulo Freire recebeu o título honorífico de Professor Benemérito da UNIPLAC, pela presidente, professora Nara Maria Kuhn Göcks, em 1995. Você viu como são as coisas? Eu estou há 32 anos na instituição e sou Professor Benemérito da UNIDAVI; aqui na UNIPLAC sou apenas um simples professor. Não é um desabafo, só quero chamar a atenção para o detalhe: de que adianta dar o título de Benemérito ao professor Paulo Freire e esquecer os professores que estão dentro da instituição? A gente não recebe um cartão quando completa dez, quinze, vinte, vinte e cinco ou trinta anos de serviço. Nem um telegrama de cumprimentos pela dedicação do professor. Além disso, tem muito mais gente que merece ser homenageada. É o caso do professor Bernardino: no dia da instalação da Universidade nada recebeu, só foi dado o nome para o Centro de Convivência depois de morto, e aí não adianta. A pessoa quer ser homenageada enquanto está viva, pois nome de rua, praça ou de outros locais é só para os outros. Tenho certeza que o Bernardino ficaria muito mais feliz, se tivesse sido homenageado naquela noite da implantação, ter recebido o pinhão que muita gente recebeu pelo pouco que fez, e ele, que passou a maior parte de sua vida na UNIPLAC, só teve seu nome lembrado para os familiares verem. Por estes motivos e diante da omissão dos responsáveis para com os docentes da instituição, me desculpe, mas não posso tirar o chapéu para o título a Paulo Freire.

Conclusão

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados sobre a homenagem ao prof. Paulo Freire, em 10 de julho de 1995, que lhe deu o título honorífico de "Professor Benemérito da UNIPLAC", há o entendimento de que tal ato significa reconhecimento, respeito e mérito ao grande educador e cientista social brasileiro. Foi, portanto, um privilégio para a UNIPLAC, além de ter sido o primeiro destes títulos que ela concedeu. Os entrevistados salientam, ainda, que a fotografia registra, pela primeira vez, uma solenidade em que toda a ação achava-se voltada para um intelectual, e não para as forças políticas.

Foto 7 – Apresentação do texto básico da carta consulta ao prefeito Carlos Fernando Agustini, em dezembro de 1995



A apresentação do básico da Carta Consulta ao prefeito Fernando Agustini, pela presidente da entidade, professora Nara Göcks, o diretor executivo César Ramos Muniz e a assessora de Planejamento, Izabella Barison Matos.

Fonte: Jornal Correio Lageano, Lages, 12 de dezembro de 1995, 4ª página.

Gasparin caracteriza a foto como sendo o "passo inicial rumo à consolidação da UNIPLAC em Universidade".

Já Sartori diz que " ... demonstra que um novo momento na instituição, onde se decide pela carta consulta, e tentar fazer com que, mesmo tardiamente, a

UNIPLAC consiga, se eu não vou dizer se igualar, mas atingir, ou ter a sua condição de Universidade que as demais já tinham obtido há muito tempo".

Para Göcks, "esta foi na época da pobreza, da dureza da UNIPLAC, foi quando nós fomos pedir ao prefeito na época auxílio para elaborar a Carta Consulta, porque nós não tínhamos nem R\$ 2.000,00 para pagar. Este foi um momento complicado, mas que foi fundamental o apoio desse, como deve ter sido noutros momentos o apoio de outros prefeitos. Esse eu posso falar, porque foi nosso".

Em contrapartida, Antunes admite: "não entendemos bem o objetivo da apresentação do básico da carta consulta ao chefe do Executivo Municipal, a não ser que o mesmo pretendesse conceder verba auxiliar a UNIPLAC, tendo em vista o caráter de pessoa jurídica de direito privado da mesma".

Já Vanoni entende que "esta fotografia retrata bem a realidade ou a constituição do poder de mando dentro da UNIPLAC. Embora nos remeta ao ano de 1995 é bastante interessante observar que, após cinco anos, excetuando uma pessoa, o poder continua concentrado no mesmo grupo".

Binatti afirma:

A apresentação do texto básico da carta consulta ao prefeito Fernando Agustini, pela presidente da UNIPLAC. Tiro o chapéu para o Coruja [*Fernando Agustini*] no apoio às ações e recursos necessários aos encaminhamentos para tomarmos a Universidade. Posso afirmar, queiram ou não, foi realmente uma pessoa que contribuiu, me parece ter sido em torno de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), um valor que na época era uma quantia razoável de dinheiro. Graças à sua participação, o Prof. Ricken fez a carta consulta, sendo o pontapé inicial no processo para fazer a UNIPLAC acontecer.

Conclusão

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados sobre a fotografia de dezembro de 1995, quando foi apresentado o texto básico da carta consulta ao prefeito municipal Carlos Fernando Agustini, segundo os entrevistados, constitui-se

no passo inicial rumo à consolidação da UNIPLAC como Universidade. Foi um novo momento para a instituição, mesmo que tardio.

A contribuição do poder executivo foi importante, porque arcou com os recursos econômicos necessários aos encaminhamentos para a transformação em Universidade, já que a instituição não dispunha das condições econômicas para pagar a carta consulta.

A foto retrata bem a realidade, ou seja, a constituição do poder de mando dentro da UNIPLAC que, basicamente, ainda hoje se estrutura a partir das mesmas pessoas.

Foto 8 – José Maria Branco, Presidente da AMURES, entregando uma tele-sala à UNIPLAC, março de 1996.



Palestrante José Maria Branco, presidente da AMURES, Prof^a. Nara Maria Kuhn Göcks, presidente de UNIPLAC, Dr. Luiz Carlos Regis, secretário da AMURES, e autoridades. A AMURES fez a entrega à entidade de uma tele-sala a ser utilizada na capacitação de professores. A região receberá a informação e os benefícios. O presidente da AMURES, prefeito José Maria Branco, disse que foi uma contribuição de todos os municípios e que se poderá falar a mesma linguagem neste sentido.

A professora Nara Göcks destacou a importância de poder realizar em conjunto com os municípios, através das secretarias municipais de Educação, o Plano Regional de Educação, que já é modelo para outras regiões. Com os equipamentos, será mais um passo, pois são chamados de "um salto para o futuro".

Fonte: Jornal Correio Lageano, Lages 23 de março de 1996. p. 4.

Para Vanoni, "essa fotografia oferece uma visão sobre a parceria estabelecida entre a UNIPLAC e órgãos ligados aos municípios na região, no sentido de se associar ao aprimoramento da população, principalmente do profissional do magistério, ou seja, ela é um indicativo da aproximação existente entre UNIPLAC e população".

Göcks afirma: "num projeto feito junto com a Secretaria de Educação, buscando computadores para as escolas da rede municipal de educação, através do Plano Regional de Educação. Foi um dos primeiros projetos que a nossa administração fez e que deu certo. E a gente reputa como questão importante, para depois termos os apoios que nós tivemos".

Gasparin salienta: "parcerias entre UNIPLAC, Municípios, Governo do Estado, para qualificação de docentes". Para Sartori, "começa partindo da Universidade essa relação mais ampla com a sociedade política, não só a política como é o caso desta foto, mas social, extensão e por aí a fora".

Já Antunes entende:

Depreende-se da notícia, que até agora me passara despercebida, que louvavelmente a presidente da UNIPLAC, prof^a. Nara Göcks, buscou integração com a AMURES, resultando daí o recebimento de doação de tela-sala para capacitação de professores, com a resultante vantagem social. Seria interessante se o material doado, enquanto não utilizado pelos docentes em sua capacitação, pudesse também ser utilizado em benefício direto do corpo discente.

E, para Binatti:

Aqui nós temos o Presidente da AMURES e da UNIPLAC, o secretário da AMURES e outras autoridades, fazendo a entrega da tele-sala a ser utilizada na capacitação de professores. Não saberia dizer se está funcionando atualmente, sou sincero, eu não sei. Nossa universidade tem as oportunidades para fazer, utilizar recursos de última geração, mas eu vejo o SENAC falando ele teleconferência e nós não vemos a UNIPLAC divulgar nada. Eu não sei nem se a sala ainda existe e se está funcionando. Para mim é uma tecnologia de ponta necessária à comunidade acadêmica, podendo facilitar o acesso à comunicação, ser muito utilizada, um meio moderno para o ensino.

Conclusão

A análise e interpretação das falas dos entrevistados sobre a foto relativa à entrega da tele-sala à UNIPLAC, em março de 1996, revela o entendimento da parceria estabelecida entre a UNIPLAC e os órgãos ligados aos municípios na região, no sentido de se associarem para o aprimoramento da população, principalmente do profissional do magistério.

Esta foto é um indicativo da extensão, constituindo-se num dos primeiros projetos da administração da professora Nara Göcks na presidência da UNIPLAC. Começa partindo da universidade a relação mais ampla com a sociedade política, com a tele-sala caracterizada como uma tecnologia de ponta necessária à comunidade acadêmica, facilitando o acesso e constituindo-se em um meio moderno de ensino.

Foto 9 – Assinatura de convênio entre o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE – e UNIPLAC, em outubro de 1998.



Esteve em Lages, recentemente, o gerente nacional do CIEE, Afonso Lamounier de Moura. Veio para uma visita à unidade de Lages, que será ampliada, e para uma aproximação maior com a presidente da UNIPLAC, Prof^ª. Nara Maria Kuhn Göcks. Ficou acertado um convênio para a UNIPLAC prestar serviços na região, entre eles alfabetização de adultos, trabalhos com acadêmicos junto aos municípios no convênio recentemente firmado e prestação de cursos pelo CIEE e UNIPLAC, na área de treinamento.

Fonte: Jornal Correio Lageano, Lages, 06 de outubro de 1998. p.13.

Para Gasparin "outra vez, busca de parcerias em benefício dos acadêmicos, universidade e comunidade". Binatti afirma que "O CIEE e o estágio remunerado, são um mal necessário, porque os nossos alunos precisam de emprego". Já Vanoni: "retoma-se aqui a leitura feita da fotografia anterior, pois esta também se constitui num indicativo da extensão que a UNIPLAC pode proporcionar". Corrobora Sartori, ao afirmar: "aqui, já em 98, estas novas relações da UNIPLAC com contatos mais diretos com o CIEE e outras entidades. Hoje há uma multiplicidade enorme de convênios realizados. Acho que faz parte deste processo todo".

Em contrapartida, Antunes afirma: "como já dito, datando a notícia de outubro/1998, não se tem notícia da efetivação de seus objetivos, desejáveis, louvada a iniciativa que vem conforme os objetivos originais da universidade".

Na concepção de Göcks, é "convênio com o CIEE, que também foi um outro passo significativo".

Conclusão

A fotografia da assinatura do convênio entre o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE – e a UNIPLAC, em outubro de 1998, lembra aos entrevistados a busca de parcerias em benefício dos acadêmicos, universidade e comunidade, que se constitui num indicativo da extensão que a UNIPLAC pode proporcionar. O CIEE e o estágio remunerado são um mal necessário, porque os alunos precisam de emprego. Hoje há uma multiplicidade enorme de convênios sendo realizados com diversos segmentos da comunidade.

Foto 10 – Proclamado o reconhecimento da Universidade do Planalto



Dia em que foi proclamado o reconhecimento da Universidade do Planalto. Em sessão solene do Conselho Estadual de Educação, na tarde desta terça-feira, dia 15 de junho de 1999, foi proclamado o reconhecimento da Universidade do Planalto Catarinense e também o título de reitora à professora Nara Göcks.

A homologação da decisão da Comissão de Ensino Superior foi por unanimidade dos 21 membros do Conselho, sob a presidência do professor Ricardo José Araújo de Oliveira. Representou o governador Espiridão Amim a secretária de Educação, Miriam Schlickmann, e a Assembléia Legislativa foi representada pelo deputado Ivan Ranzolin.

Mais de 200 pessoas superlotaram os acanhados espaços do CEE, especialmente a expressiva delegação de Lages, com grande número de acadêmicos e lideranças públicas e privadas.

O conselheiro Mário César Brinhosa fez um discurso em defesa da UNIPLAC, lembrando que foi a última instituição a conquistar o status de Universidade, mas que soube vencer aqueles que atuaram contra essa luta. Lembrou ainda o desmonte que vem sendo feito no ensino universitário e a capacidade da UNIPLAC de fazer uma universidade semiprivada moderna, enxuta e adequada aos tempos. Lages acordou e venceu mais essa luta, finalizou ele.

O conselheiro Júlio Wiggers disse que certamente Correia Pinto, que levantou o primeiro barraco na vila de Lages, também estaria feliz. Lages, que já foi Caminho das Tropas, hoje tem o caminho para um futuro mais próspero, disse ele.

O relator, professor Walter Piazza, conclamou à Região do Planalto que procure fazer uma universidade de qualidade e voltada para o desenvolvimento social e econômico da região e Santa Catarina.

O deputado Ivan Ranzolin disse que o povo lageano venceu mais uma luta heróica, pois está acostumado à bravura. O presidente do CEE, Ricardo José Araújo de Oliveira, advertiu que, "em educação, infeliz do educador que coloca a cumeeira, pois sempre se tem algo mais a fazer".

Fonte: Jornal Correio Lageano, 16 de junho de 1999. p.05.

Para Antunes, a foto é

O coroamento de anos e anos de administrações, ideais, esforços e trabalhos, de construção da casa, pedra a pedra, ou seja, curso a curso, até a satisfação da exigência para obtenção do status de universidade.

Certamente não deixou de ser também uma conquista política, restando a todos ufanar-se de sua universidade, valorizá-la e dela cobrar sempre qualidade, modernização e adequação à realidade e exigências sociais.

Rico ensinamento do presidente do CEE, não deixando esquecer que a educação é antes de tudo dinâmica, corresponde sua estagnação à morte.

Que a UNIPLAC possa caminhar a largos passos a via do aperfeiçoamento, da integração com a comunidade e, principalmente, buscar QUALIDADE de ensino!

A mesma percepção é demonstrada por Gasparin, ao afirmar: "coroamento oficial de um velho sonho para um sonho novo". Corrobora esta linha Sartori, ao afirmar:

Aqui, eu acho que esta foto é exatamente a foto que você deve ter sonhado várias vezes; eu sonhava muito, e muita gente sonhava. Era ver o Conselho Estadual de Educação analisando o reconhecimento da UNIPLAC. É o resultado de 40 anos de esforços de muita gente nesse sentido, de erros, alguns perdoáveis, mas de acertos muito grandes, e não é esforço de uma equipe, de um grupo, mas é uma história que se realiza ante as dificuldades, mas fica aí, que nos impõe obviamente desafios todos pela frente.

Binatti salienta:

Momento em que foi proclamado o reconhecimento da Universidade do Planalto Catarinense, a nossa Universidade. Realmente eu tinha uma certa tensão no dia da realização deste sonho, que nós não estávamos acreditando que acontecesse. Embora figurasse entre os conselheiros um lageano (entre aspas), estavam querendo complicar o processo. Acredito que realmente foi uma luta de todos, uma vitória de todos nós que estamos dentro da UNIPLAC desde as primeiras horas, continuamos na Universidade e vamos continuar enquanto der.

Göcks detecta:

Proclamando o reconhecimento da Universidade do Planalto Catarinense, esse dia foi muito feliz para todos de certa forma, que todos que trabalharam e deram a sua contribuição para que a UNIPLAC chegasse a Universidade e o reconhecimento no Estado; acho que se sentiram recompensados pelo trabalho que fizeram. Nunca pensamos em trocar o nome, mas primamos por manter a sigla, mantemos tudo o que era característico da UNIPLAC, inclusive cores, como forma de reconhecimento ao trabalho. Dando ou não certo, foi um trabalho necessário para que pudéssemos construir. Acredito que possamos tirar de tudo isso um aprendizado. Com certeza a UNIPLAC está dez ou quinze anos atrás das outras Universidades de Santa Catarina, embora ela tenha sido a pioneira, no Estado, pelo menos foi a região

pioneira. Nós temos de tirar este descompasso com as outras instituições. Legalmente, em termos de estrutura, nós estamos em situação de igualdade, mas em termos de produção, em termos de envolvimento com comunidade, em termos de interferência na nossa região, nós ainda, em relação a outras instituições, nós estamos devendo muito para nossa região. Esta é a minha forma de ver. Não basta a universidade ser reconhecida pelo título de Universidade, ela tem que desempenhar o papel que neste sentido a gente tem plena consciência que nós estamos ainda muito defasados, nós temos de recuperar, e este recuperar é como um todo, todo mundo trabalhando para que isso aconteça. É claro que sempre vai haver conflito dentro de uma instituição, pois há seres humanos, não podemos querer que seja uma coisa perfeita, linear, tudo tranquilo, mas que nós temos que dar estas respostas com certeza. Esta é a minha forma de pensar. Olhando as fotos, eu acho que cada momento deste das fotos, tanto da nossa administração como dos outros, foram tijolinhos na construção de toda a Universidade, e cada ato destes é um ato importante.

Em contrapartida, Vanoni entende que "apenas retrata a concretização legal do sonho ou da vontade de toda região, o que não garante a existência de uma Universidade funcionando em sua plenitude. Ainda falta uma longa caminhada".

Conclusão

As falas dos entrevistados sobre a fotografia da proclamação do reconhecimento da Universidade do Planalto Catarinense, em 15 de junho de 1999, no Conselho Estadual de Educação, em Florianópolis, permitem entender o ato como o coroamento de anos e anos de administrações, de ideais, de esforços e de trabalho. Enfim, da construção da casa, ou seja, da estruturação de cada curso até a satisfação das exigências para a obtenção do status de universidade.

Foi o coroamento oficial de um velho sonho, para um sonho novo. Foi o resultado de 40 anos de esforços de muita gente, de alguns erros, mas de acertos muito grandes. Para eles não foi esforço de uma equipe, de um grupo, mas uma história que se realizou. Foi uma luta de todos, uma vitória de todos que estiveram e estão na UNIPLAC, e todos os entrevistados apontaram como um dia muito feliz para aqueles que trabalharam e deram a sua contribuição para que a UNIPLAC chegasse a Universidade e obtivesse o reconhecimento no Estado, fato que não deixou de ser também uma conquista política. Entendem também que não basta ser reconhecida pelo título de Universidade, é preciso desempenhar seu papel, e nesse

sentido a UNIPLAC ainda busca caminhos.

No segundo grupo, que agrupou as fotografias, encontram-se respostas como as de Agustini, para quem elas

Mostram um pouco do desenvolvimento do processo de implantação da universidade. A gente vê que as fotos são mais próximas uma das outras de 70 para 98 um espaço muito grande (implantação até a consolidação da universidade) temos aqui uma de 78, depois uma de 85 com a inauguração de umas salinhas, com o dinheiro que veio de Brasília. Na verdade quando se começou a querer a universidade foi rápido, deu-se o primeiro passo. (...) Mas que houve uma demora, uma negligência, que houve passividade, isso houve. Faltou agressividade. Essa agressividade que teve a UNIVALI, nós deveríamos ter tido. Faltou liderança política, faltou poder econômico. Sem dúvida faltou colocar os objetivos. Qual é o objetivo? Este esse ou aquele?

Já para Baggio elas representam “Seqüência de fatos, ações e pessoas que em algum momento foram agentes importantes no contexto da história da construção desta instituição de ensino”.

A mesma percepção é demonstrada por Oliveira, ao mencionar que nelas se encontram “Algumas personagens importantes da evolução da UNIPLAC, em especial a evidência de nossos cursos de férias, uma das realizações de maior êxito de nossa entidade, hoje quase esquecida, e que trouxe frutos precoces para a Região Sul, do País, inclusive, até hoje sendo colhidos”.

Para Muniz, entretanto, as fotografias representam “Um pouco de melancolia e recordações, por perceber que muito tempo se passou, sem que muita coisa tivesse mudado, em contínuo processo de transformação e crescimento, a UNIPLAC ficou parada no tempo”. E para Koerich, “Parabenizo-a pelas raras fotos aqui apresentadas até a de nº 5, trazendo a lembrança de um período de muita luta, muito trabalho”.

Para Cardoso,

São fotos que retratam parte da trajetória de nossa instituição. Refletem que, apesar das dificuldades, muitos personagens se integraram para possibilitar as

conquistas gradativas que culminaram com o surgimento da Universidade do Planalto Catarinense. São fotos que inspiram a necessidade de continuarmos lutando, enquanto cidadãos, para contribuir para que Lages e suas instituições sejam cada vez mais fortalecidas. Mesmo porque o fortalecimento de nossas instituições desencadeiam o crescimento de nossa cidade, num contexto mais amplo e dinâmico.

Por sua vez, Piazza afirma:

Eu acho que o seu trabalho de levantamento fotográfico auxilia muito e muito um trabalho de análise. Cada fotografia é a recordação de um momento. Este momento pode ter lados positivos e lados negativos, conforme a pessoa que olha. No seu caso específico, estas fotografias inspiram o retrato de uma época, olha-se os vários momentos e poderá, a partir deles, fazer uma história fotográfica da UNIPLAC...

Corroborando nesta linha Somariva, ao afirmar que é

O registro de alguns acontecimentos durante o longo percurso da implantação do Ensino Superior até a chegada da Universidade. Faz lembrar também, a falta de memória institucional de forma a registrar todos os fatos ocorridos, pelo menos aqueles considerados mais importantes. Faz lembrar, ainda, que a UNIPLAC no passado, gozava de bom relacionamento com os poderes públicos constituídos, também com a imprensa escrita com a sociedade serrana.

Amaral salienta que

As fotos registram momentos importantes e decisivos na trajetória da UNIPLAC. Remetem-nos a um passado de gratas recordações. Recordações de personalidades que, em nossa Lages, colocaram toda a sua inteligência, capacidade de trabalho, dedicação e amor à causa abraçada, vitoriosa causa. Um sentimento muito forte de satisfação e alegria pela evocação de um passado já distante, em que estivemos engajados, em nossa caminhada de homem público, em uma luta das mais gratificantes. Filho de educador, de família com forte vocação aos problemas educacionais, ao magistério, a educação sempre falou bem alto dentro de nós. À batalha pela interiorização do ensino superior em nosso Estado, particularmente em Lages, dedicamos parcela expressiva de nossa atividade parlamentar, quer na Assembléia Legislativa em Florianópolis, quer na Câmara dos Deputados, em Brasília. Constituiu-se em nossa permanente bandeira de luta.

Já Moreto afirma que

As primeiras fotografias demonstram que no início da então FACIP havia um ambiente de otimismo e as solenidades eram prestigiadas tanto pelas autoridades políticas e educacionais, como pelas lideranças comunitárias da época. É uma pena que esse entusiasmo inicial tenha aos poucos esmorecido e não se tenha

aproveitado os fatores positivos e favoráveis para impulsionar adequadamente o nascente ensino superior em nossa região. Não vivi, enquanto ator direto, os fatos que as fotografias seguintes recordam. No entanto sugerem uma lembrança a respeito de três núcleos de liderança que, a meu ver, caracterizam a condução da UNIPLAC e que me atrevera a defini-las como: período Suria, Bernadino e Nara.

Conclusão das fotografias

A fotografia, por registrar um momento importante na vida da comunidade, remete o seu observador para aquele momento. A análise e interpretação das falas dos entrevistados permitiu perceber que as imagens contidas nas fotografias constituíram-se em elementos que ocasionaram todo um processo de rememoração.

E foi justamente através desse processo de rememoração, capaz de apreender a complexidade do momento, as ações que o desencadearam e as impressões de seus atores, que possibilitaram a percepção de alguns fatos. Entre eles destacam-se os seguintes:

a) todos observaram a presença do poder político no processo de implantação e estruturação do 3º grau;

b) as fotografias registraram uma fase significativa para a consolidação da futura Universidade;

c) a implantação das licenciaturas, principalmente a dos cursos de férias, ampliou as fronteiras da UNIPLAC;

d) atentam para a busca de outros parceiros – comércio e indústria – , na formação do acadêmico, trazendo benefícios à instituição, em nível regional;

e) reconhecem que as parcerias propiciavam o estabelecimento de convênios objetivando Universidade/Comunidade, com vantajosa troca recíproca, pois o empresariado de Lages acreditava na instituição;

f) chamam a atenção para a necessidade da formação de um quadro de professores devidamente habilitado;

g) reconhecem a fragilidade da instituição, que naquele momento [em 1985, na visita do Dr. Jorge Konder Borhausen à UNIPLAC, quando ministro da Educação, ocasião em que foram entregues vários projetos para a construção do bloco para as

salas de aula, biblioteca, etc.] necessitava do poder político constituído para expandir sua rede física; indiretamente, remetem para a forte existência dos anéis burocráticos;

h) reconhecem na fotografia de Paulo Freire o registro de uma solenidade que marca, pela primeira vez, toda a ação voltada para um intelectual, e não para as forças políticas;

i) São unânimes ao registrar os primeiros passos rumo à consolidação da UNIPLAC em Universidade, e apontá-los como tardios, mas necessários.

É importante ressaltar que, embora existam posições distintas na leitura das fotografias relativas à história da UNIPLAC, elas não podem ser caracterizadas como dicotômicas e por nenhum momento elas se contrapõem. Elas apenas representam leituras diferentes de pessoas que vivenciaram e vivenciam a UNIPLAC em momentos históricos e situações distintas, com maior ou menor grau de envolvimento.

Afora estas diferenças, não estruturais, todos os entrevistados entendem que a Universidade nasceu das aspirações e do trabalho dos que nela atuam, dos que ali estudam e da vontade da comunidade serrana.

CAPÍTULO III – DA CONCLUSÃO E DO FUTURO DA UNIPLAC

III.1 DA CONCLUSÃO DA UNIPLAC

A presente pesquisa oportunizou o contato direto com pessoas envolvidas no processo que fez do ensino superior em Lages mais do que um sonho, pois elas o tornaram realidade.

Sonho e realidade construídos com vontade, trabalho e, principalmente, através da luta e da união de forças ideológicas, políticas e sócio-econômicas, ou seja, da união de quem nunca deixou de acreditar que esse seria o caminho para o crescimento cultural e o desenvolvimento da região. Sonho de pessoas que souberam fazer uma leitura da realidade nacional e acreditar que ela também poderia se concretizar aqui.

A recuperação da história da UNIPLAC não se apresentou como uma tarefa fácil, até porque ela envolve toda uma estrutura de vida, leitura de realidade e de possibilidades que se construíram no decorrer da formação do homem do Planalto Serrano, aliada ao entendimento e ao processo de implantação e expansão do ensino superior que se deu no Brasil nos anos 60. Portanto são dois momentos da história do planalto e duas realidades também distintas, mas que se imbricam para formar uma única – a realidade que se concretizava, na serra catarinense, nos anos 60.

Assim, a implantação de faculdades achava-se dentro da mentalidade da época, pois existiam, na década de 60, poucas faculdades e universidades no Brasil, e algumas regiões de Santa Catarina já se mobilizavam para implantar o ensino superior. Em Lages havia o ensino de 1º e 2º graus reconhecidos no âmbito estadual e federal. Daí a necessidade de dar continuidade, implantando o 3º grau.

Além dos pontos já elencados, esta pesquisa apresenta outra particularidade, pois o envolvimento da pesquisadora com o tema ultrapassa a curiosidade científica

e a coloca como parte integrante do processo. Ao desempenhar dois papéis, o de pesquisadora e o de profissional desempenhando suas funções na universidade, a pesquisadora entende que também carrega uma parcela de responsabilidade pelos rumos tomados pela UNIPLAC ao longo dos anos. Assim, optou, ao lado dos pesquisados, por também colocar sua leitura sobre a instituição e seu processo de construção, sem com isso tentar se imiscuir na posição das pessoas que colaboraram nesta pesquisa.

Entende a pesquisadora que a implantação do ensino de terceiro grau, em Lages, prende-se a um universo maior, ou seja, aos fatos que aconteciam no Brasil, na década de 60, aliados à vontade de alguns segmentos da sociedade lageana (grupos políticos, sociais e profissionais, além de pessoas ligadas ao magistério), que almejavam este ensino enquanto possibilidade de ascensão social e desenvolvimento da região.

Embora os objetivos do projeto de implantação dos cursos superiores tenham sido realizados, isto se deu lentamente, já que faltou uma diretriz que conduzisse a um projeto maior: a pesquisa e a extensão. Por isso a UNIPLAC afastou-se do interesse comunitário maior, transformando-se em centro de ensino, sem se tornar prestadora de serviços integrada às aspirações sociais e desenvolvimentistas do planalto, o que não se constituiu em falha apenas da UNIPLAC, mas de todas as universidades implantadas no Brasil, na época em apreço.

Na dupla função de pesquisadora e co-responsável pelo processo, reconhece que houve, através dos anos, fatores que dificultaram o avanço do ensino superior na região, tais como falta de corpo docente com a habilitação necessária, um projeto final, intromissão político-partidária, lutas internas pelo espaço e pelo poder (FACEC-FACIP), falta de coesão entre as forças, falta de apoio empresarial e empobrecimento regional (o final da extração da floresta de araucária causou o empobrecimento).

Salienta também o despreparo das pessoas encarregadas para gerir e

impulsionar a implantação, a acomodação dos ocupantes do poder na UNIPLAC e do poder político local, pois os dados mostram que não houve avanços significativos na instituição desde o final da década de 60. Inicialmente, a comunidade, os políticos e os professores participaram na implantação do ensino superior. Percebe-se que, em setembro de 1966, a direção da FEL, na pessoa do seu presidente, Jorge Barroso Filho, acompanhada de vários segmentos da comunidade lageana, entre eles o prefeito de Lages, Valdo da Costa Ávila, o comandante do 2º Batalhão Rodoviário, Cel. Samuel Augusto Alves Correia, o líder político Oscar Schweitzer e o representante do Diretório Acadêmico "8 de Maio", Walter Hoeschel Neto e José Acúrcio Goulart, dirigiram-se a Florianópolis para requerer do governador do Estado, Ivo Silveira, a integração ou a agregação dos cursos de Ciências Econômicas e Contábeis à Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC, o que foi negado, porém possibilitou o estabelecimento dos "anéis burocráticos". Com o tempo houve um período de acomodação por parte da direção da instituição, dos professores e dos poderes públicos.

Somente com a direção da atual reitoria é que se retoma o processo de mobilização para a implantação da Universidade, estabelecendo-se uma parceria com o prefeito Carlos Fernando Agustini, que contratou o prof. Ignácio Ricken para assessorar e elaborar a carta consulta da futura Universidade do Planalto. Neste momento tornam-se a formar os "anéis burocráticos" que deram a devida sustentação ao processo de criação da Universidade, num espaço que compreende mais de três décadas.

Até a década de 60, havia poucas faculdades e universidades no Brasil, e sua existência era garantia de prestígio aos políticos da região onde eram criadas. Buscar a implantação do ensino superior em um determinado local garantia o desenvolvimento econômico-social, uma vez que se acreditava que a elevação do nível cultural da juventude e a preparação de novas lideranças de profissionais com formação especializada propiciariam o avanço desejado.

Assim, na década em questão, o homem serrano passou a ver na educação a

possibilidade de mudar a realidade local, já que era a "mola mestra de desenvolvimento". Esta visão motivou um processo de conscientização sobre a necessidade de preparar recursos humanos qualificados, que constituiriam pré-requisitos fundamentais ao desenvolvimento. Lages encontrava-se no auge do ciclo da madeira, e o mercado necessitava de formação de mão-de-obra qualificada, para satisfazer as necessidades peculiares das empresas da região.

Dadas as necessidades locais e o alijamento da maioria da população do ensino superior, embora aqueles com melhores condições financeiras procurassem outros centros, junto com a percepção de como as coisas aconteciam em outras regiões, surgiu o movimento pelo ensino superior em Lages, e a implantação da UNIPLAC aconteceu dentro de um contexto nacional.

Resguardados os fatos relativos à história da educação e, principalmente, do ensino superior no Brasil, que são fundamentais para o entendimento da implantação do ensino superior no Planalto, é possível perceber, na fala dos entrevistados, que as razões locais não se diferenciam das que se configuravam então em nível nacional.

É interessante atentar para o fato de que, embora os entrevistados apresentem posições distintas ou divergentes, aqui elas serão elencadas num único bloco. Isso não implica contradição na análise da pesquisadora, pois este espaço é destinado a levantar os pontos apresentados por eles. Assim, há indicadores que podem ser considerados primordiais na implantação do ensino superior em Lages, entre eles:

- a) desenvolvimento da região;
- b) prestígio do grupo que detinha o poder de mando na região;
- c) vontade da população que, incluída no quadro nacional, via no ensino superior uma possibilidade de desenvolvimento da região;
- d) formação de profissionais para a indústria de extração de madeira; e
- e) possibilidade de acomodar a classe média, que aqui mesmo teria acesso

ao ensino de terceiro grau, o que não acontecia antes.

Há também fatos que, embora tenham uma certa importância, não podem ser considerados decisivos no processo:

- a) expansão do ensino superior;
- b) abertura nacional para implantação do ensino superior em instituições particulares;
- c) vontade de implantar uma universidade no planalto, o que já se delineava nos anos 60; e
- d) atender os interesses da população que buscava ascensão social, via educação.

Já em relação ao processo de transformação da UNIPLAC em Universidade, cuja demora é de 31 anos, percebe-se que entre os entrevistados há duas linhas de entendimento: um grupo que a entende como resultado do processo e outro que a coloca sobre responsabilidade das pessoas que detinham o poder na UNIPLAC e no município.

Sintetizando a fala dos entrevistados, é possível apontar razões que concorrem de uma forma relevante para a lentidão da concretização da universidade:

- a) intromissão política partidária;
- b) a historicidade local;
- c) despreparo das pessoas encarregadas em gerir e impulsionar a implantação e instalação dos cursos;
- d) utilização dos cargos dentro da instituição para satisfazer vaidades pessoais;
- e) falta de um corpo de professores habilitado;
- f) disputas internas pelo poder;
- g) divisão em duas unidades distintas – FACEC e FACIP;

- h) pouca força política dos representantes da região;
- i) implantação somente de cursos de baixo custo operacional;
- j) embora parceiros, pouco empenho das autoridades municipais;
- l) alijamento de grupos que se opunham à condução ideológica, o que impedia a diversidade de análise;
- m) pouca mobilidade no poder, as mesmas pessoas ocuparam cargos durante muitos anos na UNIPLAC;
- n) valorização do ensino e abandono da pesquisa e extensão;
- o) professor na condição de horista; e
- p) falta de um projeto, capaz de obter a cooptação de indivíduos nas cúpulas decisórias.

Neste processo de elencar razões e variáveis com maior ou menor grau de influência na história da UNIPLAC, é possível relacionar uma série de fatores que, ainda que não sejam fundamentais, desempenham uma certa influência na consolidação da Universidade:

- a) corpo docente dedicado a outras atividades;
- b) interesse e ingerência de grupos desligados do ensino superior;
- c) acomodação da comunidade lageana, que não exigiu dos políticos uma resposta mais imediata às aspirações de um universidade na serra;
- d) hostilidade por parte das forças políticas ou total alheamento; e
- e) desinteresse do Estado em ver em Lages uma Universidade.

Em busca de retomar a trajetória da UNIPLAC, ao lado das entrevistas, foram utilizadas fotografias, uma vez que elas são o próprio passado recuperado, pois cada fotografia é a recordação de um momento já vivido. Assim, objetivou-se, através do registro de vários momentos, a recuperação de fatos e razões gravados na memória de alguns, ou apenas a análise de outros.

E foi justamente, através desse processo de rememoração, capaz de apreender a complexidade do momento, as ações que o desencadearam e as

impressões de seus atores, que possibilitou a percepção de alguns fatos. Entre eles destacam-se os seguintes:

a) todos observaram a presença do poder político no processo de implantação e estruturação do 3º grau;

b) as fotografias registraram uma fase significativa para a consolidação da futura Universidade;

c) a implantação das licenciaturas, principalmente dos cursos de férias, ampliou as fronteiras da UNIPLAC;

d) atentam para a busca de outros parceiros – comércio e indústria –, na formação do acadêmico, trazendo benefícios à instituição, em nível regional;

e) reconhecem que as parcerias propiciavam o estabelecimento de convênios objetivando Universidade/Comunidade, com vantajosa troca recíproca, pois o empresariado de Lages acreditava na instituição;

f) reconhecem a fragilidade da instituição que, naquele momento [1985], necessitava do poder político constituído, para expandir sua rede física, e indiretamente remetem para forte existência dos anéis burocráticos;

g) reconheceram na fotografia de Paulo Freire o registro de uma solenidade que marca, pela primeira vez, toda a ação voltada para um intelectual e não para as forças políticas; e

h) são unânimes ao registrar os primeiros passos rumo à consolidação da UNIPLAC em Universidade, e apontá-los como tardios, mas necessários.

Neste espaço de trinta e um anos, somente no final de 1994 e início de 1995, com a mudança da presidência, que foi dado início à elaboração da carta consulta, fato que acarretou mudanças na estrutura da UNIPLAC. Foi promovida a implantação dos departamentos, a desarticulação da FACEC e da FACIP e a qualificação dos profissionais. Superadas as questões internas, de qualificação docente, de interferência direta dos partidos políticos, foram contratadas pessoas com tempo de dedicação, a fim de trabalhar no processo de transformação em Universidade.

É inegável, porém, que o ensino superior em Lages, enquanto organização burocrática, favoreceu o agrupamento de pessoas com objetivos comuns, que por sua vez criaram determinados círculos de tomadas de decisões, beneficiando grupos de interesses e visando à implantação da universidade. A formação destes círculos foi decorrência dos mecanismos de cooptação de figuras com grande tramitação nas esferas do poder, ligadas ou não aos Poderes Executivo e Legislativo.

Foi possível identificar três grupos de interesses predominantes no processo de implantação da universidade. O primeiro foi formado por pessoas vinculadas ao setor educacional; o segundo, por pessoas vinculadas ao poder político e o terceiro envolveu pessoas vinculadas ao setor empresarial. Em nenhum momento um desses grupos foi motivo de exclusão de outro, ao contrário, eles se articularam e estabeleceram uma complexa teia de interconexões que envolveu setores da sociedade e órgãos do aparelho do Estado, formando verdadeiros "anéis burocráticos", como afirma a reitora Göcks, em sua fala: "a UNIPLAC só conseguiu o status de universidade porque contou com o apoio da comunidade externa".

III.2 DO FUTURO DA UNIPLAC

A UNIPLAC tem uma trajetória marcada por momentos, atitudes e ações que fazem a história da instituição, ao mesmo tempo em que são a própria instituição.

Assim, o passado deve servir como memória para organizar o presente. E o presente deve privilegiar condições e ações, segundo os entrevistados, capazes de oferecer conhecimento e transformar mentalidades, contribuindo para o desenvolvimento econômico, cultural e social de Lages, enfim, um desenvolvimento harmonioso de integração e de apoio. Para tanto é necessário que se tenha um projeto de universidade que corresponda verdadeiramente às demandas, ao desenvolvimento e às expectativas presentes e futuras do contexto onde está inserida, tornando-se responsável pelo desenvolvimento regional.

Pela análise e interpretação das falas dos entrevistados, quando perguntados sobre o que gostariam que a UNIPLAC fosse daqui para a frente, todos foram unânimes em afirmar que, após tantos anos buscando sua afirmação como Universidade, são fatores de fundamental importância para a UNIPLAC:

- a) criar cursos que dêem atendimento às necessidades regionais;
- b) privilegiar a pesquisa e a extensão, pois através delas pode interferir na realidade, procurando dar respostas adequadas aos problemas da sociedade, objetivando sua integração no mundo do trabalho e da cultura;
- c) atender, na pesquisa, às especificidades locais, caracterizando-se, desta maneira, como agente gerador de desenvolvimento regional;
- d) promover o desenvolvimento pessoal de cada membro do corpo discente e docente;
- e) oferecer conhecimentos capazes de transformar mentalidades, independente do credo religioso, ideologia política ou status social;
- f) trazer benefícios para a comunidade, aceitando as mais diversas ideologias, dando voz a todas;
- g) tornar-se um centro irradiador de cultura, participando do processo de desenvolvimento da região, através da pesquisa e extensão;
- h) buscar outros parceiros – comércio e indústria – na formação do acadêmico, trazendo benefícios à instituição, em nível regional; e
- i) construir-se realmente como Universidade, antepondo-se aos objetivos individuais de quem quer que seja, acolhendo a pluralidade de pensamentos, enfim, que se consolide e tenha credibilidade e qualidade.

Ao lado dos fatores elencados anteriormente, são encontrados outros de menor importância tais como:

- a) retomar sua condição de agente social;
- b) projetar-se no social como fator de mobilidade e progresso;
- c) criar e promover cursos de pós-graduação, tendo em vista que a graduação banalizou-se, e a pós-graduação passou a ser um diferencial

competitivo, no mercado de trabalho;

Assim, a construção da UNIPLAC que todos almejam passa por uma série de ações/objetivos e, embora existam posições distintas tanto na leitura das fotografias quanto nas entrevistas, estas posições não podem ser caracterizadas como dicotômicas e por nenhum momento elas se contrapõem. Elas apenas representam leituras diferentes de pessoas que vivenciaram e vivenciam a UNIPLAC, em momentos históricos e situações diversas, com um maior ou menor grau de envolvimento.

Afora estas diferenças não estruturais, todos os entrevistados entendem que a universidade nasceu das aspirações e do trabalho dos que nela atuam, dos que ali estudam e da vontade da comunidade serrana, e, por isso, todos voltam a sonhar.

Agora não sonham com a transformação de duas faculdades isoladas em Universidade, mas sonham com um universidade que atenda às demandas e às expectativas criadas por ela e em torno dela e que se encontram registradas no que os entrevistados apontam como fatores essenciais para o futuro da UNIPLAC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS, ACADEMIA 25 ANOS. Florianópolis, 1999. 77p.

BORDIGNON, G. **Estabelecimentos isolados de ensino superior, um estudo das Fundações Educacionais de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Educação – FGV/IEA, Rio e Janeiro, 1978).

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências.

BRUM, A. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 571p.

CARDOSO, F.H. **Autoritarismo e democratização**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 240p.

_____. Os regimes autoritários na América Latina. In: COLLIER, D. (org.) **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 41-63.

COLLIER, D. (org.). **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 407p.

COSTA, L. **O continente das lagoas – sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 4V.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. 293p.

_____. **A universidade temporã.** O ensino superior da colônia à era de Vargas. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. 339p.

_____. **A universidade crítica.** O ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 260p.

_____. O público e o privado na educação superior brasileira. In: TRINDADE, H. (org.). **Universidade em ruínas: na república dos professores.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 39-56.

EDWARDS, E. Antropologia e fotografia. **Caderno de antropologia e imagem.** (NAI), Rio de Janeiro: UERJ, s.d. p.11-25. v.2 Antropologia e Fotografia. 171p.

FÁVERO, M. de L. de A. **Da universidade modernizada à universidade disciplinada:** Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991. 150p.

FREITAG, B. **Escola, estado & sociedade.** São Paulo: Moraes, 1980. 142p.

GOOD, W.J. & HATT, P.K. **Métodos em pesquisa social.** 7.ed. São Paulo: Nacional, 1979. 488p.

HAWERROTH, J.L. **A expansão do ensino superior nas universidades do sistema fundacional catarinense.** Florianópolis: Insular, 1999.

IBGE. **Dados estatísticos de Lages-SC.** 1940-2000.

LEITE, M. L.M. Negros e fotografia. **Caderno de Antropologia e Imagem.** (NAI), Rio de Janeiro: UERJ, s.d. p.145-149. v.2 Antropologia e fotografia. 171p.

MUNARIN, A. **Educação e esfera pública na serra catarinense: a experiência política do Plano Regional de Educação.** Florianópolis: UFSC, 2000.

OLIVEN, A.C. **A paroquialização do ensino superior.** Petrópolis: Vozes, 1990. 117p.

PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. 2.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992. 275p.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 24.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 267p.

RUAS, A. G. O ensino superior no Brasil e sua estrutura básica. In: GARCIA W.E. (org.) **Educação brasileira contemporânea: organização e funcionamento**. São Paulo: McGrawHill do Brasil. 1978. p.126-164.

SARTORI, S. et al. Os 40 anos de ensino superior na região serrana de Santa Catarina. **Revista de Divulgação Científica e Cultural**. Lages: UNIPLAC, v.2, n.2, jul/dez.1999. 141p.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: FGV, 1989. 186p.

UNIPLAC. **Processo de Reconhecimento**. Relatório 1. Histórico da UNIPLAC. Lages: mar.1999. 83p.

_____. **Processo de Reconhecimento**. Relatório 1. Histórico da UNIPLAC. Anexos V.I - anexo 31. V.II - anexo 49. V.III, anexos 58,60,63. Lages, mar.1999.

_____. **Processo de Reconhecimento**. Relatório 4. Recursos Humanos. Lages, mar.1999. 177p.

_____. **Revista de Divulgação Científica e Cultural**. Lages, v.2, n.2, jul/dez.1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **30 anos de história**. Florianópolis, 1992.

_____. **Acesso ao ensino superior.** Articulação entre ensino superior e ensino de 2º grau. Relatório de pesquisa. Florianópolis: INEP, 1980. V.1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentação de trabalhos.** Curitiba-PR: 2000. pt.7,8 – redação e editoração – citações e notas de rodapé.

VAHL, T.R. **O acesso ao ensino superior no Brasil.** Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1980. 145p.

_____. **A privatização do ensino superior no Brasil:** causas e conseqüências. Florianópolis: UFSC, 1980. 314p.

VALLE, I.R. **Burocratização da educação:** um estudo sobre o Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1996. 181p.

WILLEMS, E. et al. **Dicionário de sociologia.** 3.impr. Porto Alegre: Globo, 1967. 377p.

ANEXOS

ANEXO 1

IMPLANTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, INÍCIO DAS ATIVIDADES
ACADÊMICAS E DATA DA TRANSFORMAÇÃO EM UNIVERSIDADE

QUADRO 1 - IMPLANTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, INÍCIO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS E DATA DA TRANSFORMAÇÃO EM UNIVERSIDADE.

MANTENEDORA					
CIDADE	SIGLA ANTIGA	SIGLA ATUAL	LEI MUNICIPAL DATA	INÍCIO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS	TRANSFORMAÇÃO EM UNIVERSIDADE
Blumenau	FURB	FURB	nº 1.233 de 02/03/1964	03/1964	Portaria Ministerial nº 117 de 13/02/1986
Brusque	FEBE	FEBE	nº 527 de 15/01/1973	03/1973	
Jaraguá	FERJ	FERJ	nº 439 de 31/08/1973	03/1976	
Florianópolis	FESC	UDESC	Decreto nº SE - 2.802 de 20/05/1965	03/1965	Portaria nº 893 de 11/11/1985
Caçador	FEARPE	UNC	23/09/1971	03/1972	Resolução nº 42/1997 de 21/10/1997
Criciúma	FUCRI	UNESC	nº 697 de 22/06/1968	03/1970	1997
Rio do Sul	FEDAVI	UNIDAVI	nº 613 de 07/07/1966	03/1967	07/07/2001
Lages	FEL	UNIPLAC	nº 255 de 19/11/1965	03/1966	Resolução nº 134/99/CEE/SC - Decreto nº 312 de 23/06/1999
Tubarão	FESSC	UNISUL	nº 353 de 25/11/1964	03/1965	Portaria Ministerial nº 28, de 27 de janeiro de 1989
Itajaí	FEPEVI	UNIVALI	nº 588/1964, 599/1964, 623/1965	03/1965	Portaria nº 051/1989
Joinville	FUNDAJE	UNIVILLE	nº 811 de 11/07/1967	03/1966	Parecer nº 214/1995/CEF - Decreto Presidencial de 14/08/1996
Joaçaba	FUOC	UNOESC	23/11/1968	03/1972	Parecer nº 263 de 20 de dezembro de 1995 do CEE

Fonte: ACAFE, 1999; Bordignon, G. 1978, p.7 e Resolução nº 31/99/CEE/SC.

ANEXO 2

PARECER Nº 660/71. CESu/CFE

RECONHECIMENTO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE LAGES

Parecer n.º 660/71, C.E.Su., aprovado em
14-setembro-1971 (Proc. 954/70 — C.F.E.).

A Fundação Planalto Catarinense pede o reconhecimento da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lajes, em Santa Catarina.

O processo baixou em diligência para substituição de um professor e para juntar os editais de concurso de todos os outros.

O Novo Professor — Apresenta a requerente para a disciplina de Estatística Econômica, o Professor Loreno José Del Sasso, já aprovado pelo Par. 379 de 1969, do Conselho Nacional de Educação. Reside em Lajes. Todos os atestados exigidos. Pode ser aceito.

Os Concursos — Todos os concursos foram públicos, com convocação dos interessados pela Imprensa e Bancas Examinadoras de fora da cidade. Estão os editais juntos ao Processo (Parte III).

Conclusão — Nestes termos, somos pelo reconhecimento da Faculdade de Ciências Econômicas de Lajes, em Santa Catarina.

Voto da Câmara — A Câmara de Ensino Superior, 2.º Grupo, aprova e parecer do relator.

S.S., em 14-setembro-1971. (a) ALBERTO DEODATO, Presidente e Relator.

Voto do Plenário — O plenário aprovou o voto da Câmara de Ensino Superior, 2.º Grupo.

S.S., em 14-setembro-1971. (a) RAYMUNDO MONIZ DE ARAGÃO, Presidente; ALBERTO DEODATO, Relator.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
de Paranavaí (PR)

Cursos de Ciências, Letras e Geografia

Fonte: Relatório 1 - Histórico da Uniplac, anexos,
v. 1, anexo 31.

ANEXO 3

**DECRETO Nº 69.457
RECONHECIMENTO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E
CONTÁBEIS DE LAGES**

DECRETO N. 69.507 — DE 8 DE NOVENBRO DE 1971

Autoriza o funcionamento da Escola de Educação Física e Desportos de Curitiba.

DECRETO N. 69.482 — DE 5 DE NOVENBRO DE 1971

Abre ao Ministério da Fazenda, em favor de diversas unidades orçamentárias, o crédito suplementar de Cr\$ 15.112.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

DECRETO N. 69.483 — DE 5 DE NOVENBRO DE 1971

Abre ao Ministério da Educação e Cultura em favor do Departamento de Administração e da Consultoria Jurídica o crédito suplementar de Cr\$ 1.240.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

DECRETO N. 69.484 — DE 5 DE NOVENBRO DE 1971

Abre ao Ministério da Indústria e do Comércio, em favor do Gabinete do Ministro, o crédito suplementar de Cr\$ 30.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente Orçamento.

DECRETO N. 69.485 — DE 5 DE NOVENBRO DE 1971

Abre ao Tribunal de Contas da União o crédito suplementar de Cr\$ 1.900,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

DECRETO N. 69.506 — DE 8 DE NOVENBRO DE 1971

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos terrenos mencionada, situada no Estado do Acre.

DECRETO N. 69.480 — DE 5 DE NOVENBRO DE 1971

Abre ao Ministério do Interior, em favor da Secretaria Geral — Entidades Perseveradoras, o crédito suplementar de Cr\$ 1.603.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

DECRETO N. 69.457 — DE 3 DE NOVENBRO DE 1971

Concede reconhecimento à Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis Lages, da Fundação Universitária do Planalto Catarinense, em Lages, Santa Catarina.

DECRETO N. 69.458 — DE 3 DE NOVENBRO DE 1971

Retifica a Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Ministério da Ma-

DECRETO N. 69.472 — DE 5 DE NOVENBRO DE 1971

Declara de utilidade pública, para fins de constituição de servidão, uma faixa de terra destinada à passagem de alimentadores, na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

DECRETO N. 69.473 — DE 5 DE NOVENBRO DE 1971

Declara de utilidade pública, para fins de constituição de servidão, uma faixa de terra destinada à passagem de linha de transmissão no Distrito Federal.

DECRETO N. 69.474 — DE 5 DE NOVENBRO DE 1971

Torna sem efeito o Decreto n. 12.803 (*), de 7 de julho de 1943, que dispõe sobre pesquisas de minérios.

(*) V. LEX, Leg. Fed., 1943, pág. 284.

DECRETO N. 69.475 — DE 5 DE NOVENBRO DE 1971

Aprova Incorporação de empresa de energia elétrica no Estado do Paraná, e dá outras providências.

DECRETO N. 69.477 — DE 5 DE NOVENBRO DE 1971

Declara de utilidade pública, para fins de constituição de servidão, uma faixa de terra destinada à passagem de linha de transmissão no Estado do Ceará.

DECRETO N. 69.497 — DE 5 DE NOVENBRO DE 1971

Aprova o Regulamento para o Serviço de Documentação-Geral da Marinha.

DECRETO N. 69.478 — DE 5 DE NOVENBRO DE 1971

Abre à Presidência da República, em favor do Estado-Maior das Forças Armadas, o crédito suplementar de Cr\$ 300.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

DECRETO N. 69.504 — DE 8 DE NOVENBRO DE 1971

Autoriza a cessão sob a forma de utilização gratuita, de terreno que menciona, situado no Estado da Guanabara.

DECRETO N. 69.505 — DE 8 DE NOVENBRO DE 1971

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos terrenos que menciona, situados no município do Rio Branco, no Estado do Acre.

ANEXO 4

DECRETO Nº 78.847

**AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIAS DA FACULDADE DE
CIÊNCIAS E PEDAGOGIA DE LAGES**

DECRETO EXECUTIVO

DE 20 DE NOVEMBRO DE 1970
Autoriza o funcionamento do curso de Ciências da Faculdade de Ciências e da Pedagogia de Leges, com sede na cidade de Leges, Estado de Santa Catarina.
O Presidente da República,
usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 41 da Lei número 5.540, de 29 de novembro de 1968, alterando pelo Decreto-lei número 142, de 9 de setembro de 1969, conforme consta do Processo número 252.102, de 1970 do Ministério da Educação e Cultura,
decreta:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Ciências, licenciatura de 1º grau, da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Leges, mantida pela Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, com sede na cidade de Leges, Estado de Santa Catarina.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Brasília, 20 de novembro de 1970, 153ª da Independência e 35ª da República.
Emureto Chaves
Euro Brandão

DECRETO Nº 70.047 -- DE 20 DE NOVENBRO DE 1970
Autoriza o funcionamento do curso de Ciências da Faculdade de Ciências e da Pedagogia de Leges, com sede na cidade de Leges, Estado de Santa Catarina.
O Presidente da República,
usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 41 da Lei número 5.540, de 29 de novembro de 1968, alterando pelo Decreto-lei número 142, de 9 de setembro de 1969, conforme consta do Processo número 252.102, de 1970 do Ministério da Educação e Cultura,
decreta:
Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Ciências, licenciatura de 1º grau, da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Leges, mantida pela Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, com sede na cidade de Leges, Estado de Santa Catarina.
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Brasília, 20 de novembro de 1970, 153ª da Independência e 35ª da República.
Emureto Chaves
Euro Brandão

DECRETO Nº 70.048 -- DE 20 DE NOVENBRO DE 1970
Dispõe sobre a composição das Categorias Direção Superior e Assessoramento Superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.
O Presidente da República,
usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da Lei número 5.045, de 19 de dezembro de 1970, no Decreto-lei número 1.445, de 13 de fevereiro de 1970, no Decreto número 77.333, de 25 de março de 1970, e o que consta dos Processos DASP números 17.044, de 1970 e 19.336, de 1970,
decreta:
Art. 1º São transformadas funções gratificadas, cargo em comissão e encargos de representação de gabinete, na forma do Anexo I deste Decreto, para a composição das Categorias Direção Superior, código LT-DAS-101, o Assessoramento Superior, código LT-DAS-192, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, código LT-DAS-100, da Justiça Permanente do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.
Art. 2º A antese das atribuições das funções de Assessor, de que trata este Decreto, é a descrita no Anexo I-A.
Art. 3º O provimento da função de confiança compreendida no Anexo I é classificada no nível 3 far-se-á mediante ato do Presidente da República, na forma do item I do artigo 7º do Decreto número 77.336, de 1970, e o das demais funções, de acordo com o item II do artigo 7º do mesmo Decreto.
Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão atendidas pelos recursos próprios do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.

ANEXO 5

DOCUMENTOS DE AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS CURSOS DA
FACIP

DOCUMENTOS DE AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS CURSOS
DA FACIP

DIÁRIO OFICIAL — Nº 133

87 133 - 07 - 1977

Ney Braga

DECRETO Nº 79.943 — DE 13 DE JULHO DE 1977

Conceda reconhecimento aos cursos de Letras de Ciências, de Ciências Sociais, de Matemática e de Pedagogia, da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages, com sede na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República,

usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, Item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 943, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1.207-77, conforme consta dos Processos nºs 3.600-73 — CFE e 200.937-75, do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º — É concedido reconhecimento aos cursos de Letras, licenciaturas de 1º grau e plena, com habilitação em Português-Inglês, de Ciências, licenciatura de 1º grau de Ciências Sociais, licenciatura plena, de Matemática, licenciatura, e de Pedagogia, licenciatura plena, com habilitações em Administração Escolar de 1º e 2º graus, em Supervisão Escolar de 1º e 2º graus e em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º grau, da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages, mantida pela Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, com sede na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília 13 de julho de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL

Ney Braga

Fonte: Relatório 1 - Histórico da Uniplac, anexos, v. III
anexo 58.

ANEXO 6

ATA DO CONSELHO DIRETOR N. 15/78

Ata nº 15/78

dos dias do mês de Maio do ano 1978, no Galpão da Presidência realizou-se esta reunião do Conselho da UNIPLAC, sob a Presidência do Dr. Antero Colim, e contando com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Bernardino Nelson Geraerd, Idalino Samarino, Geraldo Albino Moreto, seu Carneiro e o acadêmico Inácio Machado da Ilha. De início, foi aprovada a Ata nº 14/78, sendo na Ordem do Dia, foram analisados os processos dos meses de Janeiro e Fevereiro de 1978, sendo sido ambos aprovados por unanimidade. A seguir, foi apresentado aos Conselheiros a minuta do Regimento do Centro de Pesquisa e Extensão da UNIPLAC, CEPPE. Após algumas sugestões e alterações dos Conselheiros, visando dar melhores condições de funcionamento ao referido órgão agregado à UNIPLAC, foi aprovado o Regimento que a seguir será transcrito:

Título I Da Denominação, Sede e Duração ^{CEPE}

Artigo 1º - O Centro de Pesquisa e Extensão é uma entidade de planejamento e Pesquisa, criada e mantida pela Fundação das Escolas Unidas do Planalto Mineiro, UNIPLAC.

Artigo 2º - O Centro de Pesquisa e Extensão, cuja sigla é CEPE, é um órgão agregado à UNIPLAC, e tem sua sede no Campus Universitário de Lages, nesta cidade de Lages, estado de Santa Catarina.

Artigo 3º - O prazo de duração do Centro de Pesquisa e Extensão = CEPE - é indeterminado.

Título II Das Finalidades e Meios de Ação Art. 1º - As finalidades do Centro de Pesquisa e Extensão = CEPE são:

atividades de ensino da UNIPLAC. II - Travar as
trizes Gerais da UNIPLAC, no campo da pesquisa,
ensaios e planejamento: III - Realizar pesquisa e
star serviços técnicos, de interesse dos poderes públicos
entidades privadas, solicitados a Fundação: IV -
manter o aperfeiçoamento do pessoal técnico, docente
administrativo da UNIPLAC, bem como da comunidade
geral, por meio de cursos, treinamentos e estágios: V -
promover atividades sócio-culturais: VI - Articular
com órgãos e entidades regionais, estaduais e federais
estatística, pesquisa e planejamento, com vistas à
compatibilização de estudos e projetos de interesse co-
mum: VII - Propor ao Conselho Diretor da UNIPLAC,
celebração de convênios para a realização de suas
atividades: VIII - Sistematizar, documentar, e divulgar
informações técnicas relacionadas a aspectos sócio-
econômicos regionais, estaduais e federais. Capítulo

I - Das Áreas de Atuação Art. 5º - O Centro de
pesquisa e Extensão, atuará nas seguintes áreas:

I - Desenvolvimento institucional:

1. Plano de desenvolvimento da UNIPLAC

2. Cursos de Aperfeiçoamento de Pessoal

3. Processos de novos cursos

4. Diagnósticos e prognósticos da UNIPLAC

5. Escritório modelo de rentabilidade

6. Programações e estágios

7. Banco de dados

8. Outros II - Treinamento de Recursos humanos

a. Setor Público b. Setor Privado

III - Assessoria Técnica - econômica: a. Setor Públi

b. Setor Privado. IV - Pesquisa e projetos:

1. Diagnósticos e prognósticos regional

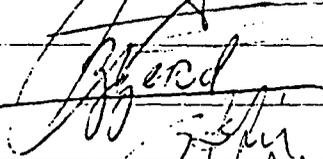
c. Projetos de implantação e/ou expansão d. Estudos e projetos para órgãos Governamentais. Capítulo IV Da Administração do C.E.P.E. Art. 6º - A administração do Centro de Pesquisa e Extensão da UNIPLAC será exercida por I Diretor II Pessoal técnico III Pessoal administrativo Seção I Do Diretor Art. 7º - O Diretor, nomeado pelo Presidente da Fundação, terá as seguintes atribuições do C.E.P.E. II Seção do pessoal técnico para as atividades inerentes ao C.E.P.E. III Encaminhamento ao presidente da UNIPLAC de propostas e planos para apreciação pelo Conselho Diretor. IV Prática de atos administrativos do C.E.P.E. V Encaminhamento de relatórios aos órgãos competentes. Seção II do Pessoal Técnico Art. 8º - O pessoal técnico será contratado em tempo integral, parcial, ou por projeto, a critério do Diretor do C.E.P.E. que fará proposta de contratação ao presidente da UNIPLAC. Art. 9º - O regime de vinculação do pessoal técnico permanente do C.E.P.E. será o do CLT. Art. 10 - Ao pessoal técnico, compete: I - A execução, e/ou coordenação, de pesquisa e levantamentos de informações básicas: II - A elaboração dos planos, programas e projetos III - A elaboração de cadastros, arquivos e processamentos, e como a análise das informações necessárias ao planejamento IV - A formulação de metas econômicas e sociais para o desenvolvimento regional: V - A elaboração de Estudos setoriais específicos: VI - A organização do Centro de Documentação Técnica Especializada: VII - A proposição, na área de planejamento, relativa ao estágio de estudantes de nível superior e médio. Seção III Do Pessoal Administrativo, Art. 11 - O pessoal administrativo de apoio será vinculado à UNIPLAC, posto à disposição do C.E.P.E., por Tarifa. Art. 12 - A contabilidade de tesouraria do C.E.P.E., será presta

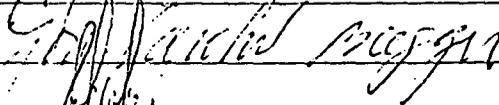
Transitórias Art. 13 - O presente Regulamento passa
após sua aprovação pelo Conselho Diretor da UNIPL
e publicado, editalmente, no mural da Fundação, situ-
na sua sede, nesta cidade de Lages. Art. 14 O
Regulamento é complementado pelos Estatutos da
AC, e os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do
pelo Presidente da UNIPLAC, e pelo Conselho Diretor
Fundação, conforme o nível de competência.

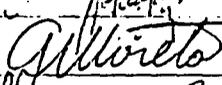
Lages, Abril de 1978

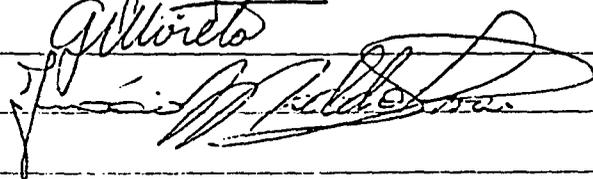
em reunião geral, o Prof. José Ari Bello Martendal, Dire-
tor executivo da Fundação, apresentou uma proposta, con-
em ofício da Sociedade Musical Lagense, propon-
convênio com a Fundação, de mútua colaboração.
em diversos Conselheiros sobre o assunto. Por fim, após
em votação, foi o referido convênio aprovado, devendo ser
ado pela UNIPLAC, para assinatura de ambas as partes.
mais havendo a tratar o seu Presidente encarcu-
ralhos dos Juízes e, Secretário, lavrei a presente ata,
ato e assino juntamente com todos os presentes.

Lages 02 de Maio de 1978









ANEXO 7

DECRETO N° 73.650/74
PARECER CESu/CFE N° 2.715/77

**FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS
UNIDAS DO PLANALTO
CATARINENSE — SC**

**Reconhecimento do curso de
Administração, da Faculdade de
Ciências Econômicas,
Contábeis e Administrativas de
Lages**

**Parecer n.º 2.715/77
CESu, 2.º Grupo
Aprovado em 5/10/77
Processo n.º 311/77**

I — RELATÓRIO

O Parecer n.º 1.872/77 determinou que o processo baixasse em diligência para que a interessada providenciasse o cumprimento das seguintes exigências:

- 1 — comprovar os quantitativos referentes ao exercício de 1976;
- 2 — esclarecer a incompatibilidade dos dados constantes do formulário mod. 03.02-A com os do anexo 01, referentes ao balanço do exercício financeiro de 1975;
- 3 — discriminar os dados concernentes aos recursos financeiros específicos do curso;
- 4 — designar pessoa devidamente qualificada para o cargo de bibliotecário;
- 5 — esclarecer as divergências apontadas pela Comissão Verificadora, no tocante ao número de exemplares constantes do processo e os encontrados na biblioteca;
- 6 — catalogar os livros da biblioteca que ainda não o foram;
- 7 — atualizar as fichas de empréstimo da biblioteca;
- 8 — corrigir as denominações discriminadas no item 3.1 deste Parecer;
- 9 — incluir a disciplina Educação Física no currículo pleno;

188

10 — Idem quanto ao estágio;

11 — esclarecer e corrigir a diferença de integralização da carga horária prevista e a registrada pela Comissão Verificadora;

12 — substituir os professores cujos títulos foram considerados insuficientes;

13 — alterar a denominação do curso: "Ciências Administrativas" para "Administração".

Foram as seguintes as providências ora encaminhadas a este Conselho: (a numeração corresponde à das diligências supra).

- 1 — Comprovou os quantitativos referentes ao exercício de 1976;
- 2 — Atendida a diligência;
- 3 — Os recursos financeiros do curso foram desmembrados da contabilidade geral da faculdade, com base num cálculo sobre o número de alunos do curso;
- 4 — Para o cargo de bibliotecário indicou-se pessoas devidamente habilitada;
- 5 — Esclareceu-se que "a não coincidência dos dados bibliográficos incluídos no processo com as obras in loco, teve como problema básico o fato da relação ter sido feita de acordo com o tombamento das obras, sem, entretanto, ter sido levado em consideração as obras descartadas, decorrentes de empréstimos não devolvidos e/ou não registrados";
- 6 — A tarefa de catalogação dos livros da biblioteca foi concluída, obedecendo-se ao Sistema Decimal de Dewey;
- 7 — Concluídos os serviços de organização da biblioteca, o empréstimo passou a ser feito mediante o sistema de "fichas cronológicas";
- 8 — As disciplinas Estud. de Problemas Brasileiros, Contabilidade Geral, Estatística Metodológica, Psicologia Aplicada e Sociologia Aplicada, ti-

Documenta. (203) Brasília out. 1977

veram sua denominação alterada, de acordo com a Resolução-CFE de 8 de julho de 1966, para: Estudo de Problemas Brasileiros, Contabilidade, Estatística, Psicologia Aplicada à Administração e Sociologia Aplicada à Administração.

9/10 — A disciplina Educação Física e o Estágio Supervisionado foram incluídos explicitamente no currículo pleno, com as devidas correções no anexo do Regimento.

11 — Foi corrigida e assim esboçada a diferença de integralização da carga horária prevista e a registrada: "o Regimento, no art. 30, estabelece que "os cursos de graduação, com duração de oito semestres letivos, terão um mínimo de duas mil e setecentas (2.700) horas/aula, ou cento e oitenta (180) créditos, excuído o período de provas". O currículo pleno, corrigindo denominações de disciplinas e incluindo Educação Física e Estágio Supervisionado, constante deste documento, fixa um total de 2.940 horas. Excluindo-se Educação Física (120 horas), Estudo de Problemas Brasileiros (60 horas) e a parte do Estágio que excede aos 180 das 2.700 horas (30 horas), teremos uma carga horária de 2.730 horas. A inclusão do Estágio no currículo plênem força a redução da carga horária em outras disciplinas para poder permitir ao aluno concluir o curso em 4 anos, sem ultrapassar o limite máximo de 772 horas/ano.

12 — Os professores com títulos insuficientes foram substituídos pelos abaixo relacionados, todos com Parecer favorável deste Conselho, motivo pelo qual podem ser aceitos:

— Nilo Daurio Bunn — Introdução à Administração — Parecer n.º 1.159/77.

— Sérgio Sartori — História Econômica do Brasil — Formação Econômica do Brasil — Parecer n.º 1.164/77.

— Milton Laske — Legislação Social — Parecer n.º 2.133/77.

Documenta. (203) Brasília out. 1977

— Ney G. Stoff — Administração de Vendas — Parecer n.º 4.514/75.

— Lauro Salvador — Teoria Econômica — Parecer n.º 2.262/77.

13 — Procedeu-se à alteração da denominação do curso de Ciências Administrativas, para "Curso de Administração", com as respectivas alterações na peça regimental.

II — VOTO DO RELATOR

Tendo sido atendidas satisfatoriamente todas as exigências determinadas pelo Parecer n.º 1.872/77, somos da parecer seja reconhecido o curso de Administração, da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas de Lages/SC, com um total de 80 (oitenta) vagas anuais específicas para o curso de Administração.

III — CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino Superior, 2.º Grupo, aprova o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 4 de outubro de 1977. — Tarcísio Mairalles Padilha — Presidente e Relator.

IV — DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Federal de Educação, acolhendo o Processo n.º 311/77, originário da Câmara de Ensino Superior, 2.º Grupo, deliberou, por unanimidade, aprovar a conclusão da Câmara, favoravelmente ao Reconhecimento do curso de Administração, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas de Lages, mantida pela Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, com sede na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

189

ANEXO 8

**PORTARIA Nº 199/91
DOCUMENTOS DE AUTORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DO CURSO DE
DIREITO**

Sistema de Processamento de Dados

13. João Geraldo Souza Maia - Auditoria de Sistema/Computador e Sociedade
14. Raquel Abrahão Edreira Neves - Inglês
15. Rosângela César Gomes - Noções Gerais de Direito: Legislação e Ética
16. Ricardo Resende Dias - Administração/Matemática Financeira
17. Armando Paulino da Costa - Geometria Analítica/Álgebra Linear/Cálculo Diferencial e Integral
18. José Roldão Gonçalves Barbosa - Tópicos Avançados em Processamento de Dados/Sistema de Computação: Organização de Arquivos
19. Cláudio Afonso Fleury - Linguagem e Técnica de Programação
20. Adelinio Cândido Rimenta - Cálculo Diferencial e Integral
21. Darsonne Escobar Miashiro - Educação Física

II - VOTO DO RELATOR

Vota o Relator favoravelmente ao reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, com 100 (cem) vagas totais, apais, em 2 (duas) entradas, ministrado pelo Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo, mantido pela Sociedade Objetivo de Ensino Superior, em Goiânia - GO.

III - CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Superior acompanha o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1990.
(aa) Arnaldo Niskier - Presidente/Virgínia Cândido Tosta de Souza - Relator/Pe.
Antônio Geraldo Amaral Rosa/Lêda Maria Chaves

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Câmara.
Sala Barretto Filho, em 7 de novembro de 1990.

FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATORINENSE - SC
Reconhecimento do curso de Direito, ministrado pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis, Administrativas, Jurídicas e Sociais de Lages.
CESu - Par. 877/90, aprovado em 8/11/90 (Proc. 23031.00057/90-01)

I - RELATÓRIO

O Presidente da Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense - UNIPLAC encaminha a este Conselho pedido de reconhecimento do curso de Direito, ministrado pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis, Administrativas, Jurídicas e Sociais de Lages - FACEC, instalada em Lages - SC.

O curso foi autorizado a funcionar através do Decreto 91.252, de 11/3/85. Mediante Portaria 128/90, da SENESu/MEC (D.O.U. de 30/5/90), foi designada Comissão Verificadora, integrada pelos professores José Gilberto da Cunha Cabral, da Universidade Federal de Pelotas - RS, Álvaro Augusto Cunha Rocha, da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR e pela TAE Vânia Márcia Mesquita Rocha Coutinho, da DEMEC/SC, para avaliar as condições de reconhecimento do curso.

O presente parecer baseia-se nos dados contidos no processo e no relatório da Comissão Verificadora.

1. Dados sobre a Mantenedora

A Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense - UNIPLAC, criada em 29 de agosto de 1969, com sede e foro na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, é uma entidade de fins filantrópicos, dotada de personalidade jurídica de direito privado.

Foi instituída pela Lei municipal nº 5, de 14 de março de 1969. lei esta alterada pela de nº 32, de 29 de agosto de 1969, e ambas revogadas pela Lei municipal nº 1, de 30 de abril de 1973, e finalmente, a Lei municipal 771, de 29 de agosto de 1984, que consolidou a legislação referente à fundação e deu outras providências.

A instituição comprova regularidade fiscal e parafiscal.

A situação econômico-financeira da instituição é equilibrada, como evidenciam os documentos anexados ao processo.

1.1. Estabelecimento de Ensino Mantido

A Fundação das Escolas do Planalto Catarinense - UNIPLAC mantém as seguintes faculdades e cursos:

- Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas de Lages:
- Administração - AG (rec.) - 80 vagas
- Ciências Contábeis - (rec.) - 40 vagas
- Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages:
- Ciências - 1º Grau; Matemática (rec.) - 100 vagas
- Ciências Sociais (rec.) - 50 vagas
- Letras - 1º Grau; Português/Francês - 50 vagas
- Pedagogia - MMP 2º, OE (rec.) - 50 vagas
- Faculdade de Direito de Lages:
- Direito (aut.) - 50 vagas

2. Dados sobre a Escola/Curso

2.1. Condições Materiais

A Comissão Verificadora informa o que segue sobre este item:

"O curso se desenvolve nas instalações do câmpus, situado na zona ur-

bara, bem servido de meios de transporte público.

As instalações impressionam pela qualidade, além de formarem conjunto arquitetônico de agradável efeito e evidente funcionalidade.

Os prédios destinados às atividades didáticas abrigam salas de aula, de ótimas dimensões, dotadas de plena iluminação e mobiliário hábil e excelente-mente conservado. Há sala ampla para uso dos docentes e bar bem equipado para servir a todos. Em tal prédio, seis salas de aula são reservadas ao uso do curso de Direito.

As instalações da administração ocupam outro prédio, também dotado de amplas e apropriadas salas. Nelas se concentram os órgãos diretivos da fundação, das faculdades e respectivos departamentos.

Não foram denunciadas quaisquer falhas no setor."

A área construída é de 8.371,53 m² numa área de 74.384,60 m².

2.2. Biblioteca

A biblioteca central da UNIPLAC está instalada em amplo prédio (1726 m²), do qual a área destinada a leituras é de 200 m². Ótima organização interna, além de equipamentos audiovisuais e de reprodução xerográfica impressionaram novamente a comissão.

Os mais de 3.600 títulos bibliográfico-jurídicos estão perfeitamente adequados ao conteúdo das disciplinas abrangidas no currículo pleno, com equilíbrio quantitativo e qualitativo dentre tais disciplinas. Além do bom acervo de obras consagradas, os títulos correspondem a obras atuais e específicas.

O acervo de periódicos abrange as principais revistas especializadas, cujas coleções se apresentam completas desde os primeiros volumes e têm seqüência atualizadora.

O horário de funcionamento atende os turnos matinal, vespertino e noturno.

A programação de enriquecimento do acervo bibliográfico está lastreada na destinação de percentual fixo incidente sobre a verba estadual oriunda de disposição constitucional do Estado de Santa Catarina e sobre a verba municipal decorrente de norma constante da Lei Orgânica do Município de Lages.

2.3. Estrutura e Funcionamento

O curso de Direito foi autorizado a funcionar pelo Decreto federal 91.232, de 17/5/85, tendo em vista o Parecer 154 do CEE/SC, com 50 vagas totais, anuais.

Nele são desenvolvidas 3.270 horas, com matrícula semestral e por disciplina, abrangendo um período médio de 10 semestres letivos. As atividades didáticas são desenvolvidas no turno da noite, enquanto que o estágio profissional, oferecido no escritório-modelo, ocorre nos turnos matutino e vespertino, a partir da sexta fase.

Atualmente o curso funciona com dois currículos: o primeiro em extinção e o novo currículo, com Parecer do Conselho Estadual de Educação, com características de proporcionar sistematicidade ao curso de Direito, tanto na sua for-

ma seriada como na de matrícula autônoma por aiscipina.

O tempo de integralização do curso ocorre num mínimo de 5 e num máximo de 7 anos.

Em 1990, o número de inscritos atingiu 517 candidatos.

2.4. Alunado

Sendo um curso noturno, sua clientela é constituída majoritariamente, por pessoas que trabalham durante o período diurno. Entretanto, não se percebe advir disto prejuízo à freqüência nem ao rendimento escolar. Ao contrário, a comissão constatou, em contato direto com estudantes e dirigentes de seu órgão de representação, expressivo índice de maturidade, certamente benéfico ao processo de aprendizagem. Os próprios estudantes, conforme claramente expresso por integrantes da primeira turma ora em fase de conclusão do curso, têm consciência de que o nível intelectual e de interesse dos alunos foi e elemento catalizador de crescente qualidade da atuação docente.

O aproveitamento escolar supera a faixa de 75%, atingindo cerca de 90%. O depoimento de estudantes assegura o nível de exigência na atenção do aproveitamento, bem como o rigor em matéria de freqüência e de pontualidade.

2.5. Estrutura Curricular

A Comissão Verificadora informa o que segue sobre a Organização Curricular:

"No correr destes cinco primeiros anos de atividades, a instituição mostrou preocupação de aperfeiçoar o currículo pleno inicialmente proposto e par-tiu para a implementação, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, de novo currículo que prevê duas habilitações específicas em complemento à habilitação geral.

Tanto o currículo original quanto o ora em implantação, satisfazem às limitações mínimas e aos princípios enunciados pelo Conselho Federal de Educação, quanto aos cursos de Direito.

A execução do currículo pleno, bem como os programas de cada disciplina são fruto através de ordenado e fiscalizado sistema de registro cotidiano, seja de assiduidade docente, seja do desenvolvimento do conteúdo programático.

As eventuais ausências de docentes são efetivamente lançadas em sistemas de ponto e este atinge o requinte de ser feito em uma folha para cada horário de aula, tudo de molde a ensejar perfeita cobrança de recuperação de aula porventura não dada.

O Departamento reúne-se com satisfatória periodicidade, sendo as respectivas discussões e deliberações objeto de efetiva divulgação da instituição.

Há processo de avaliação docente, inclusive pelos próprios ematantes, patrocinada pela Direção, do qual há notícias de efeitos concretos e positivos."

A comissão informa o que segue sobre o Estágio:

"O Estágio de Prática Forense e Organização Judiciária tem a finalidade de proporcionar aos alunos dos últimos anos do curso um adequado conheci-

mento do exercício profissional e de seu provimento, especialmente os de ordem ética. Rege-se pela Lei 5.842, de 6/12/72, Resolução 13, de 2/1/73, do Conselho Federal de Educação, pelo Provimento 40, de 24/1/73, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como pelas disposições do Regimento Interno cuja cópia faz parte integrante deste."

Corpo Docente

Sobre o corpo docente, a comissão comenta:

"Antes da análise, 'caso por caso' da documentação apresentada pelos docentes propostos, a Comissão Verificadora manteve provêito contatos com os professores. Constatou-se que estes, na sua quase totalidade, são 'fundadores' do curso de Direito objeto do presente pedido de reconhecimento. E que, entre eles, há um sentimento generalizado de marcante idealismo em prol da viabilização institucional, histórica e científica do curso, que vem funcionando, regularmente, há quase cinco anos.

Dentre os professores do curso, muitos ostentam especialização na área. Os certificados correspondentes comprovam o preenchimento, na espécie, dos requisitos preconizados pela Resolução 12/83, do CFE. Na sua quase totalidade são expedidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além disso, como acréscimo à condição básica da graduação, abrangente de disciplina curricular idêntica ou afim da disciplina pretendida para o mestrado, os docentes, que se distribuem entre advogados militantes de efetiva expressão na Comarca, Promotores de Justiça e Juizes de Direito, têm largo tirocínio técnico-profissional, ou anterior exercício, produtivo e continuado, do magistério de nível superior, sempre por mais de dois anos (Resolução 20/77-CFE, arts. 4º e 5º, "d")."

Eis a relação dos professores indicados no processo:

Professores aceitos:

- 1. Nelson Jacob Bunn - Sociologia/Estudo de Problemas Brasileiros I e II ✓
- Professores aceitos com base na Resolução 20/77, arts. 4º e 5º, alíneas "b" e "d":
- 2. Gilberto Callado de Oliveira - Direito Romano (Fontes Históricas do Direito)/Teoria Geral do Direito/Filosofia do Direito
- 3. Pedro Gasparin - Lógica/Psicologia Forense ✓
- 4. Hilton Amaral - Português

Professores aceitos com base na Resolução 20/77 art. 5º, alíneas "a", "c" e "d":

- 5. Raulino Jacó Brüning - Direito Civil/Direito Administrativo/Direito Constitucional

- 6. Anna Christina Honorina Laura Ribeiro Neto Marques - Introdução ao Estudo do Direito/Direito Administrativo I e II
- 7. Danúsia Aparecida Silva - Português ✓
- 8. Giovanni Fornari - Economia Política/Direitos Humanos
- 9. Francisco Alves de Sá - Prática Desportiva ✓
- 10. Cleusa Couto de Oliveira - Metodologia do Trabalho Científico/Estudo de Problemas Brasileiros/Sociologia ✓
- 11. Vicente Borges de Camargo - Direito Constitucional/Direito Penitenciário
- 12. Acir Alves Coelho - Direito Civil/Contratos e Obrigações Mercantis/Sociedades Anônimas
- 13. Júlio Cezar Malinverni - Direito Penal/Direito Penitenciário ✓
- 14. Antônio Rogério Ribeiro - Teoria da Argumentação Jurídica/Prática Civil e Comercial
- 15. Sirlane de Fátima Melo - Ética Profissional (Estatutos OAB)/Prática Forense, Execução Penal ✓
- 16. Carlos Fernando Agustini - Medicina Legal ✓
- 17. João Idalino Somariva - Prática Forense/Direito Econômico/Direito Comercial ✓
- 18. Edéio Henrique Waitrick Caon - Direito Comercial/Direito do Trabalho/Direito Previdenciário ✓
- 19. Galvão Nery Caon - Direito Agrário/Teoria Geral do Processo/Direito Processual Civil
- 20. Anselmo Cerello - Direito Financeiro/Direito Tributário/Ciências das Finanças

E) Professor aceito com base na Resolução 20/77, art. 5º, alínea "d":

- 21. Raul Santo Salvador - Direito Civil/Direito Internacional Público/Direito Processual Civil

F) Professor aceito com base na Resolução 20/77, arts. 4º e 5º, alíneas "d" e "e":

- 22. Artêmio Zanon - Direito Penal/Direito Processual Penal e Criminologia ✓

3. Conclusão

Como ficou claro neste processo, trata-se de uma instituição preocupada em ministrar uma sólida formação jurídica ao seu corpo discente, aliando a esta uma excelente formação humanista.

II - VOTO DO RELATOR

O Relator vota favoravelmente ao reconhecimento do curso de Direito, ministrado pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis, Administrativas,

ção do número de vagas autorizadas para o curso.
Recomenda-se à instituição que procure adotar medidas visando a ampliar cada vez mais a qualificação dos professores.

III - CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Superior acompanha o voto do Relator.
Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1990.
(aa) Arnaldo Niskier - Presidente/Lauro Leitão - Relator/Pe. Antônio Geraldo Amaral Rosa/Jessé Guimarães

IV - DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Câmara.
Sala Barretto Filho, em 8 de novembro de 1990.

ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO - SP

Reconhecimento do curso de Fisioterapia da Universidade de Ribeirão Preto.
CESU - Par. 878/90, aprovado em 8/11/90 (Proc. 23000.027429/89-91)

I - RELATÓRIO

O presente parecer trata do reconhecimento do curso de Fisioterapia, ministrado pelo Centro de Saúde da Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP. Pela Portaria 453/89, da antiga SESu/MEC, foi designada Comissão Verificadora composta pelas professoras Ana Beatriz Carvalho da Fonseca e Ana Fátima Viero Badaró, ambas da Universidade Federal de Santa Maria, para verificar as condições de funcionamento do curso em questão.

Com base no relatório da comissão, converteu-se o processo em diligência-DC 203/90 - para que a UNAERP apresentasse dados complementares do seu corpo docente.

A Universidade de Ribeirão Preto encontra-se reconhecida desde 1985, conforme Portaria Ministerial 980/85, nos termos do Parecer 802/85, do CFE. O Estatuto da Associação de Ensino de Ribeirão Preto, entidade mantenedora da UNAERP, está devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Ribeirão Preto - SP, sob o nº 733, p. 163 do livro "a" de pessoas jurídicas.

A situação econômico-financeira da AERP para 1990, segundo análise da Comissão Verificadora,

"... acusa dar prosseguimento às propostas e compromissos já assumidos pela instituição tendo ainda como prioridade de investimento a implantação da Farmácia-Piloto."

110.000 m², denominada campus 1, com 1000 metros de comprimento e 100 metros de largura. A UNAERP conta também com cerca de 242.000 m² destinados a futuras instalações, que hoje já são utilizadas como moradia para os professores.

Instalada numa área considerada adequada pela comissão, a biblioteca possui um acervo geral de 86.551 exemplares; 679 periódicos, 204 folhetos e 9.985 slides. Para atender ao curso de Fisioterapia, a biblioteca dispõe de 14.511 livros gerais, 349 específicos e 16 periódicos. O acervo da biblioteca é complementado semestralmente, conforme solicitação dos docentes.

A comissão visitou os laboratórios de Anatomia e Microscopia e considerou-os adequados para o desenvolvimento das aulas práticas.

O Estágio Supervisionado é realizado na clínica de Fisioterapia da própria universidade e também em algumas instituições cgnveniadas, sob a coordenação de um fisioterapeuta-docente e supervisão direta dos professores nos diferentes locais de realização. Os alunos são divididos em grupos de 10 e fazem rodízio nos locais oferecidos. A clínica da UNAERP oferece estágio nas áreas de Neurologia, com uma média de atendimento mensal de 620 pacientes; Ortopedia; 970 pacientes/mês; Neuropediatria, 780 pacientes/mês. Pneumologia, 230 pacientes/mês e Reeducação Postural, 920 pacientes/mês. As instituições conveniadas oferecem estágio nas áreas de Neurologia (Hospital Psiquiátrico de Ribeirão Preto - Santa Teresa), com uma média de atendimento mensal de 400 pacientes/mês; Geriatria (Casa do Vovô), 420 pacientes/mês; Clínicas Médicas incluindo a UTI (Hospital Beneficência Portuguesa), 474 pacientes/mês e Reumatologia (HC - Câmpus), 574 pacientes/mês. A comissão informou que a clínica da UNAERP possui uma área física bem distribuída e organizada, aparelhagem adequada em número e estado de conservação, havendo boa integração ensino-assistência.

A Universidade de Ribeirão Preto oferece 22 cursos distribuídos pelas seguintes áreas: humanas; exatas e tecnológicas; artes e comunicação; saúde e educação.

O curso de Fisioterapia conta com 150 vagas anuais, oferecidas em duas etapas: janeiro e julho. O currículo pleno tem uma carga horária total de 4.200 h/a e sofreu algumas modificações, todas ocorridas no 4º semestre, se comparado ao currículo anterior; são elas: introduziu-se a disciplina Psicologia do Deficiente, em substituição à Psicologia Aplicada à Fisioterapia, permanecendo a mesma carga horária, ou seja, 60 h/a; acrescentaram-se mais 30 h/a teóricas na disciplina Fisioterapia Geral III, ficando agora com 60 h/a; introduziu-se a disciplina Farmacologia (Fisioterapia), com 30 h/a, e por último alterou-se a denominação da disciplina Radiologia para Fisioterapia Aplicada à Ortopedia e Traumatologia IV (Radiologia) mantendo-se a mesma carga horária. Embora não constitua fator impeditivo à aprovação do currículo pleno como se apresenta, é conveniente que a Direção da UNAERP dispense atenção às sugestões feitas pelas analistas verificadoras, relativamente à discussão com os alunos sobre a distribuição das cargas horárias nos estágios e o enfoque mais direcionado à Saúde Pública, na disciplina Fisioterapia Preventiva.

O corpo docente, objeto do DC 203/90, é formado por 36 professores,

CARLOS CHIARELLI

PORTARIA Nº 198, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1991

Reconhece o curso de Ciências Econômicas do Centro Integrado de Ensino Superior de Videira, integrante da Federação das Fundações do Meio-Oeste Catarinense.

O Ministro do Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 911/90, conforme consta do Processo número 23031.000946/89-37 do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - É concedido reconhecimento ao curso de Ciências Econômicas, ministrado pelo Centro Integrado de Ensino Superior de Videira, integrante da Federação das Fundações do Meio-Oeste Catarinense, mantido pela Fundação Educacional Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe, com sede na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARLOS CHIARELLI

PORTARIA Nº 199, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1991

Reconhece o curso de Direito da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis, Administrativas, Jurídicas e Sociais de Lages, Santa Catarina.

O Ministro do Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 877/90, conforme consta do Processo nº 23031.000572/90-01 do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - É concedido reconhecimento ao curso de Direito, ministrado pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis, Administrativas, Jurídicas e Sociais de Lages, mantida pela Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, com sede na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARLOS CHIARELLI

PORTARIA Nº 200, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1991

Reconhece o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Canoinhas.

O Ministro do Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 863/90, conforme consta do Processo nº 23031.000895/89-06 do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - É concedido reconhecimento ao curso de Pedagogia, com habilitações plenas em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Orientação Educacional, Supervisão Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus e Administração Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus, ministrado pela Faculdade de Educação de Canoinhas, mantida pela Fundação das Escolas do Planalto Norte Catarinense, com sede na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CARLOS CHIARELLI

ANEXO 9

DECRETO Nº 312
RECONHECIMENTO DA UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE –
UNIPLAC, COM OS CAMPI DE LAGES E SÃO JOAQUIM.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

RESOLUÇÃO Nº 31/99/CEE/SC.

Reconhece a Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, mantida pela Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, no município de Lages, no Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o inciso IV do artigo 10, combinado com o inciso II do artigo 17, ambos da Lei Federal n. 9.394/96, de 23 de dezembro de 1996, e o art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 170, de 7 de agosto de 1998, e tendo em vista o Parecer n. 134/99,

RESOLVE:

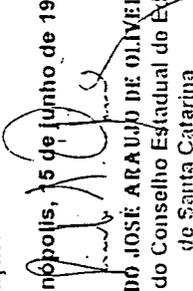
Art. 1º Fica reconhecida a Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, com os campi de Lages e São Joaquim, em funcionamento, mantida pela Fundação das Escolas do Planalto Catarinense, juridicamente com Sede e Foro no município de Lages, no Estado de Santa Catarina

Art. 2º Aprova a renovação do reconhecimento dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Direito, Letras e Matemática, e reconhece os cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, Pedagogia - Pré-Escolar e Séries Iniciais em Lages e Pedagogia - Séries Iniciais em São Joaquim.

Art. 3º Credencia os docentes listados no relatório próprio (Relatório IV) da instituição.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 15 de junho de 1999.


RICARDO JOSÉ ARAÚJO DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho Estadual de Educação
de Santa Catarina

Fonte: Revista de Divulgação Científica e Cultural. Lages, v.2.n.2, jul./dez.1999.



ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 312, de 23 de junho de 1999.

Reconhece a Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, mantida pela Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, no município de Lages.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência privativa que lhe confere o art. 71, incisos I e III e IV, da Constituição do Estado, de acordo com o art. 11, inciso II e art. 57 da Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998, e tendo em vista o Parecer nº 134 e a Resolução nº 31, de 15 de junho de 1999, do Conselho Estadual de Educação,

D E C R E T A :

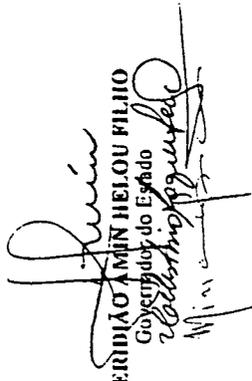
Art. 1º Fica reconhecida a Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, com os campi de Lages e São Joaquim, em funcionamento, mantida pela Fundação das Escolas do Planalto Catarinense, juridicamente com Sede e Foro no município de Lages.

Art. 2º Fica aprovada a renovação do reconhecimento dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Direito, Letras e Matemática e reconhecidos os cursos de Ciências Biológicas, Educação Física, Pedagogia - Pré-Escolar e Séries Iniciais, em Lages e Pedagogia - Séries Iniciais, em São Joaquim.

Art. 3º Ficam credenciados os docentes listados no relatório IV do Processo PCEE 155/993.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 23 de junho de 1999.


ESPIRIDIANO AMIN HELOU FILHO
Governador do Estado

ANEXO 10

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E CURRÍCULO

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

1) AGUSTINI, Carlos Fernando.

Bel. em Medicina, UFSC, 1977

Bel. em Direito, UNIPLAC, 1993

Especialização em Direito, Instituições Jurídico-Políticas, UFSC, 1996

Especialização em Direito Processual, UFSC, 1997

Prefeito de Lages, 1993-1996

Deputado Federal, 1999-2002

Prof. da UNIPLAC

2) AMARAL, Evaldo.

Técnico em Contabilidade

Em Curitiba: vereador, 1954-1956; prefeito municipal, 1956-1958; deputado estadual – 1959-1963

Deputado Estadual por Lages, 1967-1971, 1971-1975

Deputado Federal, 1978-1982, 1982-1986

3) ANTUNES, Aidê.

Bel. em Direito, Universidade Católica do Paraná, 1965

Licenciada em Pedagogia, FACIP/UNIPLAC, 1974

Especialização em Ciências Sociais Aplicadas, FURB, 1976

Presidente da UNIPLAC, 05/02/81 a 08/02/84

Participou da Comissão de Implantação da FACIP, 1969

4) ARRUDA, Telmo Ramos.

Bel. em Direito, UFSC, 1965

Vereador, 1962-1966

Deputado Estadual, 1971-1974

Presidente da COHAB-SC, 1975-1979

Participou da Comissão de Implantação da FACIP, 1969

5) BAGGIO, Isabel Cristina.

Bel. em Administração, UNIPLAC, 1980

Especialização em Marketing e Gerenciamento, FURB/INPG, 1995

Especialização MBA – UDESC, em curso

Presidente da Associação Comercial e Industrial de Lages – ACIL – 1995-97, 1997/99

Diretora do Jornal Correio Lageano, 1978

Presidente do Banco da Mulher, 1998

Coordenadora do Plano de Desenvolvimento Tecnológico Econômico Regional – ACIL – FORDIS – 1999 /01, 2001/03

Conselheira do Instituto Euvaldo Lodi, IEL/SC, 1999/03

Conselheira da Fundação de Ciências e Tecnologia – FUNCITEC – 2000/04

6) BINATTI, Daniel Ubaldo.

Bel. em Administração, PUCRS, 1968

Especialização, Gerenciamento de Marketing, FURB, 1996

Doutorado em Curso: Ciências Empresariais – Gestão e Comercialização Internacional da Empresa, UNISUL; Universidade León, Espanha, início 1997.

Professor da UNIPLAC

7) CARDOSO, Cristovam Araújo.

Vereador, 1976-1982 e 1983-1988

Acadêmico da 6º Semestre de Ciências Sociais da UNIPLAC

Aposentado como Gerente de Recursos Humanos do Grupo Klabin, 1999

8) CHEDID, Suria.

Bel. em Ciências Econômicas, FUPF de Passo Fundo, 1965

Bel. em Direito, FUPF de Passo Fundo, 1967

Diretora da FACIP, 07/07/70 a 23/07/74; 24/07/74 a 05/07/76

Participou da Comissão de Implantação da FACIP, 1969

9) GASPARIN, Pedro.

Licenciado em Filosofia, FFCL de Ijuí, 1966

Mestrado em Educação, FGV, 1981

Especialização em Administração Universitária, ACAFE, 1990

Presidente da UNIPLAC, 12/02/87 a 14/02/91; 14/02/91 – 19/12/94

Participou da Comissão de Implantação da FACIP, 1969

Professor da UNIPLAC

10) GÖCKS, Nara Maria Kuhn.

Licenciada em Pedagogia, UNIPLAC, 1985

Mestrado em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, 1988

Especialização em Administração Universitária, ACAFE, 1993

Doutorado em curso: Europa e Iberoamérica – Crecimiento y Desarrollo, Universidade de León, Espanha, início 1996.

Presidente da UNIPLAC, 20/12/94-21/12/98

Reitora da UNIPLAC, 21/12/98-20/12/2002

Presidente da ACAFE, 2000-2001; 2001-2002

11) KOERICH, Antonio Carlos.

Bel. em Ciências Contábeis, UNIPLAC, 1976

Especialização em Ciências Sociais Aplicadas (opção Ciências Contábeis), UFSC, 1978

Vice-presidente da UNIPLAC, 10/02/84-11/02/87 e 14/02/91 19/03/94

Em 1959 participou do movimento de implantação de cursos superiores em Lages, de onde surgiu a FACEC, hoje UNIPLAC

Professor da UNIPLAC

12) MORETO, Geraldo Albino.

Licenciado em Filosofia, FFCL de Ijuí, 1966

Especialização em Sociologia, PUCMG, 1978

Diretor da FACIP, 04/03/78-09/07/79

Professor da UNIPLAC

Participou da Comissão de Implantação da FACIP, 1969

13) MUNIZ, César Augusto Ramos.

Bel. em Ciências Econômicas, UNIPLAC, 1976

Bel. em Administração, UNIPLAC, 1981

Especialização em Ciências Humanas – Desenvolvimento e Planejamento Sociais – UFRGS – 1978

Doutorado em Administração Educacional, Wisconsin, 1997

Diretor de Pesquisa e Extensão, CEPE/UNIPLAC, 1980-1984

Diretor Executivo da UNIPLAC, 1995-1997

Professor da UNIPLAC

14) OLIVEIRA, João Argon Preto de.

Arquiteto, UFRGS, 1953

Participou da Implantação da FACEC, 1964

Diretor da FACEC – 07/04/64 – 30/05/65

Diretor da FACEC, 31/08/65-21/12/65

Presidente da Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, 23/07/73-14/04/74

Diretor da FACIP, 09/07/79-30/07/79

Professor da UNIPLAC

15) PIAZZA, Dr. Walter Fernando.

Prof. aposentado da UFSC

Historiador

Membro do Conselho Estadual de Educação.

Presidente da Comissão de Acompanhamento e relator do Processo de Implantação da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

16) SARTORI, Sérgio.

Licenciado em História, FFCL de Palmas, 1974

Especialização em Educação e Momentos Sociais, UFSC, 1991

Doutorado em curso: Europa e América Latina – Crescimento e Desenvolvimento, Universidade de León, Espanha, início 1996.

Diretor da FACIP, 04/05/85 a 15/04/86; 16/04/86 a 15/04/90; 16/04/90 a 15/10/94

Professor da UNIPLAC

17) SOMARIVA, João Idalino.

Bel. em Ciências Contábeis, UNIPLAC, 1971

Bel. em Ciências Econômicas, UNIPLAC, 1974

Bel. em Direito, Fund. Ens. do Pólo Geo-Ed. do Vale do Itajaí, 1975

Especialização em Direito – Instituições Jurídico-Políticas, UFSC, 1996

Presidente da UNIPLAC, 02/02/79-05/02/81

Diretor da FACEC, 15/04/82-15/04/86; 16/04/90-15/10/94

18) VANONI, Maria Janete.

Licenciada em Letras, UCS de Caxias do Sul, 1976

Especialização Língua Portuguesa, Fund. Ed. Severino Sombra, 1986

Mestrado em Educação, FURB, 1995

Especialização em Metodologia da Pesquisa, UNIPLAC, 1996

Professora da UNIPLAC

ANEXO 11

QUESTIONÁRIO

ENTREVISTA

1 – Qual foi o motivo da criação e implantação do ensino superior em Lages?

2 – Você acha que esses motivos e objetivos que acompanharam o projeto de implantação foram realizados?

3 – Quais foram os principais atores que contribuíram e facilitaram o projeto de ampliação e desenvolvimento do ensino superior em Lages?

4 – Quais as forças dificultaram?

5 – Quais foram os principais problemas enfrentados, que demorou trinta e um anos, para a implantação deste projeto?

6 – De quem é a culpa principal pela demora de ser aprovada a universidade?

7 – O que você gostaria que a UNIPLAC fosse daqui para a frente?

8 – Agora me diga o que estas fotos inspiram a você?

As transcrições das entrevistas estão à disposição dos interessados para comprovação do exposto neste trabalho.